

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

MARIA APARECIDA FELIX MERCADANTE

*Mujer bonita es la que lucha: mulheres combatentes das Fuerzas Armadas Revolucionarias
de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP)*

SP

2022

MARIA APARECIDA FELIX MERCADANTE

Mujer bonita es la que lucha: mulheres combatentes das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

M553 Mercadante, Maria Aparecida Felix.
*Mujer bonita es la que lucha : mulheres combatentes das
Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del
Pueblo (FARC-EP) / Maria Aparecida Felix Mercadante. – São
Paulo, 2022.*

148 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2022.

1. Mulheres e guerra – Colômbia. 2. Fuerzas Armadas
Revolucionárias de Colombia. 3. Guerrilhas – Colômbia. 4. Mulheres
soldados – Colômbia. I. Título.

CDD 305.4209861

MARIA APARECIDA FELIX MERCADANTE

Mujer bonita es la que lucha: mulheres combatentes das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Manuela Trindade Viana (Pontificia Universidad Javeriana)

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 28 de novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Rachel e Hélio, por sempre estarem presentes com todo apoio e incentivo. Agradeço a minha irmã Penélope, por todos os dias me ensinar o que é sentir-se mulher. Ao meu companheiro felino, Simba, pela companhia sincera e sonolenta em minhas horas e horas de escrita. Ao meu amigo e orientador, professor Héctor Luis Saint-Pierre, agradeço por todo apoio, confiança, acolhimento e carinho, mesmo que de forma virtual durante todos esses meses. Ao amigo e conterrâneo, professor Samuel Alves Soares, pelas conversas e aconselhamentos. Aos meus amigos e amigas pela paciência e pela escuta atenta de todas as alegrias e lamentações que a vida como pesquisadora me proporcionou. Agradeço ainda todos os membros do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Núcleo de Estudos de Gênero e Segurança Internacional (IARAS-GEDES) pelas trocas sempre produtivas e instigantes.

Aproveito o espaço para agradecer ainda à Graziela, Isabela, Giovana e aos demais funcionários do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas e às professoras Manuela Trindade Viana e Suzeley Kalil Mathias que acompanharam de perto minha trajetória e tão prontamente aceitaram o convite para compor minha banca de defesa. Todas e todos vocês foram fundamentais para esta caminhada e para que eu pudesse escrever esta dissertação.

[...]
yo puedo ser jefa de hogar
empleada o intelectual
yo puedo ser protagonista de nuestra historia
y la que agita
la gente la comunidad
la que despierta la vecindad
la que organiza la economía
de su casa, de su familia [...]
Ana Tijoux

RESUMO

Tradicionalmente, no estudo da guerra e dos conflitos armados as mulheres são recordadas como as principais vítimas da violência armada. Mulheres que buscam refugiar-se em outros países, que sofrem com o assassinato de filhos(as) companheiros(as) e que carregam as marcas da violência sexual como expressão de poder em seus corpos. Outras mulheres são recordadas ainda como mobilizadoras de manifestações e projetos pacifistas. Nessa pesquisa, o olhar é direcionado para mulheres que estão presentes nos grupos armados, que desafiam as expectativas e os estereótipos de gênero que associam as mulheres a uma ‘natureza’ pacífica, de vulnerabilidade e que, por fim, necessita de proteção. No contexto do conflito colombiano, encontramos as mulheres participando ativamente na complexa rede de atores armados que estão em confronto desde a metade do século XX. Em 2016, o processo de paz entre o governo e a guerrilha das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP) revelou a mobilização das mulheres e das organizações da sociedade civil para a inclusão da perspectiva de gênero como enfoque transversal do Acordo de Paz e mostrou que parte da força armada do grupo era composta por mulheres. Dessa forma, a pergunta que orienta o presente trabalho é: Qual o papel que as mulheres desempenharam no interior das FARC-EP durante o conflito colombiano? Questionamos ainda quem eram essas mulheres, porque entraram para as FARC-EP e como foi a experiência no interior do grupo armado. Realizamos um estudo de caráter qualitativo e à luz das contribuições da perspectiva feminista *standpoint* aliada com o uso de técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Partimos das experiências das *Mujeres Farianas*, mobilizadas por meio da instrumentalização da memória das próprias ex-combatentes, o que possibilitou o resgate das vivências e o dia a dia no interior da guerrilha. Concluímos que as mulheres no interior da organização exerceram múltiplos papéis que não podem ser resumidos apenas a vítimas ou perpetuadoras da violência. Recorrer às micronarrativas de vida de mulheres combatentes permitiu não apenas complexificar essas categorias, como mostrar um cenário mais completo para a compreensão da relação entre mulheres e grupo armados.

Palavras-chave: Colômbia; conflito armado; FARC-EP; mulheres combatentes; memória.

ABSTRACT

Traditionally, in the study of war and armed conflict women were remembered as the main victims of armed violence. Women who seek refuge in other countries, who suffer from the murder of fellow children, and who carry the marks of sexual violence as an expression of power in their bodies. Other women are also remembered as mobilizers of demonstrations and pacifist projects. In this research, the look is directed to women who are present in armed groups, who challenge the expectations and gender stereotypes that associate women with a peaceful 'nature' of vulnerability and that, finally, needs protection. In the context of the Colombian conflict, we find women actively participating in the complex network of armed actors who have been in confrontation since the middle of the 20th century. In 2016, the peace process between the government and the guerrilla group *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP) revealed the mobilization of women and civil society organizations to include the gender perspective as a cross-cutting focus of the Peace Agreement and showed that part of the group's armed force was made up of women. Thus, the question that guides the present work is: What role did women play within the FARC-EP during the Colombian conflict? We also questioned who these women were, why they joined the FARC-EP, and how the experience was within the armed group. We conducted a qualitative study in light of contributions from the standpoint feminist perspective allied with bibliographic and documentary research techniques. We start from the experiences of the *Mujeres Farianas*, mobilized through the instrumentalization of the memory of the former combatants themselves, which made it possible to rescue the experiences and the day-to-day inside the guerrilla. We conclude that women within the organization have exercised multiple roles that cannot be summed up only as victims or perpetrators of violence. Resorting to the micronarratives of the lives of female combatants allowed not only to complex these categories but also to show a more complete scenario for understanding the relationship between women and armed groups.

Keywords: Colombia; armed conflict; FARC-EP; female combatants; memory.

RESUMEN

Tradicionalmente, en el estudio de la guerra y los conflictos armados, las mujeres son recordadas como las principales víctimas de la violencia armada. Mujeres que buscan refugio en otros países, que sufren el asesinato de sus niños y que llevan las marcas de la violencia sexual como expresión de poder en sus cuerpos. Otras mujeres también son recordadas como movilizadoras de manifestaciones y proyectos pacifistas. En esta investigación, la mirada se dirige a las mujeres que están presentes en grupos armados, que desafían las expectativas y los estereotipos de género que asocian a las mujeres con una "naturaleza" pacífica de vulnerabilidad y que, finalmente, necesita protección. En el contexto del conflicto colombiano, encontramos mujeres que participan activamente en la compleja red de actores armados que han estado en confrontación desde mediados del siglo 20. En 2016, el proceso de paz entre el gobierno y el grupo guerrillero Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) reveló la movilización de mujeres y organizaciones de la sociedad civil para incluir la perspectiva de género como un enfoque transversal del Acuerdo de Paz y mostró que parte de la fuerza armada del grupo estaba conformada por mujeres. Por lo tanto, la pregunta que guía el presente trabajo es: ¿Qué papel jugaron las mujeres dentro de las FARC-EP durante el conflicto colombiano? También cuestionamos quiénes eran estas mujeres, por qué se unieron a las FARC-EP y cómo fue la experiencia dentro del grupo armado. Se realizó un estudio cualitativo y a la luz de las contribuciones del punto de vista feminista aliadas con el uso de la técnica de investigación bibliográfica y documental. Partimos de las experiencias de las Mujeres Farianas, movilizadas a través de la instrumentalización de la memoria de las propias excombatientes, lo que permitió rescatar las experiencias y el día a día dentro de la guerrilla. Concluimos que las mujeres dentro de la organización han ejercido múltiples roles que no pueden resumirse solo en víctimas o perpetradores de violencia. Recurrir a las micro narrativas de la vida de las mujeres combatientes permitió no sólo complejizar estas categorías, sino también mostrar un escenario más completo para comprender la relación entre las mujeres y los grupos armados.

Palabras clave: Colombia; conflicto armado; FARC-EP; mujeres combatientes; memoria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Total de combatentes desmobilizados por sexo (2001-2021)	79
Gráfico 2 –	Desmobilizados por sexo com base no total de desmobilizados dos três principais grupos armados (2001-2021).....	81
Gráfico 3 –	Mulheres das FARC-EP desmobilizadas por grupo etário (2001-2021)	86
Figura 1 –	Presença guerrilheira na Região de Tolima e Cauca (1953).....	74
Mapa 1 –	Divisão político-administrativa da Colômbia.....	71
Mapa 2 –	Mulheres das FARC-EP desmobilizadas por região (2001-2021).....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de combatentes desmobilizados por grupo armado (2001-2021).....	78
Tabela 2 – Total de mulheres desmobilizadas por grupo armado (2001-2021).....	79
Tabela 3 – Total de homens desmobilizados por grupo armado (2001-2021).....	80
Tabela 4 – Estrutura das FARC-EP.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCU	<i>Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá</i>
ADO	<i>Autodefensas Obreras</i>
AP	<i>Acordo Final de Paz</i>
ARN	<i>Agencia para la Reincorporación y la Normalización</i>
AUC	<i>Autodefensas Unidas da Colombia</i>
BIWAB	<i>Bangsamoro Islamic Women Auxiliary Brigade</i>
BRIM15	<i>Brigada Móvil 15</i>
CNMH	<i>Centro Nacional de Memoria Histórica</i>
DDR	<i>Desarmamento, Desmobilização e Reintegração</i>
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional</i>
EPL	<i>Ejército Popular de Liberación</i>
ERG	<i>Ejército Revolucionario Guevarista</i>
ERP	<i>Revolucionario del Pueblo</i>
EUA	<i>Estados Unidos da América</i>
EZTN	<i>Zona Veredal de Transição y Normalização</i>
FARC-EP	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia –Ejército del Pueblo</i>
FMLN	<i>Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional</i>
GAOML	<i>Grupo Armado Organizado Fora da Lei</i>
GMH	<i>Grupo de Memoria Histórica</i>
GPAZ	<i>Grupo de Género en la Paz</i>
JEP	<i>Jurisdicción Especial para la Paz</i>
KIO	<i>Kachin Independence Organization</i>
LGBT	<i>Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais</i>
LTTE	<i>Liberation Tigers of Tamil Ealam</i>
M-19	<i>Movimiento 19 de Abril</i>
MNLF	<i>Frente Moro de Libertação Nacional</i>
OMC	<i>Observatorio de Memoria y Conflicto</i>
OPC	<i>Observatorio Paz y Conflicto</i>
PCC ML	<i>Partido Comunista Colombiano, Marxista-Leninista</i>

RI	<i>Relações Internacionais</i>
RUF	<i>Revolutionary United Front</i>
SIVJRNR	<i>Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición</i>
UP	<i>União Patriótica</i>
YPJ	<i>Unidade de Defesa das Mulheres</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	(DES)COBRIR AS MULHERES.....	23
2.1	Feminismo e o campo das Relações Internacionais.....	24
2.2	As disputas da memória	31
2.3	<i>No más sangre. No más tristeza. No más repetición: memórias e o conflito armado colombiano</i>	36
2.4	Considerações parciais.....	41
3	OS HOMENS FAZEM A GUERRA E AS MULHERES FAZEM A PAZ?	43
3.1	Os corpos nos conflitos armados.....	44
3.2	O pessoal não é político?.....	48
3.3	Agentes ou vítimas? Para além das dicotomias.....	53
3.4	Participações, exclusões e silêncios.....	56
3.5	Considerações parciais.....	60
4	HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM: A HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA E A HISTÓRIA DAS MULHERES NA VIOLÊNCIA POLÍTICA.....	62
4.1	Valentes e vingativas.....	63
4.2	A mulher. A metade da luta!.....	66
4.3	Ampliando o olhar: a participação de mulheres nos grupos armados organizados a margem da lei.....	70
4.4	Considerações parciais.....	82
5	ARMADAS COM MEMÓRIAS: MUJERES FARIANAS.....	84
5.1	<i>Viva las guerrilleras, guerrilleras farianas</i>	85
5.2	<i>Tu lema es vencer o morir</i>	92
5.3	<i>Con flagrancia de flor, flor de revolución</i>	98
5.4	<i>Por siempre femenina siguen cuidando de su belleza</i>	103
5.5	Considerações parciais.....	107
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	113
	ANEXO – ESTATUTOS FARC-EP.....	137

1 INTRODUÇÃO

Quase todos vieram entrevistar os homens, os comandantes; depois, com os meses e com os anos, vieram entrevistar as guerrilheiras, mas eram perguntas bobas [...]: Você teve filhos? Você abortou? Essas perguntas feias, como se não fizessem nada de você; mas nunca perguntavam quais contribuições você está fazendo para a Mesa? Ou como você vê a política na Colômbia? As perguntas que faziam aos chefes nunca faziam para nós. (Entrevista 8 *apud* CORPORACIÓN HUMANAS, 2017, p. 58, tradução nossa).

O trecho acima foi retirado de um estudo sobre a participação das mulheres no processo de paz realizado entre a guerrilha *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia –Ejército del Pueblo* (FARC-EP) e o governo colombiano de Juan Manuel Santos entre os anos de 2012 e 2016 (CORPORACIÓN HUMANAS, 2017). A entrevistada foi combatente das FARC-EP e a crítica presente em seu relato se refere a sua própria experiência na participação do processo de elaboração dos *Acuerdos de La Habana*, conhecido como Acordo Final de Paz. Aqui, este relato é significativo porque elucida um processo amplo presente nas pesquisas feministas do campo das Relações Internacionais: Quem são os atores? Onde estão as mulheres? O que as mulheres têm a dizer? Temos, a partir deste relato, um fio condutor que guia nosso trabalho no exercício de iluminar a participação das mulheres na guerra, bem como atoras na política internacional a partir do exemplo colombiano.

Ainda que os conflitos armados sejam comumente associados aos homens – aos mártires, aos heróis da nação que são eternizados em estátuas e se tornam pontos turísticos –, a participação ativa das mulheres em posição de combatentes ocorreu e ainda ocorre em diversos conflitos armados internacionais. Em termos históricos, encontramos mulheres combatentes em exércitos regulares, como no caso das soviéticas na II Guerra Mundial (ALEKSIÉVITCH, 2016), nas ações do *Liberation Tigers of Tamil Ealam* (LTTE) do Sri Lanka, as mulheres conhecidas como “*Birds of Independence*” (PARASHAR, 2011); as que fundaram a organização Mulheres Livres durante a Guerra Civil Espanhola (ACKELSBERG, 2019); as que foram para os montes com a guerrilha *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN) em El Salvador (AGUIÑADA DERAS, 2001); as que criaram a *Bangsamoro Islamic Women Auxiliary Brigade* (BIWAB) no interior do grupo islâmico filipino Frente Moro de Libertação Nacional (MNLF, no original) (HALL; HOARE, 2015; HOOFF *et al*, 2021); as mulheres de Serra Leoa que participaram nas mutilações e amputações realizadas tanto pelas forças pró-governo, quanto pelo *Revolutionary United Front* (RUF) (MACKENZIE, 2011); as Sandinistas da Nicarágua (KAMPWIRTH, 2002) e até a existência de uma organização militar exclusivamente composta por mulheres no território do Curdistão, a Unidade de Defesa das

Mulheres (YPJ, no original) (CHAGURI; PANIZ, 2019; FERRAZ, 2016), entre tantos outros casos. Ainda assim, conhecemos a guerra como ‘um negócio dos homens’.

O exercício histórico de remover a participação das mulheres da violência significa afastá-las das responsabilidades e parece manifestar a vontade de manter a imagem das mulheres como ‘superiores’ à masculinidade violenta (GENTRY; SJOBERG, 2007). Ainda que algumas contribuições feministas entendam que a guerra, o terrorismo e a violência podem estar relacionados ao patriarcado, para Cynthia Cockburn (2010), por exemplo, o regime de gênero predispõe as sociedades à guerra (embora não seja a única dimensão de poder envolvida, faz parte das forças que às causam e às perpetuam) é necessário reconhecer que mesmo nestes espaços as mulheres têm escolhas sobre como, e se, devem participar. O ideal que posiciona as mulheres como seres ‘da paz’ desencoraja a investigação de mulheres violentas, sugerindo que violência, conflitos armados e militarismos são abstrações não autênticas ocupadas por mulheres (SANTOS; ROQUE; MOURA, 2013; WIBBEN, 2010).

Quando as atuações político-militares são reconhecidas, a visão de que essa participação é ‘atípica’ impacta na manutenção da ideia de que as mulheres não são capazes de exercer violência, bem como na negação de suas experiências como relevantes para o estudo da guerra e dos conflitos armados. Estas não estariam incluídas entre os atores responsáveis por ‘contar’ sobre o que aconteceu, “se as experiências são entendidas como excepcionais, então presume-se que elas não podem nos dizer muito sobre as experiências ‘reais’ ou cotidianas da guerra” (MACKENZIE, 2011, p. 66, tradução nossa). Nosso objetivo é desafiar esses ‘senso-comuns’ e olhar para as mulheres que estão diretamente envolvidas na violência armada, explorar o envolvimento de mulheres para além da condição de vítimas – associadas a uma ‘natureza’ pacífica –, e tornar visível a complexidade por detrás da participação das mulheres nos conflitos armados. Cabe reconhecê-las como sujeitos políticos, assim, olhar para esta participação que desafia estereótipos, que subverte a imagem de referência comum quando falamos ou pensamos em ‘combatente’ – mesmo que esta seja uma palavra classificada em dois gêneros – é o nosso ponto de partida.

Situando o nosso estudo em território colombiano, a participação de mulheres como combatentes ocorreu em diferentes grupos armados ao longo dos anos de conflito armado, como nas *Autodefensas Unidas da Colombia* (AUC); no *Ejército Popular de Liberación* (EPL); *Ejército Revolucionario Guevarista* (ERG); *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP); *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP) e no *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) (ARN, 2021; OPC, 2015). Em consonância com Jenny Hedstrom e Thiyumi Senarathna (2015), reconhecemos as mulheres como *stakeholders* no

conflito e na construção da paz. Elas são impactadas e impactam na violência de maneira específica e de forma generificada, de modo que as análises que envolvam a guerra e a paz devem incluir suas experiências particulares e suas perspectivas (HEDSTROM; SENARATHNA, 2015, p. 157).

Margarita González e Nina Osorio (2016) mapearam como ocorreu a participação das mulheres nos processos de paz realizados entre os anos de 1982 e 2016. As autoras identificaram que somente 4,07% das signatárias foram mulheres em 61 dos acordos firmados entre os representantes dos governos e grupos armados durante o período (GONZÁLEZ; OSORIO, 2016, p. 11); e, como veremos no capítulo 4, os principais grupos armados que atuaram – e atuam – em território colombiano possuem a presença de mulheres entre seus combatentes. González e Osorio (2016) afirmam que foi no ano de 1984 a primeira vez em que as mulheres foram incluídas nas mesas de negociação, quando o governo do colombiano Belisario Betancour realizou quatro acordos com a participação das guerrilhas: FARC-EP, EPL, o Partido Comunista Colombiano, Marxista-Leninista (PCC ML) e as *Autodefensas Obreras* (ADO). Estes acordos foram assinados por 54 homens, sendo 26 por parte da guerrilha e 26 por parte do governo, e por 4 mulheres, sendo uma por parte da guerrilha e três por parte do governo. A assimetria na participação representativa também estava presente nas Comissões criadas para regular as etapas dos Acordos: compostas por 158 homens e 17 mulheres (GONZÁLEZ; OSORIO, 2016, p. 5).

O Acordo Final de Paz, o mais recente entre a guerrilha das FARC-EP e o governo colombiano, possui dois diferenciais claros: uma maior participação das mulheres combatentes e não-combatentes e um enfoque especial de gênero, mas estas conquistas não foram alcançadas sem que houvesse silêncios e resistências. Quando a mesa de negociações para o Acordo de Paz foi instaurada em Oslo, em 2012, todos os assentos foram ocupados por homens. Quando a mesa oficial de conversação foi instaurada em Havana, cada parte poderia contar dez negociadores e cinco “plenipotenciários” – com pleno poder negociador –, ademais de uma equipe de 30 membros no total. Entre todos os negociadores, plenipotenciários e participante das equipes, havia somente uma mulher, a guerrilheira Tanja Nijmeijer, designada pelas FARC-EP como uma dentre seus negociadores principais (BOUVIER, 2016).

O aumento progressivo de mulheres nas delegações ocorreu durante os quatro anos do desenvolvimento dos Acordos, entretanto, ainda que as mulheres estivessem presentes nas discussões de todos os seis pontos¹ do Acordo, com a exceção da Subcomissão de Gênero, essa

¹ Os seis pontos são: Reforma Rural Integral; Participação Política; Fim do Conflito; Solução para o problema das Drogas ilícitas; Vítimas do Conflito; e, Implementação, Verificação e Ratificação.

participação ocorreu de forma minoritária nos espaços de decisões e de forma majoritária em atividades de assessoria no interior de cada delegação. Assim, mesmo que os aportes levados por essas mulheres tenham sido reconhecidos e aceitos ao longo de todo este processo, as decisões finais foram tomadas principalmente pelos homens chefes das negociações (CORPORACIÓN HUMANAS, 2017).

O enfoque transversal de gênero, presente no AP, foi pensado a partir dos efeitos diferenciados e desproporcionais do conflito armado na vida das mulheres em toda sua diversidade – de orientação sexual e identidade de gênero, étnica, origem social, de condição econômica e viés político. Presente de forma explícita², o enfoque de gênero representou um marco nas negociações de paz do mundo (BOUVIER, 2016; COLOMBIA, 2016b; GPAZ, 2019; PALLARES; RAMÍREZ, 2014). Entretanto, o uso da palavra ‘gênero’ sofreu resistências da população e da comunidade colombiana, sendo um dos responsáveis pela vitória do “não” quando o AP foi levado à votação pública em outubro de 2016. Neste processo, campanhas de difamação por opositores, pelos setores conservadores e pelos setores religiosos foram realizadas e, embora os negociadores tenham o mantido, no texto do AP a palavra ‘gênero’ foi em grande parte substituída por ‘mulheres’. Ademais, discursivamente o tom para sua inclusão foi mobilizado como um aporte voltado aos direitos humanos, visando a manutenção do plano político e a aceitação do Acordo. A tendência de restringir o enfoque a uma leitura binária e excludente foi uma das preocupações da organização *Grupo de Género en la Paz* (GPAZ) com a eleição do governo conservador de Ivan Duque em 2018 e que, em 2021, identificou que apenas 20% das medidas de gênero presente no AP estavam sendo implementadas (DEJUSTICIA, 2021; GPAZ, 2017; 2019; NAVARRO-RUIZ, 2019).

Portanto, no contexto colombiano, a visão das mulheres apenas como vítimas da violência, além de não corresponder a realidade complexa das formas de atuação de mulheres nos conflitos armados, prejudica, na prática, os processos de reincorporação política, econômica e social de mulheres ex-combatentes. Este problema é levantado nos relatórios sobre o processo de paz colombiano que revelaram que as experiências prévias de reincorporação partem do pressuposto de que os ex-combatentes são homens, estabelecendo um enfoque particular para

² Significa: “o reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres e as circunstâncias especiais de cada um, especialmente das mulheres, independentemente de seu estado civil, ciclo de vida e relação familiar e comunitária, como sujeitos de direitos e de proteção constitucional especial. Implica, em particular, a necessidade de garantir medidas afirmativas para promover essa igualdade, a participação ativa das mulheres e suas organizações na construção da paz e o reconhecimento da vitimização da mulher por causa do conflito. (COLOMBIA, 2016a, p. 192, tradução nossa).

que estes não voltem às armas (MISIÓN DE VERIFICACIÓN DE ONU EN COLOMBIA, 2020, p. 44-45).

Isso posto, com o intuito de promover entendimentos acerca das mulheres como participantes da violência no contexto do conflito armado colombiano, neste trabalho propusemo-nos responder à seguinte questão: Qual o papel que as mulheres desempenharam no interior das FARC-EP durante o conflito colombiano?

Tendo em vista a questão que orientou o nosso trabalho, outras dimensões que perpassam o nosso objetivo também fazem parte do esforço de compreensão sobre essa participação: Quem eram essas mulheres? Por que entraram para as FARC-EP? Como era a experiência no interior do grupo armado? entre outras possibilidades. Temos, portanto, a partir deste conjunto de questões um retrato que contribui para visibilizar as mulheres enquanto atoras na violência política internacional.

Levar a experiência das mulheres a sério é parte de uma pesquisa feminista, de tal forma que se discute a existência de uma “epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência” (RAGO, 1998, p. 3). Para Elizabeth Rago (1998), o feminismo não apenas estabelece a crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico, denunciando sua construção a partir da universalidade do homem-branco-heterossexual-civilizado do Norte Global, ele propõe a produção de um contradiscurso.

Opera-se uma deshierarchicalização [sic] dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica (RAGO, 1998, p. 17).

Se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural caracterizada pela sua marginalização em relação aos sujeitos homens, a teoria feminista promove novos significados na interpretação do mundo à produção do conhecimento. Assim, o feminismo para Rago, “propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade” (RAGO, 1998, p. 11). Essa visão é basilar do feminismo *standpoint*, que reconhece que todo conhecimento é socialmente situado e fundamentado em experiências ou atividades generificadas (PRÜGL, 2020). Nos propomos, portanto, a realizar um estudo de caráter qualitativo, que tem como base a análise de

informações e dados sobre a participação de mulheres nas FARC-EP por meio de suas próprias memórias e experiências narradas.

A fim de responder o questionamento proposto anteriormente, empregamos as contribuições do feminismo *standpoint*. Autoras como Arlene Tickner e Carol Cohn, que incorporam essa perspectiva em suas análises, se preocupam com a forma como as mulheres enquanto sujeitas documentam as suas experiências. Partindo da divisão das funções sociais construídas para homens e mulheres e da construção hierárquica do poder do gênero que constrange, invisibiliza e secundariza as mulheres é possível compreender que, para o feminismo *standpoint*, as mulheres teriam formas de conhecimento e experiências diferenciadas. Portanto, trazer essas vozes tanto para a produção do conhecimento quanto para a representação política, para os centros de decisão e para a arena pública tem potencialidades na compreensão e na transformação da política internacional. Lene Hansen (2010) afirma ainda que há uma interação diferenciada na relação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, este não servindo apenas como fonte de coleta do material empírico, mas como participante. Assim, essa perspectiva teria uma preferência por pesquisas no estilo etnográfico, bem como outras metodologias hermenêuticas e interpretativas.

Cabe pontuar que o estabelecimento da ‘paz’ em território colombiano é assunto controverso. O Acordo de Paz firmado em 2016 ainda está em fase de implementação e são muitos os problemas enfrentados pelos e pelas ex-combatentes em seus processos de reincorporação política, econômica e social. Diversos são os atores armados disputando os territórios do antigo grupo armado e – talvez o ponto crucial – desde a assinatura dos acordos até 15 de outubro de 2022: 345 ex-combatentes das FARC-EP em processo de reincorporação foram mortos (COMUNES, 2022). O assassinato sistemático de homens e mulheres ex-combatentes representa não apenas uma ameaça ao estabelecimento da paz e a esperança de superação dos mais de 60 anos de conflito armado em território colombiano, mas também uma ameaça às possibilidades de se ter acesso a essas experiências particulares.

Na reflexão sobre as dificuldades – ou a impossibilidade – de se trabalhar com métodos etnográficos dada a situação de insegurança atual dos ex-combatentes e da situação política colombiana nos anos de 2020 e 2021 – para além da existência da pandemia do novo coronavírus –, adotamos nessa proposta uma estratégia de pesquisa em que utilizamos, para acessar as experiências e as vozes das mulheres ex-combatentes, o trabalho de memória realizada pelas próprias ex-combatentes em suas produções bibliográficas e audiovisuais, entrevistas a outros pesquisadores e comunicadores, bem como as suas postagens nas redes sociais. Alguns materiais que serviram como fonte foram criados ainda durante a estada dessas

mulheres na guerrilha, outros trabalham a memória do período conflitivo a partir do processo de paz.

A memória “como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 9) também “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). De acordo com Elizabeth Jelin (2002), o núcleo de qualquer identidade individual ou coletiva está ligado a um sentido de permanência, de si mesmo, ao longo do tempo e do espaço: “poder recordar e rememorar algo do próprio passado é o que sustenta a identidade” (GILLIS, 1994 *apud* JELIN, 2002, p. 25). A identidade e a memória estariam sob uma relação de mútua constituição na nossa subjetividade, para fixar determinados parâmetros de identidade – seja ela nacional, política, de gênero ou de qualquer outro tipo – o sujeito seleciona certas memórias que são dispostas a partir de sua relação com os ‘outros’. E os parâmetros utilizados – que definem elementos comuns de identificação entre determinado grupo e que estabelecem os limites dessa identidade – tornam-se estruturas sociais para enquadrar memórias (JELIN, 2002; POLLAK, 1992).

O estudo da memória e a compreensão do trauma como fenômenos coletivos que moldam identidades grupais contribuem para embasar o resgate da experiência dessas mulheres durante sua participação nas FARC-EP. Ao contarem sobre essa vivência formulam seu ponto de vista particular – enquanto mulheres combatentes que vivenciaram experiências comuns e compartilhadas no cotidiano da guerra – e elucidam questões como as motivações que as levaram à luta armada, a vivência entre homens e mulheres no interior da fila guerrilheira, as expectativas com relação as masculinidades e feminilidades em um ambiente ‘tradicionalmente’ masculinizado e a realidade da guerra. Assim olhamos para uma história contada por atoras, testemunhas oculares do conflito colombiano, mas às que pouco se têm acesso, seja porque estão participando do lado do ‘inimigo’ à memória oficial do Estado, como guerrilheiras, seja por estarem ocupando lugares “não autênticos” às mulheres, a luta armada.

No âmbito do processo de paz, em 2013, as mulheres combatentes das FARC, conhecidas como *Mujeres Farianas*, criaram a sua própria página da web “mujerfariana.org” que, após a transição para partido político, se tornou a seção “*mujeres y diversidad*” (PARTIDO FARC, [2021]) e após a mudança no nome do partido se tornou a seção “*comuneras*” (PARTIDO COMUNES, [2022]) em que é possível acessar episódios da Rádio Vozes Insurgentes, o podcast Farianas, vídeos, livros e documentos originais. Outras fontes de informação sobre a participação de mulheres no grupo armado são as páginas oficiais em redes

sociais como o *Twitter* e *Facebook* (*Mujeres y Diversidad*) e as páginas particulares de algumas das líderes políticas, destacamos aqui a ex-senadora colombiana Victoria Sandino e a deputada Sandra Ramírez (ambas ex-combatentes). A análise de todo esse material autoral trouxe informações sobre a história do grupo guerrilheiro, sobre a implementação dos acordos de paz e sobre a atuação das mulheres no interior das filas guerrilheiras.

Entendemos que por meio das redes sociais a memória tem sido um dos instrumentos de reconstituição da participação tanto das mulheres quanto dos homens na guerrilha. Nas postagens na plataforma *Facebook*, o trabalho de memória foi mobilizado com a hashtag ‘#memoriasfarianas’ e junto desta são compartilhados vídeos com ex-combatentes relembando suas participações ou fotografias da vida insurgente, como uma “iniciativa de resgatar nossa memória fariana” (MUJERES FARIANAS, 2020a; 2020b, tradução nossa). O trabalho de memória também foi realizado pelas formas mais ‘tradicionais’, serviram como fontes de pesquisa três documentários com entrevistas realizadas diretamente às Farianas (LUCERO, 2005; ROSAS...2014; TANJA..., 2010), um episódio de podcast da organização (MUJER FARIANA, [2020c]) e ainda o livro ‘*Guerrilleras: Testimonios de cinco combatientes de las FARC*’, editado pela ONG *Nodo de Saberes Populares Orinoco-Magdalena* (2018)³ e publicado no site do Partido. Isso posto, o trabalho de memória realizado pelas próprias ex-combatentes serviu como fonte representativa de suas participações no grupo armado.

No que se refere a pesquisa documental, utilizamos fontes primárias como documentos oficiais e declarações públicas das FARC-EP, do *Partido Fuerza Alternativa Revolucionaria Del Común* (FARC) e do Partido COMUNES⁴; da organização Mujeres Farianas; utilizamos também o texto do *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera* (COLOMBIA, 2016a); os documentos da *Subcomisión de Género* do Acordo e documentos técnicos da *Oficina Del Alto Comisionado para la Paz* (COLOMBIA, 2019) que realizam o acompanhamento do processo de reincorporação (MISIÓN DE VERIFICACIÓN DE ONU EN COLOMBIA, 2020) e relatórios da *Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP) (COLOMBIA, [2022]). Para acessar dados estatísticos sobre a participação de pessoas em grupos armados utilizaremos as bases de dados disponibilizadas pelo portal *Datos*

³ Os depoimentos foram colhidos durante a implementação do Acordo de Paz de 2016, na Zona Veredal de Transição y Normalización (EZTN) El Negro Eliécer Gaitán, localizada em Caño Indio, no departamento Norte de Santander.

⁴ Após a transição da coletividade guerrilheira para um partido político, com a assinatura dos Acordos em 2016, os membros adotaram o nome Partido *Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común*, mantendo a sigla FARC. Em janeiro de 2021, por decisão interna substituiu-se o nome do partido por COMUNES.

Abiertos Colombia (COLOMBIA, 2021), além de outros materiais de interesse ao tema que eventualmente forem encontrados. A partir da pesquisa documental, buscamos dar maior profundidade a pesquisa e às dinâmicas e tensões relacionadas às questões de gênero envolvidas tanto no processo de incorporação, quanto no processo de desmobilização das mulheres ao grupo armado.

Estruturamos a dissertação em quatro capítulos mais a Introdução e as Considerações Finais. No Capítulo “(Des)cobrir as mulheres” (2), primeiramente, resgatamos as contribuições teóricas dos estudos feministas e de gênero para a disciplina de Relações Internacionais e apresentamos a perspectiva do feminismo *standpoint* que nos guia como modelo metodológico. Buscamos mostrar o quanto a disciplina das RI parte de construções dicotômicas baseadas na diferenciação de corpos sexuais que promovem a naturalização dos papéis e das práticas sociais diferenciadas para homens e mulheres, como o espaço público *versus* o espaço privado, sendo o espaço público pertencendo ao domínio dos homens e o privado reservado às mulheres. Esses entendimentos são transpostos para o comportamento do Estado-nação e para a preocupação única deste como ator no sistema internacional. Lógica que termina por não olhar para os corpos que estão vivenciando o dia a dia da guerra, entre estes corpos, os das mulheres.

Discutimos, ademais, a importância da memória para os processos políticos. Uma vez que a memória se manifesta como um fenômeno coletivo e social, nosso objetivo com essa discussão é apresentar a memória como um espaço de consenso e disputa, no qual tensionamentos podem gerar novas reinterpretações do passado, espaço que o processo de paz entre o governo e a guerrilha possibilita que tenhamos acesso. As questões entorno da memória introduzem o debate, a partir do exemplo colombiano, para mostrarmos a importância do resgate da memória e do uso desta como instrumento nos processos institucionais de reconciliação em sociedades que vivenciaram conflitos armados.

No Capítulo “Os homens fazem a guerra e as mulheres fazem a paz?” (3), exploramos o estado da arte da literatura sobre a participação de mulheres em grupos armados. Para tanto, conforme identificado na pesquisa de Reed M. Wood e Jakana L. Thomas (2017), a participação de mulheres como combatentes é um fenômeno global e ocorre independentemente da posição ideológica do grupo armado. Embora muitas vezes não sejam vistas nesses espaços enquanto agentes de violência, o capítulo recupera contribuições sobre motivações para o ingresso à luta armada, funções exercidas pelas mulheres no interior desses grupos, formas de recrutamento e o discurso por parte dos atores envolvidos. Entendemos que as mulheres estão envolvidas na violência para além da condição de vítimas-passivas e que suas experiências importam tanto para compreensão processos conflituos quanto para mostrar a manutenção das estruturas

patriarcais no interior dos movimentos armados. Suas participações na violência são impactadas por exclusões e silêncios e suas histórias estão além das dicotomias construídas e naturalizadas pelas noções de feminilidade.

No Capítulo “Histórias que se cruzam: A história do conflito armado na Colômbia e a história das mulheres na violência política” (4) adentramos a história do conflito armado colombiano para entender o passado político-militar do país e o desenvolvimento da violência armada, visando a delimitação temporal do nosso trabalho. Optamos por iluminar a atuação das mulheres em diferentes grupos armados, esforço que foi possível por meio da análise da base de dados disponibilizada pela *Agencia para la Reincorporación y la Normalización* (ARN). Ademais, introduzimos à história de desenvolvimento das FARC-EP no território colombiano, bem como suas diferentes fases enquanto agrupamento político e suas motivações ideológicas.

No Capítulo “Armadas com memórias: Mujeres Farianas” (5), acessamos as memórias e recordações de algumas mulheres ex-combatentes a fim de elucidar sua participação na guerrilha das FARC-EP. Com os dados da ARN, apresentamos um perfil parcial das mulheres desmobilizadas da organização em que constam a faixa etária, ocupações, nível educativo e região de desmobilização, visando conhecer melhor o coletivo de mulheres que fez parte da luta armada. Retornamos ao início da formação da guerrilha em 1964 e conhecemos o processo de participação das mulheres, as motivações apresentadas por algumas combatentes para se vincularem ao grupo, experiências afetivas e desafios vivenciados durante essa participação. De forma mais subjetiva, recuperamos as emoções, o luto, às relações entre companheiros e às renúncias afetivas que perpassam a vida dessas mulheres no conflito armado. Também analisamos as questões de gênero e a reprodução de práticas patriarcais no interior da guerrilha, contrastando os documentos oficiais e os discursos da organização com os relatos sobre recrutamento forçado, abusos sexuais e violências no interior do agrupamento. Com os relatos de vida, por meio da mobilização da memória, alcançamos um cenário de compreensão sobre as motivações, as funções, as emoções, os desafios e as violências vivenciadas durante a experiência como combatente das FARC-EP.

2 (DES)COBRIR AS MULHERES

Ao escrever sobre o diálogo entre a disciplina de Relações Internacionais (RI) e os estudos de gênero, mediado pelas perspectivas feministas, Judith Ann Tickner (2004) recorda que a disciplina de RI foi fundada no início do século XX com o objetivo de encontrar explicações para a guerra. Este se constituiu como campo de estudo predominantemente ocupado por homens que defendiam o uso de métodos que reproduzissem o caráter científico das ciências naturais. Por meio da testagem de proposições, a teoria deveria ser explicativa e se afastar das normas e da prática política. Assim, embora essas contribuições teóricas reivindicassem uma neutralidade, uma das críticas advindas das perspectivas feministas era de que o conhecimento promovido era profundamente atravessado por questões de gênero. Os atributos desejáveis para o comportamento dos Estados que precisavam ‘sobreviver’ em um sistema internacional anárquico, por exemplo, se associavam ao que foi construído como um tipo-ideal de masculinidade: poder, autonomia, autoconfiança e racionalidade (TICKNER, 2004).

O ‘pensar’ as relações internacionais e as bases da disciplina foi mantido como domínio dos homens, ainda que, como demonstra a pesquisa de Patricia Owens (2018), já existissem mulheres pensadoras do internacional antes do final do século XX. Para Owens (2018), a exclusão das mulheres da história do pensamento internacional demonstra como as histórias são produzidas e mantidas de forma seletiva e como as hierarquias de gênero e de raça moldam a organização intelectual. Ademais, no campo dos Estudos de Segurança, como ressalta Tickner (2005), “apesar da presença de algumas mulheres em posições de liderança na Política Externa e na Defesa, o termo “mulher” ainda é antitético de nossa imagem estereotipada de ‘especialista em segurança nacional’” (TICKNER, 2004, p. 44, tradução nossa).

Para além da crítica de quem produz o conhecimento na disciplina, é importante pensarmos para onde direcionamos o olhar quando estamos produzindo conhecimento. Swati Parashar (2013) identifica que a disciplina de RI não pensa a guerra desde a perspectiva dos corpos que estão vivenciando o dia a dia do conflito armado. As preocupações repousariam em dados e variáveis quantitativas que buscam explicar a natureza das guerras civis, a permanência de sua ocorrência ou ainda teorizar sobre outros aspectos da guerra em que pessoas comuns não são atores significativos, ao passo que as instituições e os Estados são: “a guerra das Relações Internacionais se recusa firmemente a reconhecer pessoas, experiências e emoções” (PASHAR, 2013, p. 671, tradução nossa).

Para a autora, muitas das teorias da guerra foram incapazes de explicar os acontecimentos diários vivenciados por homens, mulheres e crianças e, ademais, serviram para reforçar estereótipos de gênero entre os homens-perpetuadores e mulheres-vítimas. Os não vistos, aqueles que lutam/sofrem/vivem o dia a dia da guerra buscam formas de sobreviver em seu interior, seja participando da guerra ou abandonando o território. É por essa razão que Parashar (2013) discute a invisibilidade das experiências nas RI e critica os estudos da guerra a partir de suas causas e consequências sem considerar a experiência humana e o significado da guerra para as pessoas. A guerra altera as relações entre os seres-humanos e os corpos adquirem e transmitem novos significados, identidades e simbolismos em seu meio. Os corpos em guerra têm histórias que estão enraizadas no cotidiano, “não são todos sem vida e mutilados; alguns são guerreiros, feridos, aleijados, estuprados, mantidos reféns, espiões e espionados, de luto e até em comemoração” (PARASHAR, 2013, p. 621, tradução nossa). Ao recordar esses corpos, Parashar (2013) reconhece que foram os estudos feministas os primeiros a olhar para o interior das guerras e reconhecer que estas têm impactos diferenciados em homens e mulheres.

Como visto, nosso objetivo aqui é falar das histórias das mulheres ex-combatentes das FARC-EP e de suas recordações enquanto mulheres que experienciaram a guerra colombiana em seus corpos. Para tanto, na primeira parte deste capítulo, resgatamos as contribuições teóricas dos estudos feministas e de gênero para a disciplina de Relações Internacionais, retomamos os pontos principais dessas abordagens e apresentamos a perspectiva do feminismo *standpoint* que nos guia como modelo metodológico para a presente pesquisa. Na segunda parte, discutimos a importância da memória para os processos políticos. Uma vez que a memória se manifesta como um fenômeno coletivo e social, apresentamos a memória como um espaço de consenso e disputa, no qual tensionamentos podem gerar novas reinterpretações do passado. As questões em torno da memória introduzem o debate para a terceira parte do capítulo. Nesta, a partir do exemplo colombiano, mostramos a importância do resgate da memória nos processos institucionais de reconciliação em sociedades que vivenciaram conflitos armados.

2.1 Feminismo e o campo das Relações Internacionais

Ao incorporar o gênero como categoria de análise, as pesquisas feministas foram capazes de complexificar as análises sobre a política internacional. O termo ‘gênero’ refere-se às concepções específicas em torno da diferença entre os sexos, estas repousam na relação entre o corpo e o comportamento dos indivíduos e como ambos passam a ter significados

socialmente. Assim, o gênero estabelece um sistema de símbolos que é empregado para interpretar a realidade e fixar significados, servindo, conseqüentemente, não apenas como uma categoria de classificação e diferenciação de indivíduos, mas também como um guia para as nossas ações (XAVIER, 2013).

Para Sandra Harding (1986) as dinâmicas de gênero na vida social são produzidas por três processos distintos que a autora denomina como: i) simbolismo de gênero); ii) estrutura de gênero; e, iii) o gênero individual. O primeiro, é resultado da atribuição de metáforas dualistas de gênero a diferentes dicotomias, mesmo que estas raramente tenham relação com as diferenças sexuais. A segunda é consequência da imposição dessas dualidades para a organização da vida social, como a divisão das atividades e funções sociais entre diferentes grupos de seres humanos. Por fim, a terceira refere-se à identidade individual socialmente construída, que estaria imperfeitamente correlacionada com a “realidade” ou com a percepção das diferenças sexuais.

Para Harding (1986) as atribuições e os significados para ‘o feminino’ e ‘o masculino’ não são fixos, de modo que podem diferenciar-se de cultura para cultura e alterar-se com o tempo. Todavia, as relações de gênero são fundamentais para a identificação dos seres humanos, para a organização da vida social e ainda significativos para os processos sociais. No campo da política global, Shepherd (2010) reafirma que não se pode ignorar as formas pelas quais o gênero informa e afeta as suas práticas. O gênero, portanto, é “não apenas um substantivo (ou seja, uma identidade) e um verbo (ou seja, uma maneira de olhar para o mundo, como na frase “política global de gênero”), mas também uma lógica, que é produzida por e produtiva das maneiras pelas quais entendemos e realizamos a política global” (SHEPHERD, 2010, p. 5, tradução nossa).

Insere-se nessa lógica as expectativas criadas e compreendidas como ‘naturais’ na relação entre sexo e gênero. Shepherd (2010) recorda o argumento de Christine Sylvester, no qual, “‘homens’ e ‘mulheres’ como sujeitos sociais são apenas coleções de histórias que foram contadas sobre homens e mulheres, e que nos comportemos de acordo com essas histórias – lembre-se: ‘meninos não choram’, ‘isso não é comportamento de uma dama’” (SHEPHERD, 2010, p. 7, tradução nossa). Essas expectativas moldam o comportamento social do nascimento até a morte. A existência de outros marcadores de identidade como classe, raça e as diversidades culturais não tornam a questão de gênero irrelevante, pelo contrário, estas permeiam as questões de gênero e vice-versa.

No campo das Relações Internacionais, as abordagens feministas tomam as relações sociais como ponto central em suas análises que denunciam a generificação⁵ da política internacional. Ao utilizar o gênero como categoria de análise, essas perspectivas questionam a assimetria nas relações de poder e as instâncias de constituição de identidades de homens e mulheres. Na forma relacional atores, instituições e práticas sociais são construídos por interações baseadas na diferenciação entre os corpos sexuados, incorporando expectativas de papéis que os separam, hierarquizam e essencializam na arena e nas práticas internacionais (TICKNER, 1997; 2001). As suas contribuições buscam mostrar que a disciplina ignora a posição das mulheres nas atividades internacionais, inviabilizando as suas práticas políticas, “estereótipos de gênero existem e persistem em um mundo onde as mulheres são muitas vezes invisíveis e frequentemente ignoradas, tanto nas relações internacionais especificamente, quanto na política global de forma mais geral” (GENTRY; SJOBERG, 2007, p. 8, tradução nossa). Os processos de formação das estruturas não são apenas generificados, mas reprodutores da dominação masculina.

Resgatando a contribuição de Pierre Bourdieu (2020) sobre a dominação masculina no mundo social, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2020, p. 7). Essa ordem social criada e reproduzia ao longo da história enseja uma estrutura que impõe uma diferenciação entre os corpos sexuados como opostos complementares, sendo o corpo masculino superior e o corpo feminino inferior, de modo que todas as coisas e as práticas podem ser reduzidas à oposição entre o masculino e o feminino:

cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo realizarem todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. Às mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, são atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos [...] (BOURDIEU, 2020, p. 56.).

A lógica binária do simbolismo de gênero é reproduzida nas temáticas centrais da disciplina de RI como, por exemplo, na construção do Estado-nação e no discurso de segurança internacional que historicamente são baseados em pressupostos masculinistas de virilidade,

⁵ O uso ‘generificado’ indica que uma pessoa, grupo ou espaço passou pela rede de processos incluídos nas dinâmicas de gênero (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 18).

força e proteção (HOOPER, 2001; TICKNER, 200; YOUNG, 2003;). Do mesmo modo, a constituição da guerra e da paz são entendidas a partir das oposições de gênero: o masculino é visto como guerreiro e o feminino como vulnerável. No estudo da guerra e dos conflitos armados, tradicionalmente, as mulheres são retratadas como civis, vítimas da violência armada ou ainda como as líderes de movimentos pacifistas. O uso do estupro como arma de guerra, a escravidão sexual das mulheres locais, os diferentes impactos do conflito na vida de mulheres e homens, os deslocamentos forçados e as mulheres como grupo organizado em busca da paz são temáticas frequentemente estudadas nos Estudos de Segurança Internacionais (ESI) (ENLOE, 2014; GOLDSTEIN, 2001; HANSEN, BUZAN, 2012; SJOBERG, 2010; SJOBERG; VIA, 2010; TRUE, 2021).

Em seu livro *‘War and Gender’*, Joshua Goldstein (2001) vê uma consistência na separação dos papéis atribuídos a cada sexo ao longo das guerras: os homens como os principais combatentes em oposição a uma exclusão quase universal das mulheres. Na revisão de casos realizada pelo autor, embora alguns grupos estivessem a participação de mulheres no combate, o fato de não representarem uma maioria ou não compor uma força armada exclusivamente de mulheres, reforçaria o argumento de que os papéis de gênero são estáveis interculturalmente. Entretanto, complexificar essa ideia faz parte de nosso objetivo, veremos nas próximas seções que a literatura sobre mulheres e conflitos armados ilumina a atuação de mulheres para além do papel de gênero esperado e desafia o entendimento de um comportamento padrão e estável das mulheres em situações de conflitos armados. Ademais, veremos que ao longo do conflito colombiano muitas mulheres, de distintas nacionalidades e de diferentes classes sociais participaram ativamente dos processos armados em curso.

Ao visibilizar os discursos de gênero presentes nos casos de violência perpetrados por mulheres no contexto global, este completamente dominado por expectativas de gênero, Carol Gentry e Laura Sjoberg (2007) apontam para o fato de que as mulheres que cometem atos de violência são vistas como duplamente transgressoras, primeiro pelo crime pelo qual são responsáveis e segundo pelo desrespeito a um estereótipo de gênero que nega às mulheres a capacidade de cometer tal crime. Essas mulheres desafiam a lógica passional e maternal atribuída a sua função social. Igualmente, as autoras afirmam que negar às mulheres qualquer agência em suas decisões de cometer violências é uma posição imbuída de estereótipos e subordinação de gênero:

essa tendência de negar a agência das mulheres decorre do desconforto com a ideia de que as mulheres podem optar por cometer violência (às vezes hedionda). O desconforto com a violência das mulheres reflete a continuidade

do estereótipo da mulher como inocente e incapaz de violência (GENTRY; SJOBERG, 2007, p. 17, tradução nossa).

Neste debate se é primordial visibilizar as ações, práticas e vivências das mulheres para além dos enquadramentos das expectativas de gênero. A decisão de compreender a participação das mulheres como combatentes das FARC-EP parte desse ideal e se apoia nas contribuições do *feminismo standpoint* para direcionar o olhar para a experiência situada dessas mulheres, para colocá-las no centro da análise.

Partindo da diferença estrutural na vivência de homens e mulheres e apoiando-se na perspectiva teórica marxista sobre a vivência do proletariado, Nancy Hartsock (1998), teórica do feminismo *standpoint*, argumenta que o ponto de vista das feministas, situado a partir das condições materiais de existência das mulheres, oferece um ponto de vista particular e privilegiado sobre a supremacia masculina. Pois “assim como a compreensão de Marx sobre o mundo do ponto de vista do proletariado lhe permitiu ir além da ideologia burguesa, um ponto de vista feminista pode nos permitir entender as instituições e ideologias patriarcais como inversões perversas de relações sociais” (HARTSOCK, 1998, p. 138). Para a autora, a divisão sexual do trabalho⁶, estrutura que posiciona as mulheres às atividades reprodutivas e os homens às produtivas, pode ser a base inicial para tal ferramenta epistemológica uma vez que as posições ocupadas por cada grupo influenciam a construção do conhecimento de cada um. Assume-se que a divisão sexual reflete o privilégio epistêmico que representa uma visão de mundo unicamente determinada pela experiência material dos homens (DORLIN, 2021; HARTSOCK, 1998). O modo como vemos e compreendemos os conflitos armados também se encontra sob influência do privilégio epistêmico dos homens.

Para Elsa Dorlin (2021), o projeto epistemológico de Hartsock “consiste em valorizar recursos cognitivos invisibilizados e depreciados, determinados por e elaborados a partir das condições materiais de existência das mulheres; consiste, enfim, em transformar sua experiência em saber” (DORLIN, 2021, p. 22). Presente nesta visão está a crítica ao Estado patriarcal, este instituiu a separação da esfera pública e da esfera privada em diálogo com a construção específica dos homens como os responsáveis pelo público e as mulheres como pertencentes à esfera privada. Estes entendimentos firmam os estereótipos que associam as

⁶ Hartsock (1998) esclarece ainda que o uso de “divisão sexual do trabalho” e não a “divisão de gênero do trabalho” deve-se ao entendimento de que a divisão do trabalho entre homens e mulheres não pode ser reduzida apenas às questões sociais. Para a autora, o fato de os homens não gestarem uma criança não é uma escolha social, mas o fato de mulheres, e não os homens, criarem uma criança numa sociedade estruturada pela heterossexualidade compulsória e com a dominância masculina seria uma escolha social.

mulheres à vulnerabilidade, maternidade, necessidade de proteção e a passividade em oposição à racionalidade, força e o ideal protetor associados aos homens. Essa construção dicotômica oculta a divisão do trabalho capitalista e contribui para a reprodução da mão de obra doméstica como uma mão de obra não paga (Cf FEDERICI, 2021).

A perspectiva do ponto de vista reflete uma posição construída de uma situação vivenciada e não de um ponto de vista feminino universal, essencializado a partir da categoria ‘mulheres’. O objetivo é promover um “privilegio epistêmico” a esses sujeitos, “o saber produzido pelo e com base no posicionamento feminista constitui, ao mesmo tempo, um recurso cognitivo e um recurso político. Ele elucida as condições materiais obscurecidas e ignoradas pelo saber dominante” (DORLIN, 2021, p. 22). É por privilegiar esse outro saber, o das mulheres, que a perspectiva *standpoint* se posiciona como base epistemológica da presente pesquisa. Nesse debate, Hansen (2010) recorda a especial atenção às mulheres marginalizadas que, por serem particularmente desfavorecidas e sistematicamente negligenciadas, possuem um conhecimento diferente tanto dos homens quanto das mulheres privilegiadas.

Patrícia Hills Collins (1989), que utiliza a perspectiva *standpoint* como base epistemológica na reflexão do pensamento feminista negro, afirma que um grupo oprimido não apenas experimenta uma realidade diferente do grupo dominante, como interpreta essa realidade de forma diferente. Entretanto, como posto pela autora, dada a desigualdade de poder entre os grupos, a falta de controle do grupo oprimido sobre os aparelhos da sociedade que sustentam a hegemonia ideológica dificulta a articulação de seu ponto de vista, bem como a possibilidade de implementar suas perspectivas para além do seu grupo particular.

De acordo com Collins (1989), a formulação do ponto de vista do grupo oprimido é possível pois o conhecimento existe em dois níveis e estes são interdependentes. O primeiro nível incluiria o conhecimento cotidiano tomado como garantido e compartilhado por membros de um determinado grupo. O pensamento feminista negro, nessa lógica, representaria um segundo nível de conhecimento, aquele mais especializado que é fornecido por especialistas participantes do grupo e que expressam o ponto de vista do coletivo. A interdependência ocorre uma vez que “enquanto o pensamento feminista negro articula o conhecimento tomado como garantido das mulheres afro-americanas, também incentiva o ponto de vista de todas as mulheres negras” (COLLINS, 1989, p. 750). Mas, ressalta-se que este não representa por si só toda a posição das mulheres negras.

Para os grupos oprimidos, a compreensão da opressão que se sofre pode ser um motor para a resistência. Há, dessa forma, uma conexão entre experimentar a opressão, desenvolver um ponto de vista autodefinido e particular sobre essa experiência e deste resistir a dominação;

para Collins (1989) essa seria “uma das principais razões pelas quais os pontos de vista dos grupos oprimidos são desacreditados e suprimidos pelos mais poderosos” (COLLINS, 1989, p. 749, tradução nossa). Os pontos de vista são plurais, pois são ‘situados’ e não são neutros. Recorda-se que o opressor também tem um posto de vista, este que é considerado hegemônico é apenas ‘imposto’ com normalidade e neutralidade – assim como a construção dual presente na visão do masculino como neutro e do feminino como seu ‘outro’.

Cabe mencionar que uma das críticas que a perspectiva *standpoint* recebe é que sua proposta carregaria um essencialismo implícito na posição das mulheres: partir do pressuposto que as mulheres seriam um grupo unitário e homogêneo que sofreria da mesma forma e por isso teria ‘uma’ mesma história para ser contada. Com essa visão, em última instância, as pesquisadoras estariam caindo no ideal universalizador que as feministas tanto criticam no conhecimento hegemônico. Entretanto, recordamos que se entende o conhecimento como situado, as formulações da perspectiva *standpoint* resultam em contribuições a partir de pontos de vista múltiplos e parciais (HANSEN, 2010). Entende-se como conhecimento hegemônico aquele que é produzido pela dominação masculina e objetiva-se contrapor este a partir de um ponto de vista feminista.

Para Collins (1989), as condições materiais de opressão podem variar dramaticamente e ainda gerar alguma uniformidade nas epistemologias de grupos subordinados, no caso dos feminismos negros “uma vez que as mulheres negras têm acesso tanto aos pontos de vista afrocêntricos quanto feministas, uma epistemologia alternativa usada para rearticular o ponto de vista de uma mulher negra reflete elementos de ambas as tradições” (COLLINS, 1989, p. 756, tradução nossa).

Embora, como visto, a reflexão feita por Patrícia Hill Collins seja para a construção do pensamento feminista negro, a compreensão dos atravessamentos das opressões na produção do conhecimento contribui para o nosso exercício de mobilizar a epistemologia *standpoint* para pensar o conhecimento produzido pelas mulheres que participaram como combatentes nas FARC-EP. É possível traçar padrões entre mulheres que compartilham a vivência na guerra? Olhar para essas mulheres significa reconhecê-las enquanto sujeitos sociais de suas histórias coletivas sem perder de vista as particulares e individualidades de cada uma, suas experiências individualizadas e recordar que seus corpos sofrem de forma distinta o seu contexto racializado, colonizado, sociopolítico e local.

A chave analítica está em como essas mulheres, em coletivo, impactam e/ou são impactadas pelas macroestruturas – estruturas econômicas-políticas-de-segurança e de gênero dominadas por perspectivas masculinas – dentro dos conflitos armados. E como os corpos

dessas mulheres experimentam a guerra no cotidiano. Elucida-se as relações entre o micro e o macro, o pessoal e o internacional, baseando-se em uma definição ampla do que é político como nos ensinam as teóricas feministas das Relações Internacionais.

Incluir a experiência e a vivência na produção do conhecimento desafia as abordagens positivistas que visam criar descrições científicas da realidade a partir de generalizações objetivas (COLLINS, 1989), mas aproxima os leitores de um conhecimento único e privilegiado sobre a participação das mulheres nos conflitos armados. Esse objetivo também permeia a presente pesquisa, ao nos questionarmos como fazer o movimento de trazer a experiência dessas mulheres para as presentes páginas, encontramos nos estudos da memória uma ponte para acessar à construção das histórias dessas mulheres que, em meio ao processo de paz, transformam em relatos as experiências que retiraram de suas vivências cotidianas.

2.2 As disputas da memória

Em *'Memory, Trauma and World Politics: Reflections on the Relationship Between Past and Present'*, Duncan Bell (2006) afirma que no campo das RI a política de memória não tem desempenhado um papel substancial e nem recebido muita atenção dos autores, ainda que os estudos da memória estejam na vanguarda dos debates sobre justiça transicional, reconstrução pós-conflito, legitimidade da violência política, no legado do Holocausto e também de outros processos políticos e sociais. Na literatura sobre memória, Bell (2006) identifica uma concentração de estudos na construção, reprodução e contestação das identidades nacionais. Mas para além disso, as memórias fazem parte da constituição da identidade pessoal e coletiva, de modo que se questiona a forma como estas moldam a si e como são reproduzidas na sociedade.

Ao discutir nação e nacionalismos, Anderson (2005) recupera uma frase do historiador francês Ernest Renan (1882), em que para este a essência de uma nação “consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e que todos tenham esquecido de muita coisa” (RENAN, 1882 *apud* ANDERSON, 2005, p. 32). A ênfase dada ao esquecimento como fator essencial da nação se relaciona ao esquecimento dos cidadãos franceses de sua origem anterior, mas também expõe o uso da memória – e do esquecimento – na construção das identidades individuais e de uma identidade coletiva aos indivíduos no interior do Estado-nacional moderno.

O direcionamento para as questões de identidade nacional teria, entretanto, mascarado a forma multifacetada que existe na relação política e memória e gerado uma lacuna dos estudos

sobre características transnacionais e globais das práticas de memória e o impacto que as memórias comunitárias podem desempenhar na política mundial (BELL, 2006).

O estudo da memória – um exercício essencialmente multidisciplinar, exigindo constantes fechamentos entre vários campos e metodologias interpretativas – promete lançar uma nova luz sobre questões antigas, e ajudar a abrir o estudo das relações internacionais para uma variedade de diferentes tradições intelectuais (BELL, 2006, p. 11, tradução nossa).

Nesse sentido, em seu livro, o autor reúne contribuições que buscam mostrar a pluralidade de abordagens disponíveis para análise da política mundial e os papéis multifásicos desempenhados pela memória dos eventos traumáticos. Com relação à lacuna nas RI, em outra contribuição, Duncan Bell (2009) afirma que isso seria esperado uma vez que, segundo o autor, os “modelos de maximização de utilidade e racionalidade instrumental são incapazes de lidar com a densidade cultural e as texturas fluidas da consciência histórica, ou com a radical ambiguidade, indeterminação e fragilidade da memória” (BELL, 2009, p. 349, tradução nossa).

Além do esforço de Duncan Bell, outra tentativa de superar essa lacuna nas RI encontra-se no livro *“Memory and Trauma in International Relations: Theories, cases and debates”* editado por Erica Resende e Dovile Budryte em 2013. Neste são apresentadas questões sobre o uso da memória, das formas pelas quais as variadas expressões dos sentimentos de sofrimento, recordação e esquecimento contribuem para lidar com o trauma e criar mudanças sociais; de como as experiências traumáticas afetam a política internacional e como o trauma e a memória se manifestam em diferentes contextos culturais (RESENDE; BUDRYTE, 2014).

Embora a memória seja um conceito complexo e contestado – debate que envolve os diferentes significados e o usos do termo nas pesquisas acadêmicas –, entendemos memória a partir tanto do seu sentido, quanto de sua construção coletiva, como proposto pelo sociólogo Michael Pollack. De acordo com o autor, a memória é “como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 9). A memória também “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992 p. 204).

De acordo com Elizabeth Jelin (2002), o núcleo de qualquer identidade individual ou coletiva está ligado a um sentido de permanência, de si mesmo, ao longo do tempo e do espaço: “poder recordar e rememorar algo do próprio passado é o que sustenta a identidade” (GILLIS, 1994 *apud* JELIN, 2002, p. 25, tradução nossa). A identidade e a memória estariam sob uma relação de mútua constituição na nossa subjetividade, para fixar determinados parâmetros de

identidade – seja ela nacional, política, de gênero ou de qualquer outro tipo – o sujeito seleciona certas memórias que são dispostas a partir de sua relação com os ‘outros’. E os parâmetros utilizados – que definem elementos comuns de identificação entre determinado grupo e que estabelecem os limites dessa identidade – tornam-se estruturas sociais para enquadrar memórias (JELIN, 2002; POLLAK, 1992). Há, portanto, na base dessa relação constitutiva um processo de identificação e diferenciação em que a memória é manipulada. De acordo com Jelin (2002, p. 25, tradução nossa) “a constituição, a institucionalização, o reconhecimento e a força das memórias e identidades se alimentam mutuamente”.

Além da memória, Bell (2006) utiliza o conceito de ‘trauma’ para encapsular o impacto de eventos horríveis na formação de identidades comunitárias. Ao passo que aceitamos que as identidades comunitárias estão em contínuo processo de constituição, por meio de narrativas que são contadas e recontadas, então podem existir traumas que são “genuinamente coletivos na medida em que os eventos históricos não são facilmente integrados em narrativas coerentes e construtivas” (BELL, 2006, p. 7, tradução nossa). Os traumas se estabelecem, dessa forma, também como um desafio à constituição da memória coletiva, uma vez que a memória desses ‘traumas’ “desempenham um papel significativo e, por vezes, elementar na formação de percepções políticas subsequentes, afiliações e ações” (BELL, 2006, p. 5, tradução nossa). O estudo da memória e a compreensão do trauma como fenômenos coletivos que moldam identidades grupais contribuem para dar embasamento ao nosso objetivo de pensar as contribuições e recordações expostas pelas mulheres em sua desvinculação à guerrilha das FARC-EP.

Pollack (1989) argumenta que as duas funções essenciais da memória seriam a manutenção da coesão do grupo e a defesa das fronteiras criadas em comum, fornecendo quadros e pontos de referência para essas demarcações. O autor também recorre ao conceito de “memória enquadrada” de Henry Rousso como crítica ao conceito de “memória coletiva” utilizado por Maurice Halbwachs, uma vez que por trás da memória de uma coletividade há um trabalho de enquadramento da memória e esse trabalho tem limites, necessita de uma justificativa e não pode ser construído arbitrariamente. A crítica à memória coletiva de Halbwachs – e à ideia de que a memória nacional seria forma mais completa de uma memória coletiva – perpassa justamente o fato de que ela mascara que a ‘memória coletiva’ de um grupo poder ser analisada como algo imposto, como uma forma específica de dominação ou violência simbólica, impostas pela coerção e não pela existência de uma “comunidade afetiva” entre seus membros (POLLAK, 1989, p. 3). Essa discussão nos importa visto que as FARC-EP detinham a narrativa sobre as memórias de suas ações políticas e armadas em seus documentos oficiais e

declarações públicas, consequentemente, sobre como era a participação e, logo, a experiências das mulheres no interior do grupo armado.

As memórias de uma comunidade são mecanismos que geram e sustentam uma solidariedade social e podem ser causadoras de conflitos (BELL, 2006). Uma memória entendida e construída como correspondente à coletividade tem a capacidade de criar heróis, mitos e inimigos, legitimar uma ideia do que representa o ‘eu’ e o ‘outro’. Por essa razão, há uma importante contribuição da história no processo de enquadramento da memória; as referências ao passado demarcam o lugar da coletividade, bem como quem são as suas oposições. Objetiva-se não apenas a manutenção das fronteiras entre passado-presente-futuro, mas a possibilidade de modificá-las, de usar-se da reinterpretação do passado para acessar eventos, justificar, dar credibilidade e coerência, uma vez que “toda organização política [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma” (POLLAK, 1989, p. 10).

As memórias podem estar solidificadas, para além do discurso, e presentes em objetos materiais, como monumentos, museus, vestígios arqueológicos e ainda serem instrumentos de rearranjos a partir de filmes, testemunhos e documentários (POLLAK, 1989). Em seu trabalho sobre memória e identidade social, Pollak (1992) argumenta que são três os elementos constitutivos da memória individual e coletiva: acontecimentos, pessoas ou personagens e lugares. Os acontecimentos seriam tanto aqueles vividos pessoalmente, quanto os que foram vividos “por tabela” – em que a pessoa nem sempre participou fisicamente, mas que se encontram presentes no imaginário. Essa dinâmica também pode ser encontrada quando se fala de pessoas, podendo ser a respeito de pessoas que, de fato, se encontraram ao longo da vida, ou de pessoas que são transformadas em conhecidas. E os lugares, seriam aqueles particularmente ligados a uma lembrança pessoal que estão marcados na memória do indivíduo ou construídos para tal feito como, por exemplo, lugares de apoio à memória, como os museus e os monumentos aos mortos (POLLAK, 1992).

Ao passo que entendemos a memória não apenas como uma manifestação individual, mas como um fenômeno coletivo e social, é preciso reconhecer que por ser construído coletivamente, submete-se a flutuações, transformações e mudanças (POLLAK, 1992). Assim, espera-se um trabalho permanente de reinterpretação do passado e de justificação do coletivo, porque podem surgir questionamentos capazes de gerar tensões e cisões, implicando em processos de reinterpretações, revisões e redefinições da memória, podendo estes até ameaçar a própria identidade do grupo.

Há, tanto para indivíduos quanto para grupos e sociedades, períodos “calmos” e períodos de crise. Em períodos calmos, quando memórias e identidades são

constituídas, instituídas e amarradas, os questionamentos que podem surgir não causam urgências para reordenar ou reestruturar. A memória e a identidade podem trabalhar por conta própria, e em si mesmas, em um trabalho de manutenção da coerência e da unidade. Os períodos de crise interna em um grupo ou ameaças externas geralmente envolvem reinterpretar a memória e questionar a própria identidade. (JELIN, 2002, p. 26, tradução nossa).

Como apontado por Jelin (2002), um distanciamento entre o passado e o presente permite que interpretações alternativas e inclusive rivais sobre a memória passem a ocupar um lugar debates políticos. Em determinados períodos históricos pode ocorrer um consenso maior sobre o passado – sendo ele o mais aceito ou o imposto – mas sempre existirá outras memórias, outras interpretações e resistências àquela tida como única ou central. Há, portanto, uma luta política ativa sobre o sentido do acontecimento, mas também sobre o sentido da memória em si, “o espaço da memória é então um espaço de luta política, e não poucas vezes essa luta é concebida em termos da luta ‘contra o esquecimento’: recordar para não repetir” (JELIN, 2002, p. 6, tradução nossa). A oposição entre o esquecimento e a memória corresponde a uma luta entre memórias, uma vez que não existe uma única, mas sim múltiplas memórias.

É nesse sentido que a perspectiva construtivista de Pollak em ‘Memória, Esquecimento, Silêncio’, escrito em 1989, visa “analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 4). Os atores e o processo de constituição e formalização das memórias passam a ser o ponto principal das análises, que passam também por privilegiar as minorias, os excluídos e os marginalizados. É destes tensionamentos que vão surgir as memórias subterrâneas que “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’.” (POLLAK, 1989, p. 4).

As memórias subterrâneas, que foram silenciadas e oprimidas por uma ‘memória oficial’ afloram em momentos de crises e “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p. 5). Compreendemos que o processo de paz entre o governo colombiano e as FARC-EP representa um desses momentos de crise da memória oficial, em que os tensionamentos sobre a história do conflito armado são capazes de surgir e disputar espaço – como veremos no tópico a seguir. Nesse sentido, acessar a memória das mulheres ex-combatentes, como uma memória subterrânea, é olhar para uma história contada por atoras que são testemunhas oculares do conflito colombiano, mas à qual se têm pouco acesso, seja porque essas mulheres estão participando do lado do ‘inimigo’ à memória oficial do Estado, a guerrilha, seja por estarem ocupando lugares não autênticos às mulheres, a luta

armada. Essas memórias também podem conter registros que desafiam a narrativa contada pela organização.

Ademais de possibilitar o conhecimento de outras histórias e outras memórias, cabe pontuar que os depoimentos orais ainda se colocam como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas (FERREIRA, 1994). Isso é particularmente importante na proposta desta pesquisa, uma vez que as mulheres são frequentemente vistas como “excluídas da história”⁷.

2.3 *No más sangre. No más tristeza. No más repetición: memórias e o conflito armado colombiano*

A história de um conflito armado pode ser contada de diferentes formas, podemos enfocar nos discursos oficiais do governo, nas reivindicações dos atores armados não-estatais e nos testemunhos oculares dos atores e das vítimas que sobreviveram à violência. Podemos olhar ainda para os relatórios e documentos das organizações de Direitos Humanos, para as memórias de uma determinada comunidade e também para os dados estatísticos. Parte do conflito colombiano pode ser entendido pela dimensão de seus números e esse esforço foi realizado pelo *Observatorio de Memoria y Conflicto* (OMC). Não é necessário conhecer profundamente a história da Colômbia – embora recordemos acontecimentos-chave nas próximas seções – para se ter uma dimensão da violência vivida neste território entre os anos de 1958 e 2021.⁸ Em suas análises, o OMC documentou onze modalidades de violência: ações bélicas; assassinatos seletivos; ataques à população; atentados terroristas; dano a bens civis; desaparecimento forçado; massacres; minas antipessoal, artefatos explosivos improvisados e artilharia não detonada; recrutamento e utilização de crianças e adolescentes; sequestro e violência sexual (OMC, 2021a, 2021b, 2021c, 2021d).

Com relação aos assassinatos seletivos, entre 1958 e 2021, foram 180.671 vítimas, sendo 178.692 destas civis. Os três principais grupos identificados⁹ como responsáveis foram os paramilitares (77.899 vítimas), as guerrilhas (28.650 vítimas) e os agentes do Estado (6.363 vítimas) (OMC, 2021a). Os paramilitares também foram responsáveis pelo maior número de massacres, realizaram 2.116 dos 4.288 eventos documentados, cerca de 49%. Ao todo 24.881

⁷ Referência ao título do livro da historiadora Michelle Perrot (2021): “Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros”.

⁸ Todos os dados têm a data de corte de 30 de junho de 2021.

⁹ Em um total de 58.771 assassinatos não foi identificado o grupo responsável.

pessoas foram vítimas fatais dos massacres perpetrados pelos grupos armados (OMC, 2021c). Outro dado relevante é o número de desaparecimentos forçados, durante o período documentado, 80.711 pessoas foram vítimas desta prática. Agravante é o dado de que 58.965 destas vítimas continuam desaparecidas e sem qualquer tipo de informação a respeito (OMC, 2021b).

A violência sexual perpetrada pelos atores envolvidos no conflito armado (agentes do Estado, grupos guerrilheiros e grupos paramilitares) tem sido temática de pesquisas e relatórios que se preocupam com o esclarecimento de fatos históricos e o direito à verdade das vítimas (Cf CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA (Colômbia), 2018a, 2018b). Nessa modalidade de violência, os dados trazidos pelo OMC mostram que 15.760 pessoas foram vítimas de violência sexual entre 1958 e 2021, as vítimas identificadas 90,7% eram mulheres e 9,3% eram homens (OMC, 2021d).

A dimensão da violência vivida está ilustrada nos números. Mas as memórias desse período estão por todas as partes, estão nos arquivos históricos, nas fotografias, nos museus, nos monumentos, nos destroços dos prédios públicos, nos lutos familiares, nas memórias das vítimas e também na dos perpetradores. Em todos os cantos se relembra o conflito armado. Embora o estabelecimento da paz em território colombiano seja assunto controverso desde a assinatura do Acordo de Paz – visto a manutenção da violência por parte dos grupos armados não-estatais e da força armada colombiana –, trabalhar a memória se tornou um instrumento importante nas tentativas de reconstrução histórica do conflito e também para os esclarecimentos das graves violações de direitos humanos executados pelas e entre as partes envolvidas e contra a sociedade colombiana.

Para tanto, o governo colombiano criou, em 2011, o Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH) como uma plataforma de compreensão social do conflito armado colombiano. A missão do CNMH é contribuir para a reparação integral e o direito à verdade das vítimas, a estratégia estatal visa

mediante a recuperação, conservação e divulgação das múltiplas memórias das vítimas, bem como o dever de memória do Estado e de todos os perpetradores por ocasião das violações ocorridas no marco do conflito armado colombiano, sem espírito de vingança e em clima de justiça, reparação e não repetição (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), [2022b], p. 1, tradução nossa).

Na biblioteca virtual do CNMH é possível encontrar informes, livros, registros em áudio e vídeo que atendem ao objetivo da instituição e revelam a centralidade que a memória exerce no processo de esclarecimento de fatos históricos, bem como para a não repetição. O Acordo

Final de Paz assinado entre o governo colombiano e as FARC-EP em 2016 também mostra a memória como parte significativa do processo de superação do conflito armado. O Acordo prevê no ponto 5 “*Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto*” a implementação do “*Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición*” (SIVJNR), sendo alguns dos seus princípios o reconhecimento das vítimas, sua participação e sua reparação. Dentre as funções do sistema, consta a sua contribuição para “o esclarecimento da verdade do conflito e a construção da memória histórica” (COLOMBIA, 2016a, p. 127), bem como a criação da Jurisdição Especial para a Paz (JEP). A memória se torna um instrumento indispensável em processos de transição pós-conflito, não apenas como uma forma de acessar e esclarecer eventos passados como também para reconstruir uma identidade coletiva que foi fraturada durante o conflito.

Ao revisar os debates sobre as práticas da justiça transicional, Hun Joon Kim (2014) entende a política de memória como algo que transcende as iniciativas oficiais e o período inicial do processo de transição, “em certo sentido, a justiça de transição é uma das fases importantes dentro do processo de longo prazo da política de memória” (KIM, 2014, p. 31, tradução nossa). Nos métodos de conciliação, Laura K. Taylor (2014) aponta que a verdade é necessária, mas não é suficiente para a reconciliação, “a verdade é um processo, uma narrativa de interpretações individuais tecidas na história de uma comunidade e de uma nação; não pode ser reduzida aos fatos sozinha” (TAYLOR, 2014, p. 107, tradução nossa). A autora utiliza o entendimento de verdade independente de sua manifestação como instituição e a partir das considerações de Lederach, de modo que a verdade não é sobre “estabelecer fatos e anexá-los a pessoas individuais... é uma energia social’ (Lederach 2001: 849). Ela é construída a partir de múltiplas narrativas e interpretações, que juntas compreendem a memória coletiva de uma comunidade e de uma nação” (TAYLOR, 2014, p. 109).

Parte da reconciliação, dessa forma, está em reestabelecer a verdade, na esteira da violência dos conflitos, por meio da representação de múltiplas vozes na narrativa que se desenrolará na reconstrução da memória coletiva (TAYLOR, 2014). No processo de paz colombiano, a JEP é um mecanismo de justiça transicional que foi criado para “satisfazer os direitos das vítimas à justiça, oferecer-lhes a verdade e contribuir para sua reparação, com o propósito de construir uma paz estável e duradoura” (COLOMBIA, [2022], tradução nossa), neste são submetidos os ex-combatentes das FARC-EP, os membros da força pública e outros agentes do Estado colombiano e participantes de mobilizações sociais.

Pelos próximos 20 anos, a JEP tem a tarefa de investigar, esclarecer, julgar e punir os crimes que ocorreram em território colombiano durante os mais de 50 anos de conflito (até 1º

de dezembro de 2016). Dada a grande quantidade de violações cometidas durante o conflito e a impossibilidade de se analisar caso a caso, a JEP instituiu sete macro-casos que foram considerados os mais graves e os mais representativos, são estes: 1) Tomada de reféns e outras graves privações de liberdade cometidas pelas FARC-EP; 2) situação dos municípios de Ricaurte, Tumaco y Barbacoas no departamento de Nariño; 3) assassinatos e desaparecimentos forçados apresentados como baixas em combate por agentes do Estado; 4) situação territorial na região de Urabá; 5) situação territorial no norte de Cauca e ao sul do Valle Del Cauca; 6) vitimização de membros da Unión Patriótica (UP); 7) recrutamento de crianças no conflito armado¹⁰ (COLOMBIA, 2022).

As falas proferidas por membros da força pública colombiana durante uma audiência pública da JEP realizada em abril de 2022 são uma mostra das disputas entre a memória oficial e as memórias subterrâneas presentes no conflito armado e representam a possibilidade de ter acesso à verdade no emblemático caso dos falsos-positivos. Em diferentes partes do território, membros da força pública colombiana estabeleceram como prática o assassinato sistemático de civis e a apresentação destes como membros de organizações armadas não-estatais mortos em combate para demonstrar o “sucesso” das operações, esses casos ficaram conhecidos como ‘falsos-positivos’. A investigação realizada pela JEP no marco do caso 03, aberto em julho de 2018, identificou pelo menos 6.402 pessoas que foram assassinadas e apresentadas como guerrilheiros entre os anos de 2002 e 2008, os casos foram separados em seis regiões correspondendo a seis subcasos (COLOMBIA, 2022).

Na audiência pública de reconhecimento dos falsos-positivos do subcaso do Norte de Santander participaram 11 acusados de crimes de guerra e lesa-humanidade, sendo 10 membros da força pública e um civil. Estes foram responsáveis por participar da seleção e execução dos falsos-positivos, da legalização da prática e de seu encobrimento com o objetivo de insuflar os resultados das operações militares no território de Catatumbo, departamento de Norte de Santander, entre 2007 e 2008.

Para utilizarmos dos termos de Pollack (1989), a memória oficial dos sucessos das operações militares no território é contrastada pela memória subterrânea acessada no reconhecimento dos assassinatos sistemáticos como uma prática institucional realizada pelos acusados. Na audiência pública, o ex-comandante de esquadra da *Brigada Móvil 15* (BRIM15), Néstor Guillermo Gutiérrez, admitiu que o assassinato de camponeses apresentados como guerrilheiros foi um fenômeno criminal realizado por pressão dos altos comandos da instituição

¹⁰ As informações sobre os sete macro-casos e os informes podem ser encontradas no site oficial da Jurisdição para a Paz em: <https://www.jep.gov.co/Paginas/Inicio.aspx>.

na região de Catatumbo e em todo o país, “eu assassinei parentes inocentes daqueles que estão aqui [...] Eu, como membro da força pública, os matei covardemente” (GUTIÉRREZ, 2022, tradução nossa). Gutiérrez (2022) esclareceu ainda a relação do exército com os paramilitares: as armas que faziam parte do teatro montado para falsificar uma cena de combate eram compradas dos paramilitares. Gutiérrez (2022) narrou em detalhes como aconteceu a morte de um dos jovens em suas mãos:

pegamos ele em um bar, encerramos em um quarto e à meia-noite o tiramos [...] o Sargento Ávila me disse por rádio ‘já sabes o que fazer’ [...] paramos e, inocentemente, ele me perguntou ‘o que aconteceu?’ e eu ‘não, tranquilo, espere’. Voltei e atirei nele, o matei, os soldados dispararam para os montes e para cima. Reportamos um suposto combate, peguei a mão dele [...] empunhei a arma que me mandaram pelos paramilitares, quando peguei a sua mão, era uma mão cheia de calos, de trabalhador, de campesino. Nós simulamos um combate [...]. (GUTIÉRREZ, 2022, tradução nossa).

Outro depoimento marcante da audiência foi dado por Rubén Darío Castro Gómez, antigo comandante da *Brigada Móvil* 15 (BRIM15). Neste, Gómez reconheceu que a prática dos falsos-positivos satisfazia as exigências dele e dos altos comandos por resultados operativos “vantajosos” para a instituição militar.

venho reconhecer, como chefe do Estado-Maior da BRIM15, que existia uma quadrilha criminal dentro da Brigada da qual eu estava ciente, não denunciei, tampouco investiguei, que foi criada com o único propósito de aumentar os resultados [...] continuei com a exigência de pedir resultados operacionais [...] Eu me conscientizei que por causa de minha demanda e por exigir de meus subalternos esses resultados, foram assassinatos pessoas que não tinham nada a ver com o conflito armado, pessoas que eram campesinos e trabalhadores desta região de Catatumbo, como também jovens que foram trasladados de outras regiões para serem apresentados como baixas em combate [...] Firmei documentos operacionais com os quais o assassinato de civis e inocentes foi legalizado [...] Lamento desde as profundezas do meu coração pela vitimização de seus parentes [...] perdão pela dor causada às mães, irmãs esposas e demais familiares, perdão a Deus por tudo o que tiveram que viver para poder recuperar os cadáveres [...]. (GÓMEZ, 2022).

A audiência pública foi instituída como medida de reparação simbólica pelos danos que os acusados causaram nas vítimas e suas famílias, nas comunidades e no território. Trazer esses relatos aqui, mesmo que de forma breve, foi uma forma de mostrar a necessidade de se ter acesso aos agentes de violência, aos que por, muitas vezes, temer retaliações ou processos jurídicos ficam sem ser ouvidos. Uma maneira de (re)conhecer outras vozes do conflito e ainda exemplificar a importância da memória nos processos pós-conflito.

Por ser um processo em andamento, uma análise que perpassasse os enquadramentos da memória e uma possível constituição de uma memória oficial por parte dos resultados da JEP ainda não é possível, embora seja uma ideia para uma análise futura. Entretanto, o que de fato já pode ser visto aqui, é que o processo de paz realizado em 2016 pode ser entendido como um dos momentos de crise ou ruptura ao qual Pollak (1989) se refere. Isto deve-se à possibilidade e à tentativa de trazer para o espaço público memórias subterrâneas capazes de disputar com as memórias expostas e enquadradas anteriormente. A memória “pode amarrar as pessoas, bem como desmontá-las, catalisar e sustentar a busca por justiça, bem como motivar a violência” (BELL, 2009, p. 358). Evidencia-se a necessidade de aproveitar desse momento de ruptura para acessar as memórias de outros atores e atoras que experienciaram a violência em território colombiano, seja como agentes de violência, seja como vítimas.

2.4 Conclusões parciais

Negar a participação das mulheres nos espaços públicos, relegando-as a condições de espectadoras das práticas políticas nacionais e internacionais não é algo novo. Um dos desafios proposto pelas feministas é incluir nas análises um olhar direcionado a iluminar a atuação dos corpos sexuados e, no caso da presente pesquisa, das mulheres em espaços que a sua participação não é (re)conhecida, nesse caso, na lógica patriarcal e masculinista da guerra.

Por meio da perspectiva *standpoint* compreendemos que a experiência compartilhada pelas mulheres pode ser transformada em um conhecimento situado, único e particular que é construído em oposição ao conhecimento entendido como hegemônico, mas que, em última instância, reflete o domínio dos homens sobre a produção do conhecimento científico. É por essa razão que olhamos para as mulheres combatentes para pensar a guerra, o que elas experienciaram e o que elas têm a nos dizer.

A intenção é que a formulação de seu ponto de vista particular – enquanto mulheres combatentes que vivenciaram experiências comuns e compartilhadas no cotidiano da guerra – pode ser capaz de elucidar questões como: de que forma chegaram à guerrilha, por recrutamento forçado ou de forma voluntário, o que as levou a participar ou apoiar a luta armada, a vivência entre homens e mulheres no interior da fila guerrilheira e as violências vividas durante essa experiência. E ao nos questionarmos como fazer esse exercício de acessar um ponto de vista das mulheres, agora, ex-combatentes, encontramos nos estudos da memória, na análise de suas micronarrativas a possibilidade de resgatar essas experiências.

A memória, como tratado anteriormente, também é um objeto de disputa – necessitando-se de particular atenção às relações de poder envolvidas e aos produtores da memória enquadrada: o que se recorda, como recorda e quem pode recordar são processos que perpassam por relações mais amplas de existência, dominação e legitimidade. Algumas memórias conquistam a capacidade de dominar a forma como se recorda, enquanto outras apenas sobrevivem como forma de resistência e estão restritas a quem se recorda (JELIN, 2002). Quando pensamos na memória das mulheres, essas questões podem ser chaves para compreender por que, embora algumas memórias sejam trazidas ao público, estas continuam à margem dos acontecimentos da história permeados pela dominação masculina.

Longe de se esgotar as diferentes possibilidades de se analisar memórias e identidades no contexto do conflito colombiano e nas FARC-EP, enquanto coletividade, optamos por explorar o trabalho de memória realizado pelas próprias ex-combatentes desde o processo de paz e o trabalho de memória realizado pela guerrilha que contenha informações sobre as mulheres guerrilheiras. Ao utilizarmos o feminismo *standpoint* buscamos colocar as mulheres no centro, mas isso não significa tomar as memórias das mulheres ex-combatentes como verdade absoluta, tampouco, enquanto pesquisadores, nos sobrepormos aos seus lugares de fala. Esperamos que este recorte contribua na compreensão da participação de mulheres em grupos armados como um fenômeno complexo que não pode ser reduzido aos olhares generificados e dicotômicos das práticas políticas internacionais.

3 OS HOMENS FAZEM A GUERRA E AS MULHERES FAZEM A PAZ?

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no front estão caladas. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12).

O trecho que inicia o presente capítulo encontra-se no livro *‘A guerra não tem rosto de mulher’* escrito pela jornalista ucraniana Svetlana Aleksievitch (2016). O livro, que contém os depoimentos de mulheres soviéticas que participaram da Segunda Guerra Mundial, talvez seja a contribuição mais conhecida sobre a participação de mulheres na violência da guerra. A violência política e os conflitos armados são comumente vistos como territórios masculinos, onde os homens são os principais atores e principais executores das práticas violentas, seja por meio de suas atuações em exércitos regulares, grupos guerrilheiros, grupos paramilitares ou em forças de paz (CLARK; MOSER, 2001). Da mesma forma que não se questiona a participação dos homens e garotos em conflitos armados, para Swati Parashar (2011, p. 192), quando a participação das mulheres é descrita ela assume os tons de ‘essencialização’ ou de ‘excepcionalidade’. Ainda assim, elas estão lá.

Alexis Henshaw (2015) identificou três pressupostos sobre a participação de mulheres em movimentos armados que dominam a literatura sobre conflitos e guerras civis: i) as mulheres não participam da maioria dos grupos rebeldes armados; ii) a participação de mulheres em funções ativas de combate ou liderança não é frequente ou é inexistente; e, iii) as mulheres são mais propensas a estarem presentes quando são usadas táticas coercitivas ou o recrutamento forçado. Entretanto, o resultado da sua pesquisa mostrou que esses pressupostos não corresponderam a realidade da amostra: as mulheres são mais presentes nos grupos rebeldes do que a literatura reconhece, atuaram em mais de 70 grupos armados ativos em conflitos intraestatais ao redor do mundo entre 1990 e 2008. Os dados mostraram que as mulheres são participantes ativas em mais da metade, cerca de 60%, dos grupos analisados. Além disso, enquanto as mulheres tendem a estar nos papéis de apoio e não de combate, os dados revelaram que as mulheres participam de ataques armados em quase um terço de todos os movimentos rebeldes e desempenham papéis de liderança em mais de um quarto dos grupos da amostra. E, embora o recrutamento forçado seja uma realidade para mulheres e meninas em alguns movimentos rebeldes, a maioria dos movimentos que incorporam mulheres contam com a sua participação voluntária (HENSHAW, 2015).

Nosso presente capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre a participação das mulheres nos conflitos armados visando reafirmar que, embora não vistas, elas estão envolvidas na violência e que suas experiências importam tanto para compreender processos conflitivos quanto para mostrar a manutenção das estruturas patriarcais nos movimentos armados.

3.1 Os corpos nos conflitos armados

Aa análises que partem de uma relação inerente entre a masculinidade e a violência e, de forma oposta, a feminilidade e o pacifismo, refletem a divisão de papéis socialmente construídos de acordo com as expectativas que relacionam o sexo ao gênero: homens como agressores e protetores de um lado e mulheres como vulneráveis que necessitam ser protegidas de outro. Embora essa visão seja respaldada por uma maior atuação dos homens na linha de frente dos combates em comparação às mulheres, este entendimento essencializado turva a representação das mulheres nos conflitos armados e prejudica compreensões locais sobre os fenômenos conflitivos. Não falarmos sobre essas mulheres, suas motivações para a participação na violência como combatentes ou apoiadoras e, principalmente, sobre as consequências dessas experiências para a suas vidas individuais e aceitar essa participação como um fenômeno excepcional também contribui para sustentar o mito da guerra e do homem-soldado-protetor. O reconhecimento de que as mulheres podem ser ‘soldados’ subverte a lógica patriarcal de proteção masculina e a delimitação das esferas ‘públicas’ e ‘privadas’, conforme MacKenzie:

os mitos da guerra – ou as histórias que são rotineiramente contadas sobre a guerra – dependem de uma construção particular da esfera pacífica e privada. Mulheres e meninas – como vítimas – são personagens centrais desses mitos. Sem as vítimas femininas carinhosas, inocentes e fracas, a guerra perde parte de seu significado e fascínio. (MACKENZIE, 2011, p. 65, tradução nossa).

Nesse sentido, a visão essencialista presente em homens-perpetuadores e mulheres-vítimas não apenas sustenta uma dominação masculina, como justifica a prática da guerra sob o discurso de proteção das mulheres e da nação. Esse dualismo simplifica um processo complexo de atuação de homens e mulheres em conflitos armados, uma vez que, para Fiona Clark e Caroline Moser (2001), sob essa lógica é retirado desses sujeitos o seu poder de agência. Estes não são vistos como atores sociais capazes de realizar escolhas em meio a processos conflitivos.

Afirmar os sujeitos enquanto atores sociais não é apenas vê-los como sinônimos de indivíduos, mas como atores construídos socialmente à luz das relações sociais e do contexto

em que estão inseridos. Contudo, como ressaltam as autoras, não há uma interpretação universal para a agência, visto que as diversidades geográficas, religiosas e sociais são capazes de moldar a relação constitutiva entre identidade e agência, impactando na forma como os atores enfrentarão as situações de conflitualidade (CLARK; MOSER, 2001).

A liberdade de agir e a possibilidade de escolher pela violência por parte das mulheres é um ponto de destaque na literatura feminista quando pensamos em mulheres envolvidas na violência e nos conflitos armados (CLARCK; MOSER, 2001; GENTRY; SJOBERG, 2007). Nos debates, a agência é vista como potencialmente empoderadora e emancipatória para as mulheres. Não seria exagero, portanto, questionar se a situação conflitiva, o ingresso das mulheres em grupos armados ou exércitos, ambientes hostis a sua participação, e a forma como os corpos de homens e mulheres se relacionam no interior dos grupos armados durante os períodos de violência seria capaz de reorganizar ou superar as normas dicotômicas de gênero, promovendo maior equidade entre seus membros.

O debate parte do pressuposto que o engajamento das mulheres em esforços de guerra (seja no trabalho de apoio ou no combate direto) ofereceria modificações nos padrões de gênero que, no longo prazo, poderiam afetar a emancipação e o empoderamento dessas mulheres. O que, posteriormente, seria capaz de gerar transformações sociais e uma maior igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, Dubravka Zarkov (2006) ao retomar o trabalho de Judy El-Bushra, argumenta que embora os papéis de gênero se alterem em situação de conflitos armados, e que nestes as mulheres podem adquirir maiores responsabilidades tanto no nível pessoal quanto no comunitário, mudanças institucionais que poderiam proporcionar às mulheres um maior poder de decisão de acordo com essas novas atuações são lentas. Assim, as normas de gênero podem permanecer intactas, ainda que os papéis mudem: “os fundamentos ideológicos das relações de gênero mal foram tocados e podem até ter se reforçado ainda mais pelo conflito” (EL-BUSHRA, 2004, p. 169 *apud* ZARKOV, 2006, p. 224, tradução nossa).

Ainda sobre a manutenção dos papéis generificados, a pesquisa de Jenny Hedstrom sobre a participação de mulheres na luta pela independência e autodeterminação no Myanmar mostrou que, embora participassem do *Kachin Independence Organization* (KIO), as suas funções como “esposas e mães” vinham em primeiro lugar. A participação da mulher tanto no nível organizacional-militar quanto político-comunal era uma ideia compartilhada entre os membros, esta funcionava como uma ‘anormalidade necessária’ para a defesa da nação. De modo que, ao fim do conflito, as mulheres retornaram aos antigos papéis tradicionais associados ao ideal de feminilidade. Ainda que no caso de Myanmar, com o objetivo de demandar participação política, essas mulheres se uniram posteriormente para montar processos de paz

locais, sendo *Women's League of Burma* (WLB) e *Women's Initiative Network for Peace* (WIN-Peace) exemplos dessas redes informais (HEDSTROM, 2015).

De forma distinta, para Mariana Chaguri e Flávia Paniz (2019), a agência das mulheres em contextos de guerra envolve tensões e negociações sobre a definição do que é esfera “pública” e esfera “privada” no interior da nação. Estes embates são capazes de refazer ou reposicionar os ideais do feminino e do masculino. Ao analisarem os casos da guerra do Vietnã e do Curdistão, as autoras afirmam que a reorganização dos papéis de gênero constrói o que chamam de “mulheres para os tempos de guerra” com atributos específicos (CHAGURI; PANIZ, 2019, p. 897).

as mulheres que participam da guerra transitam permanentemente entre espaços públicos disputados, conflito armado e domesticidade, seja em referência ao cuidado direto da própria casa ou de familiares, seja em uma espécie de espaço doméstico feito nas frentes que envolve o cuidado os feridos, produzir alimentos, organizar arsenais, documentos, uniformes e, logo, lutar, produzir e cuidar passam a ser partes interligadas da mesma responsabilidade que as mulheres tinham em relação à nação (CHAGURI; PANIZ, 2019, p. 908, tradução nossa).

A mobilidade e o diálogo entre o espaço público e privado ficam evidentes para as autoras no movimento ‘três responsabilidades’ (lutar, produzir e cuidar) do Vietnã e no slogan *Jîn, Jîan, Azadi* (vida, mulher, liberdade) das combatentes curdas: “na intersecção entre o tempo de combate e o tempo do cuidado arquitetam-se os modos e significados da participação das mulheres na guerra organizando a agência e produzindo experiência”. (CHAGURI; PANIZ, 2019, p. 908, tradução nossa). Nesse entendimento, a guerra não apenas modificaria as normativas de gênero nessas sociedades, mas as relações entre homens e mulheres com a defesa da nação. O que não fica claro, todavia, é se essa reorganização que impulsiona um ativismo das mulheres na guerra se mantém após o período de luta armada ou se como no caso Myanmar, as esferas públicas e privadas voltam a operar como opostos em que às mulheres é reservado apenas a última.

Para os pesquisadores Tsjeard Bouta, Georg Frerks e Ian Bannon (2005) há uma tendência para uma maior equidade em comparação a apresentada na sociedade pré-conflito, uma vez que homens e mulheres compartilharão as mesmas funções:

Conforme declarado pelos soldados: “Nos exércitos, as mulheres devem viver e agir de forma semelhante aos homens” e “mulheres e homens se tornam camaradas como soldados”. Homens e mulheres nos exércitos tendem a compartilhar o perigo, as condições de vida e os papéis, e muitas vezes têm acesso a treinamento e educação que não seguem estereótipos de gênero (BOUTA; FREKS; BANNON, 2005, p. 16, tradução nossa).

O debate da existência de equidade entre homens e mulheres no combate, entretanto, não é unânime na literatura. Bouta, Freks e Bannon teriam ignorado a existência de uma estrutura patriarcal presente sobre o corpo das mulheres. Para Shekhawat (2015) o patriarcado também opera sobre estas mulheres, mesmo que elas se sintam ‘como homens’ durante a conflitualidade, há uma dualidade em suas experiências. Ao passo que se permite a atuação em espaços considerados ‘masculinos’ como o combate, grupos armados tentam preservar as qualidades ‘femininas’ das mulheres para atingir alvos de seus inimigos:

[...] é por causa de seu gênero que as mulheres se tornam a escolha preferida de muitos grupos rebeldes para atentados suicidas e para atividades de apoio, como enviar mensagens, dinheiro e armas. Essas mulheres são, portanto, presas em uma situação difícil, em que aspiram a se tornar homens para alcançar a igualdade e até se espera que o façam, mas são simultaneamente forçadas a continuar sendo mulheres para sustentar o conflito. (SHEKHAWAT, 2015, p. 6, tradução nossa).

Assim, para Shekhawat (2015) mesmo que colocadas nas mesmas posições ocupadas por homens, como o combate armado, não estão em equidade “em uma sociedade patriarcal há uma diferença entre se sentir **como** homens e **ser** homens. Na maioria dos casos, o patriarcado não deixa de operar mesmo quando a igualdade é um objetivo projetado pelos líderes do movimento” (SHEKHAWAT, 2015, p. 11, tradução nossa, grifo nosso). A estrutura patriarcal de subordinação das mulheres também pode ser vista quando olhamos para os cargos de liderança nos movimentos armados, na pesquisa de Henshaw (2015) menos da metade dos grupos que tem participação de mulheres dão a estas cargos de liderança.

Essa discussão revela ainda outro ponto importante no debate sobre mulheres combatentes, as mulheres cumprem preferencialmente os papéis de apoio, aqueles em que não necessariamente portam-se armas e vão para a linha de frente? Ademais, esses são os papéis mais esperados para atuação das mulheres em grupos armados? Henshaw (2015) buscou delimitar e diferenciar a atuação das mulheres em grupos armados com o objetivo de esclarecer se essa participação seguia a expectativa de que elas eram apenas utilizadas nos papéis de apoio e excluídas do combate.

Os resultados mostraram que a maior contribuição dada pelas mulheres foi no papel de não-combatentes, categoria que inclui uma identificação com os objetivos/ideologia do grupo armado, uma rotina de apoio geral, como mão-de-obra, suprimentos ou assistência, não apenas para indivíduos específicos e conduzir ações fora do ambiente de combate. Embora participem em um nível mais baixo que seus companheiros homens, elas estiveram ativas em 72 dos movimentos armados analisados e apenas 29 grupos não possuíam a participação de mulheres.

Em um terço dos grupos elas também participaram de ataques armados, uma vez que o papel de apoio ou suporte não exclui de uma participação direta no combate (HENSHAW, 2015). Para Jakana Thomas e Reed Wood (2017), ademais, quando as mulheres são excluídas do combate, também são negadas a elas a oportunidade de atingir os mesmos níveis de prestígio que os seus companheiros homens.

Mas estas mulheres também são importantes para os objetivos políticos dos grupos armados, ainda que performem papéis considerados ‘secundários’ e de menor prestígio na luta armada, estas fazem parte do esforço da guerra. Afinal, o que significa ‘participar’ de um grupo armado? Papéis de apoio e suporte não fazem dessas mulheres, mulheres combatentes? As denominações dadas pelos pesquisadores e pesquisadoras de que as mulheres envolvidas com os grupos armados são apenas ‘seguidoras’, ‘acompanhantes’ e ‘auxiliares’ demarcam essas mulheres como *outsiders* e reforçam que seus esforços, ainda que cruciais, não estão incluídos nas práticas da guerra. Logo, essas mulheres não são atoras políticas relevantes e essa lógica contribui para a manutenção do mito da homem-soldado-protetor discutido anteriormente. Não rotularmos esse trabalho como combate ou essas mulheres como soldados significa manter “a discriminação de gênero da divisão do trabalho em que o trabalho crítico, essencial para a sobrevivência, é simplesmente considerado como extensão natural das obrigações domésticas das mulheres” (STAVROU, 2005 *apud* MACKENZIE, 2011).

O apagamento dessa participação não ocorre apenas por quem analisa os conflitos armados, a visão de que os papéis desempenhados não as tornam de fato combatentes dos grupos armados é compartilhada pelas próprias mulheres. No caso angolano do *National Union for the Total Independence of Angola* (UNITA), relatórios da organização *Human Rights Watch*, mostraram que as mulheres falavam sobre suas participações nas tarefas de apoio, mas não se identificavam como membros, para Henshaw (2015), o exemplo da UNITA, demonstra a importância da autoidentificação e mostra como os serviços realizados por mulheres podem se tornar invisíveis perante os demais. Essa invisibilidade tem consequências profundas quando os territórios em conflito passam por Acordos de Paz e iniciam processos de reconstrução pós-conflito – como não são vistas como combatentes, são esquecidas.

3.2 O pessoal não é político?

Independente do grupo em que estão vinculadas, as motivações para o ingresso das mulheres na luta armada podem ser iguais às apresentadas pelos homens. A pesquisa realizada por Karen Kampwirth (2002) sobre a participação de mulheres nos movimentos guerrilheiros

de Nicarágua, El Salvador, Cuba e Chiapas mostrou que as razões apontadas pelas mulheres para participar da luta são similares as dadas pelos homens: “para acabar com a ditadura, acabar com a exploração dos pobres e dos indígenas, para criar países mais justos para seus filhos” (2002, p. 6, tradução nossa). Para a autora, não há razões distintas para a entrada de homens e mulheres, entretanto, o que chamou a atenção sobre esse dado, para a autora, é que apenas uma mulher, das mais de 200 entrevistadas, apontou que o desejo de justiça de gênero desempenhou um papel importante na sua decisão de vinculação.

Ainda assim, a agência dessas mulheres na violência é questionada, se estão nesses espaços levadas por conta própria ou se são cooptadas. Se são motivadas por vinganças pessoais ou se lutam por crenças políticas. Pesquisas sobre ataques suicidas perpetrados por mulheres se concentram, por exemplo, na relação existente entre viuvez e violências sexuais sofridas anteriormente ao ingresso nos grupos armados e sua participação na violência. Essas mulheres não teriam outra alternativa a não ser a “reabilitação” por meio do martírio (BLOOM, 2011; HENSHAW, 2015).

O reconhecimento da participação de mulheres na violência não significa que se aceite a violência praticada por elas. Para Caron Gentry e Laura Sjoberg (2007), as mulheres que se utilizam da violência são atravessadas por normas de gênero quando seus atos são descritos. As mulheres que optam pela violência não são caracterizadas como criminosas, soldados ou terroristas ‘normais’. Elas são vistas a partir de um olhar estereotipado que além de negar-lhes agência, reforça a sua subordinação, visto que o comportamento violento é demarcado como oposto às normas de gênero idealizadas para elas (GENTRY; SJOBERG, 2007). O que significa que, embora aparentem estar ‘incluídas’ no processo de violência, são sujeitas às estruturas discursivas patriarcais que as mantém subordinadas a um ideal de gênero. Quando se reconhece a participação de mulheres na violência, as explicações baseadas em posições político-ideológicas são afastadas e as suas ações violentas são enquadradas no interior de estereótipos associados ao doméstico-maternal-pessoal.

Para Parashar (2011), as questões levantadas nas análises sobre a participação de mulheres na violência sempre enfocam na subjetividade e motivações. Todavia, as motivações pessoais não seriam também políticas? “a suposição aqui é que há sempre um motivo pessoal (não é político?) envolvido e a violência política das mulheres muitas vezes é consequência de manipulações patriarcais” (PARASHAR, 2011, p. 192, tradução nossa). Como no caso das mulheres-bomba chechenas que lutaram pela independência do território Checheno nos anos de 1990, conhecidas com o *Black Widows*. Para Gentry e Sjoberg (2007), a caracterização como ‘viúvas negras’, nega a essas mulheres a participação na violência política por

autodeterminação nacional ou reivindicação política e introduz a ideia de que suas ações são motivadas por ‘vingança’ devido à perda de seus maridos em confrontos.

Esses fatores emocionais e pessoais são ecos modernos da clássica divisão entre esfera pública e privada. A suposição de que as mulheres são motivadas pelo pessoal é dominante, e os relatos ignoram ou fazem pouca menção a qualquer agenda política. Ao caracterizar as ações das mulheres dentro da narrativa maternal, como vingança materna, a participação da mulher se diferencia da participação do homem (GENTRY; SJOBERG, 2007, p. 129, tradução nossa).

Com esse entendimento, os homens, teriam o poder de escolher pela violência, ao passo que as mulheres seriam passivas à violência. A ênfase dada às questões emocionais ocorre quando os atos violentos são perpetrados por mulheres, homens não são questionados com relação aos seus relacionamentos e sentimentos. Destarte, é importante pontuar que da mesma forma que as normas de gênero operam para as mulheres, elas operam também para os homens. Ainda que não seja o objetivo da presente pesquisa explorar essas diferenças, não se questiona se homens foram obrigados ou recrutados à força pelos grupos armados, se são vingativos e perderam familiares nos confrontos antes de escolher por sua vinculação ao grupo armado. Espera-se, simplesmente, que eles estejam em combate por questões ideológicas, pela defesa da nação, por um dever cívico, pela responsabilidade de proteger seu território e ‘suas mulheres’. Ao contrário das mulheres, espera-se que os homens estejam agindo por proteção e não por motivações extraordinárias ou ‘pessoais’. Essa é a outra face da estrutura normativa de gênero.

O discurso doméstico-maternal, ademais, também é utilizado por grupos armados visando a mobilização das mulheres. O grupo armado *Lashkar-e-Toiba* (Exército de Deus, em tradução literal) presente na região da Caxemira, por exemplo, utiliza-se do ‘sacrifício das mães’ na justificativa para a *jihad*. Apelos são feitos às mães do Islã para sacrificar seus filhos, estes cujo dever é de protegerem as suas mães. Este ato de sacrifício é considerado maior que a contribuição monetária na *jihad* (PARASHAR, 2011). Ao mesmo tempo em que as narrativas maternas fazem parte da militância pública, os papéis dessas mulheres são construídos dentro das normas aceitas de ‘feminilidade’. Exemplos como esse também reforçam a existência de contradições entre as construções discursivas e as ações práticas dos grupos armados.

Com relação ao ingresso forçado de mulheres aos grupos armados, a pesquisa realizada por Henshaw (2015) mostrou que, com frequência e independente das inclinações ideológicas, os movimentos utilizam técnicas de participação forçada de mulheres e meninas. A autora ressalta que, mesmo quando as organizações sequestram ou forçam a entrada de mulheres,

outras mulheres podem estar aderindo de forma voluntária, uma vez que essas práticas não são mutuamente excludentes.

Uma forma diferente de se analisar a participação de mulheres nos movimentos armados foi proposta por Thomas e Wood (2017). Para eles, a entrada de mulheres nos grupos armados tem relação com as normas sociais e de gênero existentes naquela sociedade previamente ao momento conflitivo. O impacto é tanto do lado dos grupos armados, para que suas lideranças permitam a vinculação, quanto do lado das mulheres com o seu próprio interesse em participar: “essas descobertas demonstram que a igualdade de gênero não afeta apenas se as mulheres estão presentes nas organizações rebeldes, mas também se elas realizam trabalhos igual aos homens dentro delas” (THOMAS; WOOD, 2017, p. 14). Na pesquisa, foram identificados três mecanismos que relacionados mostrariam uma ligação entre a integração prévia de mulheres nas instituições sociais e econômicas e a taxa de grupos armados que recrutaram mulheres para a função de combate: habilidades e conhecimentos; socialização e expectativas; e, redes e oportunidades. A lógica presente na proposta é de que a integração das mulheres na força de trabalho e nas instituições educacionais anteriormente a existência do conflito forneceria a estas mulheres um conjunto de habilidades que são valorizadas pelas organizações armadas.

Na pesquisa de Viterna (2013) sobre a participação de mulheres na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador, a liderança da organização teria feito esforços para recrutar mulheres alfabetizadas e com habilidades ou treinamento médico (VITERNA, 2013). Uma maior socialização entre homens e mulheres nas atividades econômicas, sociais e políticas na sociedade pré-conflito aumentariam as chances de homens aceitarem a participação de mulheres nos movimentos armados e em atividades com responsabilidades similares. Por fim, ao passo que as mulheres recebem educação e atuam na força de trabalho, sua exposição à política e aos canais de comunicação política possibilitam que haja uma maior aproximação com as organizações rebeldes (THOMAS; WOOD, 2017).

Mudanças macrossociais, como a pontuada por Thomas e Wood (2017) com a maior participação de mulheres na força de trabalho nas sociedades pré-conflito, também fazem parte das razões que Karen Kampwirth (2002) apresenta para explicar a mobilização de mulheres nos grupos armados. Ao analisar os movimentos guerrilheiros existentes na Nicarágua, El Salvador, Chiapas e Cuba nos anos de 1990, a autora identificou que a concentração de terras e o aumento da insegurança para as famílias rurais (devido à globalização econômica e o crescimento populacional), por vezes resultaram em uma maior migração dos homens para os centros urbanos e o abandono das famílias. Essas modificações na estrutura familiar, promoveram o aumento no número de domicílios comandado unicamente por mulheres e também uma

migração de mulheres para os bairros pobres dos centros urbanos. A observação das desigualdades na sociedade urbana facilitaria a mobilização armada dessas pessoas. O rompimento dos laços tradicionais e familiares também aproximaria essas mulheres de agrupações políticas organizadas como grupos estudantis, religiosos e sindicatos de trabalhadores; espaços em que a radicalização operou nos países analisados (KAMPWIRTH, 2002).

A resposta violenta por parte dos governos dos Estados, na tentativa de conter o desenvolvimento dos grupos armados, teria contribuído para a radicalização e o ressentimento das mulheres. E, por parte dos movimentos, a ascensão da Teologia da Libertação e crescimento de grupos religiosos e seculares, bem como as mudanças nos métodos empregados pelos grupos (mobilização em massa e estratégia político-militar) também são elencados por Kampwirth (2002) como motivadores para a maior mobilização das mulheres. As questões estruturais e as mudanças no interior dos grupos armados, entretanto, não preencheriam a lacuna da dimensão pessoal apresentada pelas mulheres que ingressam aos grupos armados. Com efeito, fatores estruturais (modificações na distribuição das terras), fatores ideológicos (a ascensão da Teologia da Libertação) ou fatores políticos (como a violência por parte do Estado) não explicam por que algumas mulheres escolhem ser guerrilheiras ou revolucionárias. Por essa razão, de acordo com Kampwirth (2002), a dimensão pessoal pode explicar o porquê mudanças macrossociais criariam ou impulsionariam o ativismo de determinadas mulheres.

Três questões estão presentes na dimensão pessoal analisada por Kampwirth (2002): tradições familiares de resistência; atuação em redes, comunidades pré-existentes; e, ano de nascimento. A família seria a primeira arena em que as mulheres experenciam as dinâmicas de poder, o que exerce um importante papel na construção de sua percepção política e seus valores, de forma que a proximidade com familiares que já estão na luta armada também contribui para sua promoção. A mobilização política anterior à vinculação guerrilheira facilita a radicalização dessas mulheres. E, por fim, o ano de nascimento interfere na disposição para a participação no processo revolucionário “de acordo com Mason, as chefes de família foram empurradas para as guerrilhas mais do que foram puxadas, relatos [...] sugerem que as adolescentes foram puxadas mais do que foram empurradas. (KAMPWIRTH, 2002, p. 9). De acordo com a autora, mulheres mais novas estariam mais dispostas em comparação as mais velhas. A idade em que pessoa acompanha uma mudança social interferiria na orientação de sua atuação, impactaria na forma como estas jovens interpretam os eventos e como irão agir perante a eles. Portanto, a combinação dos fatores macrossociais, políticos, ideológicos e, principalmente, pessoais

explicariam a mobilização das mulheres nos movimentos guerrilheiros e em outras organizações revolucionárias.

3.3 Agentes ou vítimas? Para além das dicotomias

Como visto, as guerras e os conflitos armados poderiam reordenar provisoriamente as funções sociais esperadas para homens e mulheres em determinadas situações e ainda assim servir para a preservação das normativas de gênero e da subjugação das mulheres. Por conseguinte, outra pauta presente na literatura é a forma como a participação e as experiências das mulheres na violência são descritas: como agentes ou como vítimas.

Para Zarkov (2006), a associação entre a participação na violência (nos exércitos, na militarização e na guerra) e o seu potencial emancipatório e empoderador para as mulheres é aplicada quando há vinculação de mulheres aos movimentos anticoloniais e antifascistas e não quando os movimentos são alinhados à ideais conservadores, nacionalistas, racistas, fundamentalistas religiosos ou terroristas. Nesses movimentos, as mulheres são comumente vistas como ‘cooptadas’ pelos projetos ideológicos e vítimas do discurso nacionalista, “quando estes eram vistos como opressivos, hegemônicos ou injustos, feministas raramente analisavam a vida das mulheres que se juntaram a eles, e a agência feminina desapareceu de vista” (ZARKOV, 2006, p. 215, tradução nossa).

Ainda assim, a politização do discurso religioso pode emergir como um fator motivacional para a violência. Ao analisar o engajamento de mulheres no conflito sírio, Emanuela Del Re (2015) também pontua a aparente contradição do uso da violência por mulheres para exercer dominação e não liberdade,

por trás do imaginário imediato que retrata as mulheres como guerreiras lutando por valores que inspiram liberdade para todos, respeito aos direitos humanos, igualdade entre gêneros e etnias, emerge que outras mulheres lutam na frente oposta pelos valores opostos, defendendo a dominação de uma etnia, sem liberdade de escolha, sem respeito pelos direitos humanos, sem igualdade e a aplicação de uma interpretação extremista do Islã. (DEL RE, 2015, p. 84, tradução nossa).

Grupos opostos utilizam-se de discursos distintos de ‘liberdade’ e do significado do que é ‘ser livre’ para alcançar objetivos opostos. A necessidade de identidade, reconhecimento e autonomia para sentir-se ‘livre’ são fatores motivadores comuns para as mulheres. Portanto, ainda que suas ações no interior do movimento contribuam para a manutenção de ordens nacionais e internacionais baseadas na opressão e na exclusão, elas não são vítimas e

manipuladas pela ordem patriarcal, tampouco pode-se dizer que são empoderadas e emancipadas como as feministas definem: “entre os dois extremos da vitimização e da agência há histórias de sobrevivência, esperança, realização e da política de subversão e propósito” (PARASHAR, 2011, p. 208, tradução nossa).

Para Zarkov (2006), os movimentos conservadores estão se apropriando da linguagem feminista, ao passo que os estudos feministas estariam falhando em atribuir ‘emancipação’, ‘empoderamento’ e ‘agência’ apenas aos movimentos ‘libertadores’ ou progressistas. O que significa, para autora, que esses enquadramentos não são ideais para o estudo da participação de mulheres na violência e nos conflitos armados. De forma similar, Seemna Shekhawat (2015), afirma que dicotomizar as experiências entre perpetrador *versus* vítima ou libertação *versus* discriminação é ignorar a existência de nuances nas experiências das mulheres combatentes de uma situação conflitiva para outra.

As mulheres combatentes durante os conflitos podem experimentar uma emancipação momentânea da ordem patriarcal e ao mesmo tempo enfrentar discriminações baseadas em estereótipos de gênero. De acordo com Shekhawat (2015), o que acontece na maioria dos casos é que essas mulheres desfrutam, simultaneamente, de uma libertação limitada da configuração patriarcal pré-conflito e de uma vitimização específica de gênero. Se visualizássemos como dois extremos, as mulheres podem, por um lado, serem libertadas e, por outro, serem altamente exploradas. Mas é necessário reconhecer que entre os extremos podem existir experiências de libertação/exploração em diferentes níveis.

Cabe, entretanto, atenção ao pressupor a existência de explorações sobre os corpos das mulheres durante conflitos armados. Algumas regiões e algumas mulheres sempre são vistas como vitimadas e sem capacidade de ação contra as opressões sofridas por seus pares. As contribuições de feministas terceiro-mundistas, como as escritas pela indiana Chandra Mohanty, denunciam a visão unitária e estereotipada das mulheres do Terceiro Mundo. Para Mohanty é necessário que se explore, analiticamente, os laços entre a luta das mulheres contra o racismo, o sexismo, o colonialismo e o capitalismo. De acordo com Luciana Ballestrin (2017), a importância do trabalho de Mohanty consiste em questionar “o caráter ‘colonial’ do discurso feminista ocidental ao criar representações estereotipadas da ‘mulher do terceiro mundo’ muito distantes das ideias de agência, liberação, emancipação e autonomia” (BALLESTRIN, 2017, p. 1040).

Anna Larsons (2015) analisa o uso da narrativa de libertação das mulheres afegãs na invasão militar estadunidense ao Afeganistão, em 2001, após os ataques de 11 de setembro. Para a autora o tratamento unidimensional e homogêneo da mulher afegã como vítima do

regime violento do Talibã é contrastado com a participação político-social de mulheres no nível local e tribal preexistente. Embora as mulheres não participassem da geração de inseguranças e nem dos combates armados, as mulheres afegãs atuavam politicamente em prol da solução de conflitos nos níveis local e intrafamiliar por meio da prática de “aconselhamentos”. De forma que, além de não refletir as realidades locais, os discursos dualistas de gênero que enquadram as mulheres como vítimas indefesas que necessitam de ajuda externa para sua libertação podem servir aos interesses de governantes que precisam legitimar intervenções militares (LARSONS, 2015).

Com relação a essa experiência unitária das mulheres, nas entrevistas realizadas com mulheres que participaram dos combates na Serra Leoa, MacKenzie (2011) afirma que elas não expressavam uma ‘experiência’ uniforme de guerra, uma narrativa coesa ou uma única história que possa representar a “experiência feminina”. Suas atuações mostravam a irrelevância do binômio guerreiro/vítima uma vez que elas não se enquadravam exclusivamente na regra do “guerreiro-masculino”, tampouco como “vítimas-fracas”. Assim, embora as experiências narradas pelas mulheres fossem distintas para cada uma, seja em diferentes grupos armados ou nas próprias funções, a literatura sobre essa participação convergia nas explicações de como essas mulheres foram parar ali

grande parte da literatura e informação disponíveis sobre soldados mulheres assume que foram **coagidas** a participar e se concentram em seu status como vítimas [...] tem havido muita atenção nos papéis das mulheres como "escravas sexuais", cozinheiras, abduzidas, seguidoras de acampamento e trabalhadoras domésticas, e muito menos atenção aos seus papéis agressivos no combate (MACKENZIE, 2011, p. 74, tradução nossa, grifo nosso).

A atenção voltada para esses papéis que são mais ‘esperados’ à atuação das mulheres termina por manter distintas as mulheres dos ‘reais’ soldados, os homens com armas (MACKENZIE, 2011). Nesse sentido, o olhar para as mulheres que participaram dos conflitos armados de forma direta, seja apoiadora, seja combatente, não deve seguir a lógica de enquadramento em perpetuadoras ou vítimas, uma vez que elas podem ser ambas ao mesmo tempo. Para Natalia Escobar (2013), existe um contínuo de violência sobre os corpos das mulheres que participam da violência, nos cenários de entrada ao grupo armado, no cenário durante a guerra e no cenário de reintegração dessas mulheres. A existência de violências nos três cenários questiona os entendimentos que partem das dicotomias.

‘Saí do sofrimento para seguir sofrendo’, disse uma mulher ex-combatente das FARC. A partir da identificação desse contínuo de violências de gênero, se problematiza a dicotomia vítima/agressor e, com ela, todos aqueles que produzem os conceitos e compreensões da guerra, que permeiam não só o

senso comum, mas também as políticas de desarme, desmobilização e reintegração que se desenvolvem na Colômbia. (ESCOBAR, 2013, p. 600, tradução nossa).

Ao chegarem no cenário da “guerra” enfrentam outros tipos de violência de gênero, como o controle de seus corpos e seu uso para fins estratégicos. E do mesmo modo, no cenário de ‘reintegração’, são evidenciadas novas formas de violências ao serem pressionadas a assumir os antigos papéis tradicionais relacionados ao gênero, excluídas de possibilidades políticas pela imposição do ‘ex-combatente’ ao lado de seu nome. Com os três cenários permeados de violências de gênero se problematiza a ideia da ordem social – anterior ao conflito –, a dicotomia entre paz e guerra e, por fim, a divisão entre vítimas e agressoras como concluiu Escobar (2013). Assim, as experiências dessas mulheres não podem ser reduzidas a uma destas duas identidades quando há um contínuo de violências sobre seus corpos e elas podem ser vítimas e perpetradoras da violência ao mesmo tempo.

3.4 Participações, exclusões e silêncios

De forma similar ao discutido anteriormente, Zarkov (2006) se questiona que outras narrativas sobre o posicionamento de homens e mulheres na guerra existem, e como estas são obscurecidas ou negadas. Henshaw (2015) destaca que as pesquisas feministas têm notado diversas formas de silêncio em torno da participação de mulheres na violência armada, como o apagamento ou omissão de sua participação nos arquivos, histórias contadas de forma autoritária por uma das partes e ainda a não participação de mulheres em programas de transição pós-conflito. Assim, entendemos que o contínuo de violência sobre os corpos dessas mulheres e a manutenção da exclusão sobre suas participações no conflito impacta não apenas nas narrativas realizadas sobre a guerra, mas também na incorporação dessas combatentes aos processos de paz e de reintegração política.

Essa questão dialoga com o percebido por Parashar (2011), em a ausência das mulheres nas narrativas nacionais em projetos políticos contrasta com o seu sofrimento mobilizado politicamente em situações de conflito armado. Ao falar sobre o conflito da Caxemira, Parashar (2011) elucida a ‘política do silêncio’, em que o trato que a temática da participação das mulheres no conflito recebe é quase como um tabu.

Eu não quero glorificar as mulheres dizendo que nós portamos armas e tudo isso porque isso vai criar problemas para as mulheres, só por esta razão eu não quero dizer nada sobre mulheres segurando armas. De outra forma, eu costumava ter uma arma debaixo da minha cama, não tem nada de bom nisso

[...] A gente carregava arma, a gente trabalhava e contribuía para a militância. Agora é passado, então eu quero varrer tudo isso agora. (Interview, 2008 *apud* PARASHAR, 2011, p. 197, tradução nossa).

Parashar (2011) nos faz recordar que as histórias privilegiadas que são contadas sobre as mulheres nos conflitos armados, são histórias de dor, de luto e de sofrimento. Essas histórias também acabam por afastar as mulheres da política, negando suas ações: “a mensagem muitas vezes é clara, as mulheres não fazem política ou militância, mas sua dor e luto serve a muitos projetos políticos. Esta é a história de gênero da Caxemira. O silenciamento individual (sobre os papéis das mulheres na militância) criou um silenciamento coletivo no caso da Caxemira”. (PARASHAR, 2011, p. 197, tradução nossa). A autora reconhece ainda que a política do silêncio pode ser uma negociação para a própria sobrevivência dessas mulheres em uma sociedade patriarcal. Razões para isso não faltariam, visto que, para Shekhawat (2015) tanto as situações de conflito quanto os processos políticos pós-conflito são discriminatórias de gênero.

Mesmo que os silêncio sobre sua participação seja voluntário e resultado de uma negociação e não imposição, ele segue uma lógica antiga na historiografia sobre as mulheres: a exclusão das mulheres do debate público. As contribuições da historiadora Michelle Perrot (1989) nos ajudam a compreender como na prática da memória, as narrativas das mulheres tornam-se silêncios.

Ao iniciar seu texto a ‘Prática da Memória Feminista’ com a frase “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (PERROT, 1989, p. 9), a autora questiona a não participação das mulheres nos arquivos históricos e na narrativa histórica tradicional. Ao longo da escrita, Perrot (1989) recorda que a divisão da esfera pública e da esfera privada, no século XIX, é entendida a partir da divisão dos sexos, às mulheres é reservado o silêncio nos arquivos públicos e o refúgio nos arquivos privados. Os cadernos íntimos, diários e as cartas eram os locais em que as mulheres preservavam suas memórias, mas muitas vezes esses testemunhos eram queimados pelas mesmas para evitar a descoberta da transgressão: “a prática da autodestruição é também uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres” (PERROT, 1989, p. 12). Esses escritos eram íntimos, não podendo ser lidos pelos demais, de modo que essa situação “faz do privado um lugar da felicidade imóvel, cujo palco é a casa, os atores, os membros da família, e as mulheres, as testemunhas e as cronistas [...] a memória feminina, assim como a escrita feminina é uma memória familiar, semi-oficial” (PERROT, 1989, p. 14).

O silenciamento na experiência das mulheres também é pautado por Pollak (1989). No trabalho de recolher depoimentos de mulheres sobreviventes dos campos de Auschwitz, o autor

percebe que muitos dos silêncios ou dos não-ditos não eram resultados de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre si, sobre seu lugar e sobre a utilidade de relatar a sua experiência e o seu passado. O que também se relaciona com os modos de registro das memórias das mulheres em Perrot (1989), como ligadas ao seu lugar no âmbito familiar e este como seu lugar na sociedade do trabalho. Entretanto, a autora recorda que “a memória das mulheres é verbo” (PERROT, 1989, p. 15) ao estar ligada, em muitas sociedades tradicionais, à oralidade, à história de um povo contada de geração em geração, dada a missão das mulheres de narradoras das comunidades. O desenvolvimento da história oral por parte dos estudos feministas que se perguntam pelo papel das mulheres nos acontecimentos públicos e que colocam as mulheres como sujeitos históricos são, portanto, como colocado por Perrot de um certo modo uma “revanche” das mulheres (PERROT, 1989, p. 16).

Do ponto de vista institucional, a Resolução 1.325 (2000) das Nações Unidas surge para reconhecer a importância das mulheres em termos de segurança e paz em situações de conflitos armados. Declara-se “o importante papel das mulheres na **prevenção e resolução** de conflitos e na consolidação da paz (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 1, grifo nosso), o reconhecimento de que os conflitos impactam de forma diferenciada mulheres e meninas e para isso a necessidade de “efectiva [sic] tomada de medidas institucionais para **garantir a sua protecção** [sic]” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 3, grifo nosso), visto que “sua participação plena nos processos de paz podem contribuir significativamente para a **manutenção e promoção da paz e segurança internacionais**” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 2, grifo nosso). Entretanto, a perspectiva proposta pela Resolução parece se alinhar as concepções estereotipadas e binárias que associam a participação das mulheres nos conflitos armados à promoção da paz, um olhar restrito sobre as mulheres em que estas são apenas agentes vulneráveis e vítimas. Ademais, demarca-se o papel da instituição como agente protetor dessas mulheres, posicionando-a como o ‘homem-protetor’.

Pouco espaço é reservado às mulheres que em situação de conflito armado participam como combatentes, apenas no ponto 13 sobre o processo de planejamento do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) há um certo ‘reconhecimento’ de sua existência: “encoraja todos [...] a considerarem as diferentes necessidades de ex-combatentes segundo **pertencam ao sexo feminino** ou masculino, e a considerarem as necessidades de seus dependentes” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 4, grifo nosso). Essa problemática foi reconhecida durante o processo de reincorporação política, econômica e social de mulheres ex-combatentes na Colômbia pela própria Organização das Nações Unidas, declarando que há a necessidade de se repensar as abordagens e os modelos de reintegração para mulheres:

O grande número de mulheres ex-combatentes na Colômbia, seu grau significativo de organização e o quadro previsto no Acordo de Paz significam que a experiência colombiana pode contribuir para repensar as abordagens de reintegração para as mulheres. Experiências internacionais de reintegração, bem como as experiências colombianas anteriores, foram projetadas principalmente com a suposição de que os ex-combatentes são homens. Isso geralmente levou a um foco singular na geração de renda, especialmente para que os homens não sejam tentados a voltar às armas. (UN VERIFICATION MISSION IN COLOMBIA, 2020, p. 43, tradução nossa).

Dado que para além das questões econômicas, suas experiências anteriores na guerrilha as fazem imaginar uma vida diferente no retorno a vida civil, com novas relações familiares e de gênero “com responsabilidades domésticas e de cuidado compartilhadas para que possam desenvolver outros aspectos de suas vidas e outras capacidades não predeterminadas pelos papéis tradicionais de gênero” (UN VERIFICATION MISSION IN COLOMBIA, 2020, p.43, tradução nossa). Retomar essas memórias e as experiências vivenciadas durante o conflito armado são práticas essenciais para a construção de processo de paz que atendam às necessidades dessas mulheres, agora ex-combatentes, “é crucial que estejamos cientes de onde as mulheres estão e o que estão fazendo para encontrar formas eficazes de reabilitá-las e (re)integrá-las na sociedade pós-conflito” (THOMAS; WOOD, 2017, p. 15, tradução nossa). E não apenas para que mulheres ex-combatentes recebam essas políticas criadas pelos Acordos de Paz, mas para que estas mulheres estejam nas mesas de negociação formulando políticas de reincorporação, que sejam incorporadas aos debates com base em suas experiências situadas no conflito armado.

Entretanto, ainda que as mulheres ex-combatentes tenham a sua participação reconhecida e façam parte dos processos de paz em curso, estas sofrerão discriminações por suas escolhas políticas e pela estrutura patriarcal das sociedades. Para além da discriminação entre homens ex-combatentes e mulheres ex-combatentes no retorno à vida civil, Dietrich Ortega (2014) também expõe as diferentes formas de discriminação que as mulheres podem experimentar nos processos de reincorporação entre si, “uma ex-combatente mulher que é eleita senadora sofrerá pressões para se colocar em posições de subordinação diferente de uma ex-combatente de origem rural ou nível educacional básico” (DIETRICH ORTEGA, 2014, p. 87, tradução nossa).

Tendo em conta que as mulheres guerrilheiras são um grupo heterogêneo, a marginalização destas ocorre em variados níveis e por meio de diferentes mecanismos, para Dietrich Ortega (2014), a exclusão dessas mulheres dos programas estatais, por exemplo, afetará mais a mulher campesina do que a mulher senadora. Ao mesmo tempo em que, dada a

sua posição no interior do partido político, será difícil excluir a senadora da participação política, a esta podem ser aplicados mecanismos mais sutis de discriminação. Assim, relatos como “paz como decepção” e “reintegração à cozinha” fazem parte dos relatos de mulheres sobre a sua desmobilização (BARTH, 2002; HAUGE, 2007 *apud* DIETRICH ORTEGA, 2014, p. 88, tradução nossa).

3.5 Considerações parciais

Realizamos uma revisão bibliográfica sobre a participação de mulheres em conflitos armados, mostrando como a literatura aborda a temática e quais são as principais convergências e divergências a respeito dessa participação. Identificamos as tensões presentes na denominação das mulheres enquanto combatentes, visto que muitas vezes suas atuações estão restritas aos papéis de apoio e suporte e afastadas do combate direto. Entretanto, independente da função que as mulheres exercem ao participar de um grupo armado, vemos elas como combatentes, entendemos que essas funções ‘secundárias’ são tão relevantes e políticas quanto o ato de empunhar uma arma em combate para os objetivos políticos dos grupos armados.

Essas responsabilidades, como o cuidado dos feridos, ensino e alfabetização dos combatentes, bem como apoio logístico – que muitas vezes são tarefas alocadas para as mulheres aproveitando-se dos estereótipos construídos socialmente – demarcam funções sociais esperadas de acordo com o comportamento ‘padrão’ e terminam por manter as mulheres em funções diferenciadas dos sujeitos homens. Ainda assim, negar essas outras experiências, mesmo que longe do campo de batalha, e não reconhecer os esforços de guerra empregados por mulheres é reforçar o estereótipo do homens-soldado-protetor e anunciar estes como os únicos passíveis de ‘desvendar’ a guerra.

Com relação as motivações de ingresso apresentadas pelas mulheres, diferentes razões são pontuadas, desde motivações pessoais como vingança e a possibilidade de escapar de quadros de vulnerabilidade, quanto coletivas como a crença na causa revolucionária ou aproximação ideológica com o grupo armado. Entende-se que há a combinação de fatores macrossociais, políticos, ideológicos e, principalmente, pessoais que explicariam a mobilização das mulheres nos movimentos guerrilheiros e em outras organizações político-militares. E demarcamos mais uma vez que o pessoal, é sim, político.

Todos os exemplos recuperados neste capítulo mostram que, em cada conflito armado, as mulheres performaram e participaram de formas particulares – em termos de tempo-espço e de acordo com seu contexto político, cultural e pessoal – mas, embora as experiências tenham

sido múltiplas, alguns padrões se repetem: a manutenção de uma estrutura patriarcal que tende a olhar para homens e mulheres baseando-se nas expectativas que ligam o sexo ao gênero no sistema da guerra. A participação de mulheres na violência armada não pode ser vista a partir do viés do empoderamento, visto que ainda que os papéis possam alterar-se em situações de conflito, as normas de gênero tendem a se manter no interior dos grupos armados e sob o olhar dos analistas e da mídia. É necessário complexificar as visões essencialistas que enquadram as mulheres ou como vítimas ou como combatentes impetuosas e monstruosas que, afastam-se dos ‘ideais femininos’ de comportamento.

Ademais, ao complexificar as experiências das mulheres combatentes percebemos que há uma irrelevância em classificá-las nos binômios de perpetradoras *versus* vítimas e libertação *versus* discriminação. Essas visões ignoram as nuances presentes nas experiências particulares das mulheres combatentes e só reforça a necessidade de ouvir as próprias narrativas dessas mulheres, suas memórias e emoções. As mulheres combatentes podem, ao mesmo tempo, serem vítimas e perpetradoras da violência. Falar sobre essas experiências é capaz de nos dar uma visão diferente sobre a guerra, e ainda, modificar as regras impostas pelas políticas de reintegração criadas apenas para homens combatentes, invisibilizando as experiências das mulheres na violência armada e suas necessidades no retorno à vida civil.

4 HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM: A história do conflito armado na Colômbia e a história das mulheres na violência política

Na Colômbia, a violência armada se estabelece como um traço histórico que esteve presente não apenas no período de independência do domínio colonial espanhol no início do século XIX¹¹, como nas disputas políticas ao longo dos séculos XX, na *Guerra de los Mil Días* (1899-1902) e no período conhecido como ‘*La Violência*’ (1946-1965). Estes conflitos expuseram o desenvolvimento de um imaginário político polarizado e violento na disputa entre os projetos políticos dos partidos liberal e conservador. A disputa possibilitou, ainda, a emergência de movimentos sociais e atores armados não-estatais com intento de desafiar a hegemonia bipartidarista. Os episódios de violência generalizada e as guerras civis marcam a formação de um Estado fragmentado, com lento processo de consciência de nação aos colombianos.

A coletânea *Pasado y Presente de la violencia en Colombia*, organizada por Gonzalo Sánchez e Ricardo Peñaranda (2015) reúne diferentes ensaios interpretativos sobre o passado conflitivo em território colombiano. Contribuições que se voltam para as raízes da violência política no bipartidarismo do século XIX e XX (PÉCAULT, 2015), para o desenvolvimento do movimento de resistência campesina no século XX (MEDINA, 2015), bem como para as expressões mais atuais do conflito armado com a emergência dos atores paramilitares, narcotraficante e contra-insurgentes (CAMACHO GUIZADO, 2015; REYES POSADAS, 2015; ROMERO, 2015).

Autores como Gonzalo Sánchez (2015) afirmam a existência de uma guerra “endêmica” no país desde o processo de independência até o século XXI. Para o autor, três elementos diferenciariam, portanto, as variações existentes nas inúmeras guerras: o contexto em que os confrontos estão inseridos, o caráter de seus protagonistas e as motivações ou objetivos dos envolvidos (SÁNCHEZ, 2015, p. 17). Em contrapartida, para o historiador Malcom Deas (2015), o período conhecido como “*La Violencia*”, no século XX, não tem antecedentes na história do país. Com relação à participação de mulheres na violência, estudos realizados por Patricia Lodoño Vega (1995), Jenni Lorena Mahecha González (2019), Evelyn Chepark (1995) e Judith González Eraso (2011) mostram que as mulheres colombianas encontraram maneiras de participação política, inclusive durante os períodos conflitivos.

¹¹ Nas guerras pela formação do Estado Moderno, no experimento Gran Colombiano (1819-1830) e no estabelecimento de poderes e domínios políticos-territoriais na República da Nova Granada em 1830.

Desta forma, dada a gama de literatura existente sobre a violência e o conflito armado colombiano, neste capítulo situamos o leitor, ainda que de forma breve, no histórico de violência armada vivida no país a partir do período *La Violencia* e da emergência dos atores violentos não-estatais, visando a delimitação temporal da presente pesquisa. Neste exercício, demos destaque para as disputas políticas e para atuação político-militar das mulheres.

4.1 Valentes e vingativas

Antes de adentrarmos ao período da *La Violencia*, cabe destacar, que a atuação das mulheres na violência política não está restrita ao período que aqui estamos nos debruçando. Por exemplo, a atuação das mulheres nas batalhas pela independência foi reconhecida por Simón Bolívar em uma proclamação ao exército libertador:

[...] mesmo o belo sexo, as delícias do ser humano, nossas amazonas têm lutado contra os tiranos de San Carlos, com um valor divino, embora sem sucesso. Os monstros e tigres da Espanha cumpriram a medida da covardia de sua nação, dirigiram suas infames armas contra os seios cândidos e femininos de nossas belezas; eles derramaram seu sangue; fizeram muitas delas expirarem e as carregaram com correntes porque conceberam o sublime desígnio de libertar sua amada pátria (VENEZUELA, 1963, p. 424 *apud* CHEPARK, 1995, p. 94-95, tradução nossa).

Ademais, Policarpa Savarrieta, “*la Pola*”, é um dos símbolos do imaginário revolucionário e a heroína mais popular do período. Apesar de não fazer parte do destacamento militar é considerada heroína nacional da Colômbia por seu papel de espionagem. Além de facilitar a comunicação entre os grupos militantes, Policarpa trabalhava como cozinheira nas casas dos espanhóis para obter informações e repassar aos patriotas. Participava na causa independentista ao lado de seus irmãos, ao ser descoberta e levada ao fuzilamento em praça pública, teria exclamado ao povo: “¡Povo indolente! ¡Quão diversa seria sua sorte hoje se soubessem o preço da liberdade! Mas não é tarde. Vejam que, embora mulher e jovem, tenho a coragem para sofrer a morte e mais mil mortes, e não se esqueçam deste exemplo...” (HILARIO LÓPEZ, 1989, p. 338 *apud* CASTRO CARVAJAL, 1995, p. 129, tradução nossa). Em 1967, o Congresso colombiano proclamou o dia de seu fuzilamento como o dia da mulher colombiana: 14 de novembro.

As lutas políticas que vieram no período posterior à independência – e ademais com resquícios desse processo – foram travadas entre os apoiadores de um governo centralista, autoritário e aliado da Igreja Católica e o grupo de defensores das ideias liberais e federalistas

que desconfiavam da atuação eclesiástica na política nacional. As disputas entre os apoiadores de Bolívar e do General Francisco de Paula Santander na época da Gran Colômbia¹², antecipam de certa forma o processo e formam, respectivamente, o núcleo dos dois futuros partidos nacionais: o partido conservador e o partido liberal. Ainda que, em diálogo com Orlando Melo (2017) e Bushnell (2015), as fronteiras entre os dois partidos fossem nebulosas.

A tendência bipartidarista não era única na região latino-americana, mas para Bushnell (2015) foi a única nação que a dicotomia conservador-liberal se manteve desde meados do século XIX até final do século XX. Segundo o autor, na formação histórica dos partidos, as suas diferenças sociais e econômicas não eram claras, ambos os partidos eram multiclassistas e cobriam todo o território nacional, significando uma das poucas forças unificadoras geograficamente e culturalmente. A filiação partidária por parte dos camponeses colombianos ocorria, geralmente, por influência do chefe político local, que por vezes também era o principal dono de terras da região, promovendo uma relação de clientelismo. Assim, a grande diferença entre as duas coletividades partidárias por muito tempo teria sido a relação destas com a Igreja Católica. Os liberais tentavam impor a redução de seu poder de influência, enquanto os conservadores viam o clero como aliado e o catolicismo como suporte para a estabilidade política e social (BUSHNELL, 2015).

Com relação a violência do período, os confrontos entre conservadores e liberais situavam-se em uma luta interna da classe dominante pelo poder político. As disputas eleitorais e a profunda rivalidade partidária impulsionaram as correntes belicistas no interior dos grupos, os confrontos resultaram em guerras civis que marcaram a história do país. Destaca-se, por exemplo, a “*Guerra de los Mil Días*” entre 1889 e 1902 (BUSNELL, 2015). Carlos Eduardo Jaramillo Castillo (1995), escreve sobre a dificuldade de apontar o papel das mulheres nas guerras civis do século XIX, segundo ele, por uma razão fundamental: “a guerra é uma empresa dos homens e nela as mulheres sempre foram concebidas como elementos acessórios, às vezes como obstáculos, para os quais a tinta com a qual foi escrita a história nunca alcançou” (JARAMILLO CASTILLO, 1995, p. 360, tradução nossa). Em sua contribuição, todavia, o autor tenta fazê-lo ao traçar o perfil da mulher nos conflitos colombianos do século XIX e resgatar essas partes não-contadas da história.

¹² Após a independência e com o estabelecimento de uma república independente, a busca por um sistema político que unisse o território motivou um conflito persistente entre “centralistas”, que defendiam um modelo unificador liderado por Simón Bolívar e os “federalistas”, que defendiam a autogestão das províncias e as ideias liberais promovidas pelo General Francisco de Paula Santander. As disputas entre centralistas e federalistas resultaram em diversas guerras civis no século XIX (BUSHNELL, 2015; ORLANDO MELO, 2017).

A extensão e profundidade da luta que levou o sectarismo político aos limites do demencial, nos permite apontar, sem alarmismos, que de uma forma ou de outra as mulheres, da mesma forma que todos os homens dessa Colômbia confrontada, tiveram um lado nesta luta e em alguma medida se comprometeram em suas ações (JARAMILLO CASTILLO, 1995, p. 361, tradução nossa).

Assim, as mulheres estão presentes em todas as atividades que envolvem a luta armada. Com uma visão ainda essencialista das funções sociais da mulher, o autor afirma que os compromissos e os papéis que as mulheres assumiam iam desde as tarefas “naturais e tradicionais, como os de esposa e mãe” até “a tomada do fuzil e a formação na primeira linha de batalha” (JARAMILLO CASTILLO, 1995, p. 361, tradução nossa). Um ponto que merece destaque na ênfase que Jaramillo Castillo (1995) concede a função das mulheres enquanto esposas e mães é que embora as mulheres estivessem formalmente excluídas da própria administração pública, a elas parece recair a função de manutenção e a reprodução do discurso de ódio e do uso da violência à coletividade oposta:

a mulher fazia parte de um lado político e ruminava o mesmo ódio [...] de seus maridos pela oposição, as mulheres entendiam como parte essencial da formação de seus filhos a transmissão fiel e ardente destas paixões, com o objetivo de que mais adiante pudessem continuar a tarefa rotineira de seus ancestrais: realizar campanhas militares cíclicas, cortando cabeças e mutilando oponentes, sem a sombra do arrependimento apertando suas almas (JARAMILLO CASTILLO, 1995, p. 361, tradução nossa).

Por detrás da participação das mulheres nas guerras poderiam estar, de acordo com Jaramillo Castillo (1995), os sentimentos de vingança e de ódio ou a figura do homem heroico e galã. Os homens destemidos e valentes teriam contribuído para que as mulheres participassem do conflito armado.

A guerra, criadora de mitos e fantasmas, que com a mesma facilidade com que abria fossas construía pedestais [...] homens invencíveis que, como imãs, atraíam os corações das mulheres que terminavam montadas na garupa de seus machos, ocupando a metade de um berço, ou marchando atrás das tropas carregadas de instrumentos e responsabilidades do lar (JARAMILLO CASTILLO, 1995, p. 361, tradução nossa).

A participação das mulheres na violência, quando não apresentada como associada a figura do homem por compromissos sentimentais, assume tons de excepcionalidade ao comportamento. Esta justifica-se, em última instância, pela relação das mulheres com o âmbito familiar, por uma “valentia [que] nasceu de um sectarismo mimado desde o berço” (JARAMILLO CASTILLO, 2015, p. 363, tradução nossa) ou pelos “ódios que a guerra incubava e que, carregadas de amargura, empreenderam o caminho dos campos de batalha, na

esperança de que a borda de seus facões as permitisse vingar entes queridos assassinados” (JARAMILLO CASTILLO, 2015, p. 363, tradução nossa).

4.2 A mulher. A metade da luta!

Como mencionado, a violência e as guerras civis marcaram o território colombiano no século XIX. Entretanto, a relação entre essa violência bipartidarista existente no período e o que virá a ser conhecido como *La Violencia*, no século XX, bem como com o processo de emergência de diferentes atores não-estatais nos anos seguintes é discutido na historiografia colombiana (BUSHNEL, 2015; Cf DEAS, 2015;). Embora a violência atingisse a maior parte do território, ressalta-se como exposto por Pécaut (2015), que a luta bipartidarista, os conflitos sociais e a emergência dos grupos armados se combinaram e se organizaram de maneiras distintas. É necessário, portanto, reconhecer a complexidade do fenômeno, suas diferentes temporalidades, bem como os seus diversos protagonistas e, principalmente, as suas consequências distintas sobre a distribuição da propriedade e do excedente econômico. Isso posto, a divisão partidária é um elemento que está acima de todas as manifestações de violência (PÉCAUT, 2015).

Entender a polarização entre os partidos liberal e conservador como coletividades políticas antagônicas que não apenas se excluíam mutuamente, mas que utilizaram do emprego da violência contra o seu inimigo político, passa por entendê-los enquanto subculturas políticas. Em harmonia com a contribuição de Rehm (2014), as identidades partidaristas em que se originam o sentimento de pertencimento às subculturas políticas nutrem-se da construção discursiva oposta de si e do outro. A identidade coletiva de cada um dos partidos baseia-se, portanto, no distanciamento e na oposição da imagem construída para o outro. Processo este que revela a influência de percepções e interpretações da realidade política e social na construção das identidades coletivas, “tanto o Partido Conservador como o Liberal se apresentavam como representantes de amplos sistemas de valores, de cuja validade dependia o futuro e o bem-estar da querida e apreciada pátria com todo o seu patrimônio cultural” (REHM, 2014, p. 34, tradução nossa).

Nesse processo construiu-se uma diferenciação político-filosófica entre os partidos e uma dicotomização entre amigos e inimigos, bons e maus, ‘civilizados’ e ‘bárbaros’. Em nome da defesa da pátria e de seus valores políticos-culturais, tanto liberais quanto conservadores consideravam legítimo o uso de ações político-militares (REHM, 2014). Nesse sentido, as eleições eram períodos em que a violência bipartidarista se manifestava de forma mais

proeminente, dada as tensões envolvendo a manutenção da hegemonia de um partido na presidência em oposição a possibilidade do fim dessa hegemonia com o triunfo eleitoral do político opositor. Esse é o caso do período conhecido como *La Violencia* que demarca o que Bushnell (2015, p. 291) chama de “guerra civil não declarada” entre os seguidores dos partidos liberal e conservador entre os anos de 1946 e 1958.

No enfrentamento político, os conservadores tinham as Forças Armadas, o sistema de justiça e a Igreja Católica como aliados no discurso e na ação antiliberal e anticomunista. A *La Violencia* marca ainda um período de repressão contra os movimentos agrários, obreiros e populares urbanos em torno dos ideais de um proeminente político do partido liberal: Jorge Eliécer Gaitán. Gaitán mobilizava, em seu discurso, uma relação entre ele e as massas para oporem-se a oligarquia existente na Colômbia. Nos ideais gaitanistas, os oligarcas liberais e conservadores disputavam pelo prestígio do controle do aparato governamental e ignoravam as necessidades das massas populares empobrecidas (BUSHNELL, 2015; GMH 2013).

A *La Violencia* atinge o nível máximo de radicalização política após o assassinato de Gaitán no dia 9 de abril de 1948 na capital Bogotá. Reações violentas afetaram a cidade, episódio conhecido como *Bogotazo* ou ‘9 abril’, dado que a violência não se restringiu a capital, mas esteve presente em todo território colombiano. Dentro de cada agrupação política formaram-se grupos armados com diferentes níveis de organização. Do lado conservador, a polícia conhecida como “*chulavita*” e os assassinos contratados, conhecidos como “*los pájaros*”; do lado liberal constituíram-se grupos liberais com tática de guerrilha e comunidades de *autodefensa* (GMH, 2013).

O *Grupo de Memoria Histórica* (GMH) do Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia (CNMH), utiliza os dados de Paul Oquist para expor a dimensão da violência: 193.017 pessoas teriam sido mortas em decorrência da violência bipartidarista entre 1948 e 1966 – sendo o período entre 1948 e 1953 o de maior intensidade (GMH, 2013, p. 115). A modalidade de violência mais utilizada foi o assassinato, mas destaca-se o terrorismo psicológico por meio das perseguições, desaparecimentos e os rituais de tortura nas quais os corpos desmembrados eram expostos nas ruas (GMH, 2013; SÁNCHEZ, 1989).

Como posto, o progresso da violência alcançou todo o território nacional, no entanto, os confrontos impactaram de forma desproporcional as áreas rurais. Bushnell (2015) destaca que em muitas das áreas mais afetadas já existiam resquícios de hostilidades por motivações agrárias como a disputa de títulos de propriedade. Todavia, a violência bipartidarista ali perpetrada não se configurava a partir da ideia de uma disputa de classes. Os conflitos não eram estabelecidos entre o campesinato liberal e os donos de terras também partidários liberais (ou

campesinos conservadores e donos de terra conservadores), a violência ocorria entre o campesinato liberal e o campesinato conservador, de modo que a filiação e a rivalidade partidária são consideradas as motivações para a violência política neste cenário e nesse período histórico.

O impacto assimétrico da violência nas áreas urbanas e rurais também contribui para a compreensão da atuação política das mulheres no período. De acordo com Elsy Marulanda Álvarez (1995), enquanto nas grandes cidades colombianas as mulheres estavam ingressando na universidade e criando redes de ação para a lutar pela participação eleitoral, as mulheres do campo estavam lutando pela sua sobrevivência em meio aos confrontos entre liberais e conservadores.

A participação das mulheres na violência armada acontece concomitante ao processo histórico de transição de alguns grupos de uma resistência civil para uma resistência armada. Para Marulanda Álvarez (1995) as exigências da guerra foram comprometendo os papéis iniciais de apoio, assim, progressivamente as mulheres teriam sido impulsionadas para atuação no campo de batalha. Em princípio, suas atuações envolviam cozinhar, lavar e consertar as roupas dos combatentes. Posteriormente, as mulheres passaram a integrar as unidades de enfermagem criadas nos comandos armados e a atuar na vigilância dos acampamentos, bem como no transporte de armamentos e materiais de combate. E, nas filas guerrilheiras, as mulheres não atuaram apenas na retaguarda, fizeram parte da linha de frente e tiveram protagonismo. Os comandos guerrilheiros,

reconheciam o papel protagonista da mulher: «A mulher. A metade da luta!», é lembrado no relato de Eduardo Franco Isaza sobre as guerrilhas das planícies; A mulher «olhos e ouvidos da guerrilha», proclamavam os «paisanos alçados em armas» do sudoeste antioqueño (SÁNCHEZ, 1989, p.145, tradução nossa).

O ingresso das mulheres na violência armada, segundo Marulanda Álvarez (1995), teria ocorrido por proteção à família, seja este motivado pela vontade de acompanhar o parceiro ou pela vingança: “sua participação esteve motivada pela necessidade de salvaguardar a vida e integridade física da família (pais, maridos, filhos), mais do que pela luta pela terra e bens e muito menos pela defesa de bandeiras partidárias” (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995, p. 1995, tradução nossa). A defesa da família estaria, para autora, acima de qualquer outra motivação ou interesse.

As histórias que Marulanda Álvarez (1995) descreve em seu texto reafirmam o seu argumento, dentre elas a de Rosalba Velásquez, chamada de “sargento Matacho”. Rosalba era

uma mulher campesina que frente ao assassinato de seu companheiro pela polícia “*chulavita*”, jurou vingança e adentrou ao comando guerrilheiro de Feliciano Pachón:

[...] Serei corrompida e como uma pantera farei justiça com minhas próprias garras! Irei palmo a palmo proclamando vingança por todas as atrocidades cometidas por este esquadrão bárbaro de criminosos a serviço dos promotores dos slogans depravados de extermínio liberal “sangue e prece!” (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995, p. 488, tradução nossa).

Nas filas guerrilheiras, Rosalba conheceu o comandante Alfonso Castañeda, conhecido como ‘Richard’ e marchou ao seu lado como guarda-costas e companheira, ascendeu a sargento e ficou conhecida como General Matacho. Em 1953, o governo tomado pelo General Rojas Pinilla ofereceu anistia aos grupos armados, o grupo de Richard no ato de entrega das armas descobriu que Rosalba não iria ser anistiada. Por conta de seus crimes, ela seria enviada para uma colônia penal. General Matacho e outros homens do bando retornam, então, para monte (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995). A história de Rosalba também é retratada no filme “*General Matacho*” lançado em 2015 (LA SARGENTO..., 2015).

Marulanda Álvarez (1995) também apresenta a história de Laura no movimento guerrilheiro do oriente de Tolima. Entrevistada pela autora, Laura relata o terror vivido no período da *La Violencia*: “[...] nós não podíamos mais viver na fazenda e fomos para o povoado, na casa dos avós. Isso era em 1952 e no próprio povoado eu fui testemunha de vários assassinatos. Em Villarrica, na praça, eu vi matarem 18 campesinos. Eu vi tudo da Igreja” (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995, p. 492, tradução nossa). As atrocidades fizeram com que o seu pai se juntasse ao partido comunista que estava organizando a resistência na região. Na região de Villarrica, o partido constituiu Comitês Femininos e, segundo Laura, esses Comitês foram importantes para que as mulheres se interessassem pelos seus próprios direitos, mas ressalta nestes a existência do machismo. Sua participação ativa na guerrilha aconteceu por meio do papel de apoio: “eu tive que liderar um grupo de enfermagem, também cumpria funções de comunicação. E uma irmã menor, que me seguia, era enfermeira e cuidava de uns guerrilheiros feridos pelas granadas, bombas de avião ou as que eram disparadas com morteiros” (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995, p. 493, tradução nossa).

A relação com a maternidade também consta nos relatos de Laura, que não pôde seguir marchando com os guerrilheiros por estar grávida:

Os filhos são um obstáculo para a guerra, por que como se faz isso? Por exemplo, eu tive que ficar em Guayabero porque, por conta da gravidez, já não podia seguir. E logo é mais complicado porque você tem que encontrar alguém que cuide e isso sempre é um obstáculo. Eu perdi muito por ter ficado

grávida nessa época porque logo depois vieram as conversações de pacificação [...]” (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995, p. 494, tradução nossa).

A ênfase na relação familiar é dada por Marulanda Álvarez quando versa sobre os impactos que a violência teve na relação das mulheres com a família, “uma e outra estiveram inextricavelmente unidas até que a ameaça e o terror, primeiro, e logo, a resistência, provocou na mulher um gradual protagonismo na guerra, e na família uma paulatina decomposição social” (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995, p. 482, tradução nossa). Em diálogo, as obras de Marulanda Alvarez (1995) e a de Chepark (1995) sobre as mulheres na independência ressaltam que a participação das mulheres na violência armada impacta na desestruturação familiar.

Além das mulheres que adentraram aos grupos armados e seguiram com estes, muitas mulheres foram vítimas de violência em suas comunidades. Mulheres que foram assassinadas, violadas sexualmente ou até raptadas para acompanhar a tropa e servir de objetos sexuais. Ressalta-se ainda outras tantas mulheres que tomaram o caminho dos centros urbanos para fugir da violência e lá presenciaram a formação dos bairros de deslocados internos nos espaços marginalizados das grandes cidades (MARULANDA ÁLVAREZ, 1995).

4.3 Ampliando o olhar: a participação de mulheres nos grupos armados organizados a margem da lei

As histórias de Rosalba e Laura no movimento armado dos anos 50 e 60 se misturam com a história da formação e da transição dos núcleos armados de autodefesa para movimentos que empregam a tática de guerrilha e incorporam ideais revolucionários comunistas. O processo que ocorre no departamento de Tolima, no centro-oeste do país conforme o mapa 1, – e também região de nascimento das FARC-EP – é um exemplo capaz de mostrar as raízes no confronto bipartidarista e os desdobramentos no confronto entre o governo colombiano e a nova resistência armada, estes que farão parte da história colombiana até o século XXI.

cortada de norte a sul pelo rio Magdalena. A região se conforma como “propícia para a guerra irregular” (MOLANO, 2016, p. 18). Um dos grupos que ali se desenvolveu era liderado pelo liberal Gerardo Loaiza – ao qual Pedro Antorio Marín, futuro fundador das FARC-EP e mais conhecido como Manuel Marulanda ou Tirofijo, se incorporaria.

Cabe destacar que essa região teve influência dos ideais comunistas desde os anos de 1930, com mobilizações realizadas por María Cano e Raúl Mahecha. Cano e Mahecha foram protagonistas do movimento obreiro e fundadores do Partido Socialista Revolucionário (PSR), juntos levaram o discurso da revolução social por todo o território colombiano. Sob o título de “*flor del trabajo*”, María Cano, segundo Jorge Iván Marín Taborda (1995), não era uma líder feminista, uma vez que não levantava as bandeiras das reivindicações política para as mulheres, mas uma dirigente socialista que colocou a luta revolucionária e a construção de uma nova sociedade nas suas prioridades. Assim, a luta de Cano e Mahecha contribuiu para a criação, na região de Tolima, das Ligas Campesinas e células do Partido Comunista sob o comando do dirigente Isauro Yosa (MARÍN TABORDA, 1995; MOLANO, 2016).

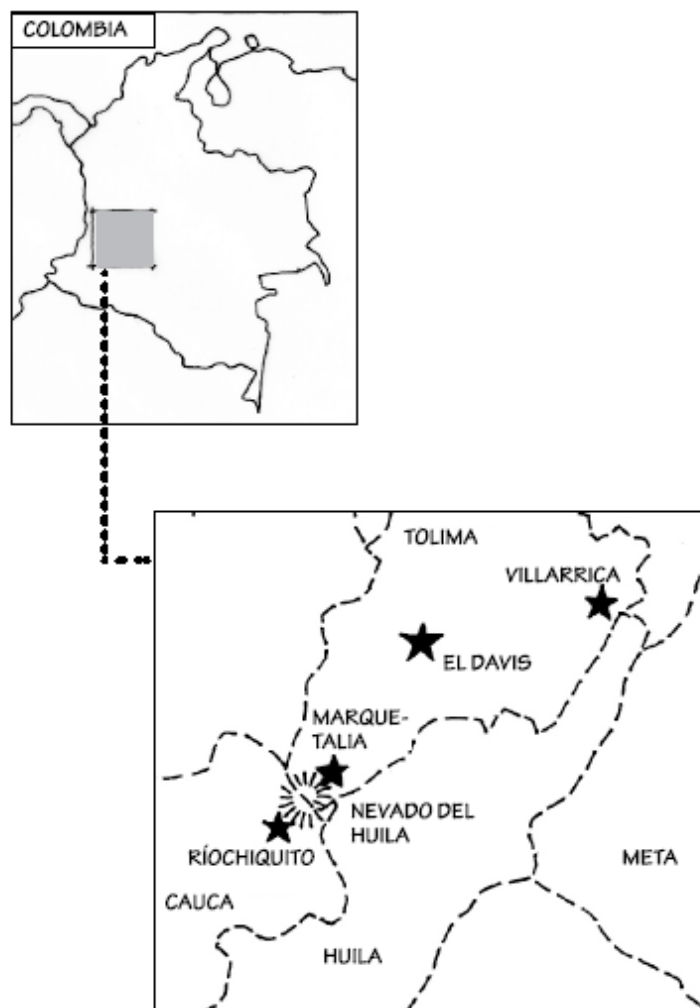
A reação conservadora aos agrupamentos liberais e núcleos comunistas fez com que a tática empreendida por esses grupos fosse, em princípio, direcionada à defesa. De acordo com Alfredo Molano (2016), refugiavam-se nos montes e organizavam técnicas de vigilância para monitorar a chegada dos *chulavitas* nas fazendas – por isso a denominação *autodefensas*. Uma aliança entre os comandos liberais liderados por Loaiza e os homens de Isauro Yosa resultou na coluna de marcha “Luis Carlos Prestes”, em homenagem ao dirigente comunista brasileiro. A marcha com o campesinato que havia sido ameaçado e deslocado de suas terras terminou por fundar um comando militar na região de El Davis. Nas palavras dos fundadores das FARC-EP, Manuel Marulanda, El Davis foi o “coração da resistência” e a “matriz do amplo movimento campesino dirigido pelo Partido Comunista” para Jacobo Arenas. El Davis era um prelúdio do que viria a ser chamado de *Repúblicas Independientes* pelos conservadores (MOLANO, 2016, p. 21-22, tradução nossa).

A meados de 1951, as diferenças existentes entre liberais e comunistas se aprofundaram, El Davis se dividiu em dois setores: o El Davis sob comando de Isauro Yosa, Mayor Lister e Afonso Castañeda, o Richard (parceiro da General Matacho) e os chamados “*comunes*”, ao passo que os liberais formaram o setor *La Ocasión*, sob o comando de Gerardo Loaiza e os liberais “*limpios*”. O rompimento entre bandos ocorre em 1952 e dada a frequência dos confrontos entre liberais e comunistas, as colunas armadas tiveram que encontrar novas zonas para se reestabelecerem (MOLANO, 2016).

A expansão da violência fez com que o governo conservador, sob o comando de Laureano Gómez, perdesse apoio entre seus partidários. Por meio de um golpe de Estado – o primeiro desde 1900 – Gómez foi deposto pelo comandante das Forças Armadas, General Rojas Pinilla em 1953. Por não pertencer aos partidos tradicionais e por sua carreira militar, pressupondo, imparcialidade, Pinilla tentou uma transição negociada na tentativa de pôr fim aos confrontos armados. O governo militar ofereceu anistia aos grupos armados, as guerrilhas liberais aceitaram ao passo que as *autodefensas* comunistas negaram. A manutenção de territórios controlados por movimentos armados representava um desafio à soberania nacional que, atizado pelo discurso anticomunista, levou o governo a empreender operações militares de grande porte contra essas regiões e as instalações dos grupos (BUSHNELL, 2015; GMH, 2013).

Com a desintegração de El Davis e a entrega das armas pelos combatentes liberais, Manuel Marulanda optou por construir um comando clandestino totalmente móvel, composto por 26 homens e quatro mulheres, o comando chamado de “*Los Treinta*” seguiu em direção a outras regiões de Tolima encontrando outros comandos guerrilheiros (MOLANO, 2016). O discurso fundacional das FARC-EP perpassa por essa história de rompimento com os liberais e pela construção dos múltiplos núcleos de resistência na região. Período considerado a 'primeira fase' do movimento guerrilheiro colombiano (FARC-EP, 1998), estavam sob o comando de Manuel Marulanda, Charro Negro e Ciro Trujillo e dentre os acampamentos, estavam os de Marquetalia e Riochiquito. Na figura a seguir, retirada de um material de divulgação produzido pelas FARC-EP (2011) com objetivo de contar sua versão sobre a história da resistência, as posições de alguns desses comandos no departamento de Tolima são ilustrados.

Figura 1 - Presença guerrilheira na Região de Tolima e Cauca (1953)



Fonte: FARC-EP (2011).

Entre 1955 e 1957, os comandos armados desenvolveram duas estratégias de ação, um exército de libertação nacional para sustentar uma guerra de guerrilhas e a ocupação para colonizar o oriente da região de Tolima. As zonas colonizadas pelos combatentes armados e suas famílias seriam chamadas de *Repúblicas Independientes*. Apartadas do controle estatal, estas zonas representavam para o governo um risco de segurança nacional (MOLANO, 2016). Anos mais tarde, em 1964, as forças regulares colombianas invadiriam Marquetália: “a resistência de Marquetalia sinaliza um ponto de virada na história da Colômbia e inaugura uma nova etapa da guerra” (FARC-EP, 2014, p. 60, tradução nossa). A tomada de Marquetalia se tornaria o grande mito fundacional das FARC-EP.

No campo político institucional, a permanência do regime do general Rojas Pinilla representava uma ameaça tanto para os partidários liberais quanto para os conservadores, a

estratégia encontrada foi a criação da Frente Nacional como um pacto de alternância da presidência e o estabelecimento da divisão igualitária dos cargos públicos entre os partidos liberal e conservador. A coalizão tinha como objetivo apaziguar os ânimos e conferir o monopólio político aos partidos tradicionais entre 1958 e 1974. Entretanto, esse sistema não parou as ofensivas militares contra os acampamentos de resistência comunista iniciadas ainda sob o comando do General Pinilla. Cabe recordar que o contexto macro do período estava definido pelas lógicas da Guerra Fria e da contenção do comunismo no continente, principalmente, após o sucesso da Revolução Cubana em 1959. A adoção da Doutrina de Segurança Nacional e a tese do inimigo interno pela Frente Nacional impediam a inclusão de forças políticas distintas dos partidos tradicionais e justificavam as ações repressivas contra grupos insurgentes em favor da manutenção da ordem social (BUSHNELL, 2015; GMH, 2013).

De acordo com Orlando Melo (2017), a orientação do modelo econômico e social do período era o do liberalismo econômico, concentrado em criar condições favoráveis para o investimento privado e promover um assistencialismo social aos setores empobrecidos. O assistencialismo associava-se as redes clientelistas, de modo que os recursos públicos contribuíam tanto para a manutenção dos ‘chefes’ políticos locais quanto para evitar a radicalização política das massas populares.

Pouco a pouco a *La Violencia*, como um conflito entre liberais e conservadores, foi se dissolvendo para a entrada em cena de outros atores e novas dinâmicas violentas. Para os pesquisadores do *Grupo de Memoria Histórica da Colombia* (2013), a mutação dos grupos armados e a confrontação aberta contra a aliança bipartidarista foi reflexo de uma combinação de fatores. Para além das tentativas de recuperação dos territórios por parte do Exército Nacional, a aliança que formou a Frente Nacional manteve os grupos e suas reivindicações a margem da política nacional. Os grupos que, de certa forma, eram extensões e frações dos partidos, agora percebiam que o regime imposto pelo pacto da Frente Nacional era um regime político excludente, “o encerramento de oportunidades legais que este [Frente Nacional] parecia exibir se converteu, para muitos, em justificativa suficiente para optar pela luta armada” (GMH, 2013, p. 117, tradução nossa).

Ademais da exclusão política, segundo Bushnell (2015), o período da *La Violencia* teria revelado a precarização da vida rural do país, agudizado disputas pela posse de terras, mostrado a privação de direitos básicos como a educação e manipulado politicamente o campesinato colombiano. Assim, tanto a participação política quanto a reforma agrária seriam pautas centrais dos movimentos insurgentes que se formam no decorrer dos anos 60 e 70 com diferentes formas de organização e distintas concepções ideológicas de luta.

Quase paralelamente a formação das FARC-EP, surgiu o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) em 1962. Inspirado na revolução cubana de Fidel Castro, o ELN se constituiu como um movimento que empregava as táticas de guerrilha na mobilização social urbana. Criado nos departamentos petrolíferos de Santander e Antioquia, seus combatentes eram principalmente jovens da classe média; seu principal militante foi o sacerdote da elite bogotana Camilo Torres. Torres representava a união das novas correntes que surgiam no interior da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, com a ação revolucionária de orientação marxista. As ações empreendidas pelo grupo, que está ativo até os dias atuais, envolvem o sequestro extorsivo e ataques às empresas transnacionais, principalmente as petrolíferas estadunidenses (BUSHNELL, 2015).

Para além das FARC-EP e do ELN, outros grupos guerrilheiros de menor porte proliferaram no cenário político colombiano. O emprego de violência armada para fins de autodefesa ou como instrumento revolucionário foram utilizados pelo *Ejército Popular de Liberación* (EPL)¹³, *Ejército Revolucionario Guevarista* (ERG), pelo *Movimiento Indígena Quintín Lame* e pelo *Movimiento 19 de Abril* (M-19). O M-19, conhecido pela tomada do Palácio da Justiça em 1985, talvez o mais conhecido entre os nomes citados, foi um movimento com estilo de guerrilha urbana que teve alto impacto midiático¹⁴. Formado por diferentes vertentes políticas e com forte apelo nacionalista e anti-imperialista, o grupo foi criado em apoio ao ex-presidente Rojas Pinilla, após Pinilla ter perdido as eleições em 19 de abril de 1970. O M-19 se desmobilizou em 1991 e conformou, junto com outras organizações de esquerda, o partido *Alianza Democrática M-19* (BUSHNELL, 2015; GMH, 2013; ORLANDO MELO, 2017).

Essas organizações armadas possuíam pouca visibilidade na cena nacional durante os anos de 1960 e 1970, não apenas por sua organização incipiente, mas porque as suas zonas de controle estavam geralmente em isolamento geográfico. A expansão guerrilheira, tanto em efetivos quanto em recursos financeiros, acontece nos anos de 1980 e 1990 quando estas passam a operar financiadas pelo controle da economia de narcóticos, principalmente, pelo domínio das áreas de plantio da folha de coca e pela criação de laboratórios de produção da cocaína. Com o seu fortalecimento, passam a empreender ações de envergadura contra o governo colombiano:

¹³ A formação do EPL está relacionada com as divergências sino-soviéticas, seus combatentes se aliam às concepções da revolução chinesa e sua base de atuação eram as zonas agrárias colombianas – a desmobilização do EPL ocorre em 1989.

¹⁴ Algumas ações do M-19 ficaram famosas, como o roubo da espada de Simón Bolívar em 1974 e a tomada da embaixada da República Dominicana, no qual o grupo fez o embaixador dos Estados Unidos de refém.

tomada de territórios, ações armadas contra instalações governamentais e sequestros coletivos. Neste período, o conflito colombiano ganha ainda mais complexidade com a emergência de novos atores: os paramilitares e os grupos narcotraficantes (BUSHNELL, 2015; GMH, 2013; PÉCAULT, 2008).

Os grupos paramilitares foram criados como resposta à expansão guerrilheira. As forças contra-insurgentes se espalharam pelo país com aval do governo colombiano¹⁵ e iniciaram um processo de aglutinação nos anos 90. Em 1995, criaram as *Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá* (ACCU) e, em 1997, nove organizações paramilitares criaram a *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) – o paramilitarismo exercia um caráter duplo no conflito, era aliado do Estado colombiano na luta antissubversiva e inimigo deste na luta contra o tráfico de drogas. Os grupos narcotraficantes instrumentalizaram todos os atores armados em conflito, financiaram com recursos econômicos e materiais as suas disputas e ao mesmo tempo entrando em confronto com estes por territórios (GMH, 2013).

A economia do tráfico permeou o conflito armado colombiano e, de acordo com Pécault (2008), possibilitou a emergência de todo tipo de grupo armado: “os sicários pagos pelos narcotraficantes, as gangues de bairro, as máfias vinculadas ao mundo político; e haviam propiciado uma corrupção que corroía quase todas as instituições” (PÉCAULT, 2008, p. 30, tradução nossa). As interações entre guerrilhas, paramilitares e grupos narcotraficantes com as forças regulares do governo colombiano levaram a uma transformação na dinâmica conflitiva, para Pécaut (2008) “um campo conflitivo complexo, fluído, fragmentado e heterogêneo”. E que o Grupo de Memória Histórica (2013) chamará de “os anos de tragédia humanitária” uma vez que entre 1996 e 2005

a guerra alcançou sua máxima expressão, extensão e níveis de vitimização. O conflito armado se transformou em uma disputa de sangue e fogo pelas terras, o território e o poder local. Se trata de um período em que a relação dos atores armados com a população civil se transformou. No lugar da persuasão, se instalaram a intimidação e a agressão, a morte e o desterro [...] Os repertórios de violência dos atores armados registraram seu maior grau de expansão na história do conflito armado colombiano (GMH, 2013, p. 156, tradução nossa).

Para além da condição de vítimas, é reconhecida a participação direta das mulheres nos grupos armados que atuaram – e que atuam – no conflito colombiano. A partir da base de dados que reúne informações sobre pessoas desmobilizadas que ingressaram nos processos de reintegração e reincorporação realizados pela *Agencia para la Reincorporación y la*

¹⁵ Sobre o assunto, ver o Decreto 356 de 1994 que cria as *Cooperativas de Vigilancia y Seguridad Privada*.

Normalización (ARN)¹⁶ do governo colombiano entre 2001 e 2021 foi possível criar um retrato parcial da participação de mulheres em alguns grupos armados. O período em que a ARN realiza o levantamento dos dados é significativo uma vez que perpassa tanto os acordos realizados entre o governo colombiano e a AUC realizados em 2006, e o governo colombiano e as FARC-EP realizados em 2016. Destaca-se, todavia, que esse conjunto de dados não representa o total de mulheres que ingressam nos grupos armados ao longo de todos os anos de conflito; é um instrumento para visualizar que os grupos armados contavam com a participação das mulheres em suas ações.

Assim, a partir dos dados disponibilizados pela ARN, verificou-se que foram 55.603 combatentes desmobilizados que ingressaram nos processos de reintegração e reincorporação promovidos pelo governo colombiano entre 2001 e 2021 (COLOMBIA, 2021). Os grupos identificados são: *Autodefensas Unidas da Colombia* (AUC); *Ejército de Liberación Nacional* (ELN); *Ejército Popular de Liberación* (EPL); *Ejército Revolucionario Guevarista* (ERG); *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e as FARC-EP. A maioria dos homens e mulheres desmobilizados durante o período, cerca de 60%, pertenciam ao grupo paramilitar *Autodefensas Unidas da Colombia* (AUC), conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Total de combatentes desmobilizados por grupo armado (2001-2021)

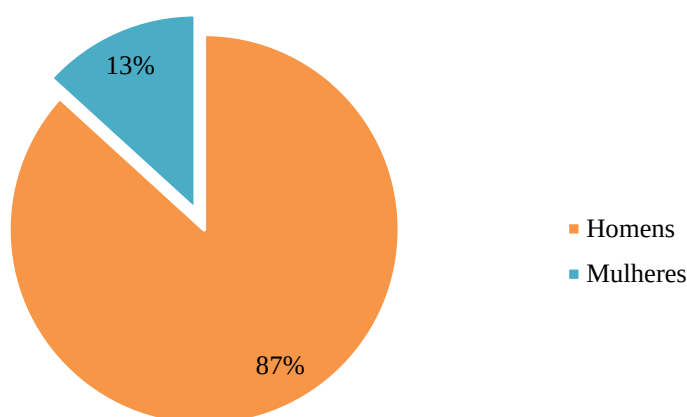
Grupo Armado	Total de combatentes desmobilizados
AUC	33166
ELN	4374
EPL	131
ERG	137
ERP	168
FARC-EP	17543
Não informado	84
Total	55603

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021).

¹⁶ De acordo com a ARN (COLOMBIA, 2019), a desmobilização é uma etapa do processo reconhecido na lei internacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) que consiste no abandono voluntário de uma pessoa que pertencia a um Grupo Armado Organizado Fora da Lei (GAOML, na sigla em espanhol), bem como o abandono de qualquer atividade realizada em seu interior. O procedimento de desmobilização pode ser realizado individualmente ou coletivamente pelos participantes dos grupos armados. A reintegração é o processo pelo qual os desmobilizados adquirem status civil, podendo obter emprego e renda de forma sustentável; ao passo que a reincorporação é o processo dirigido às pessoas que participam da implementação do Acordo Final de Paz de 2016, entre as FARC-EP e o governo colombiano, e transitam para a legalidade (COLOMBIA, 2019).

Os dados da tabela acima mostram que o segundo maior grupo de desmobilizados foi o das FARC-EP com 17.543 homens e mulheres, cerca de 32% do total de desmobilizados. O terceiro, ELN, com 4.374, representa 8% dos desmobilizados; seguido pelo ERP com 168 desmobilizados; o ERG com 137; o EPL com 131 desmobilizados. Há, ainda, 84 pessoas em que o grupo armado pertencente não foi informado. Do total de combatentes desmobilizados no período, os dados revelam que 48.244 eram homens e 7.359 eram mulheres, conforme ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Total de combatentes desmobilizados por sexo (2001-2021)



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021).

Assim, embora exista uma naturalização da violência política e dos grupos armados enquanto espaços masculinizados e de atuação dos homens, o gráfico 1 contribui para o argumento de que as mulheres também estão presentes nesses espaços, independente do papel em que essas mulheres atuaram. Ademais, como pode ser visto na tabela 2, com exceção de 18 mulheres em que o grupo armado não foi informado, a participação das mulheres ocorreu em todos os grupos armados analisados, acompanhando a variedade de suas orientações políticas.

Tabela 2 - Total de mulheres desmobilizadas por grupo armado (2001-2021)

Grupo Armado	Total de mulheres desmobilizadas
AUC	2261
ELN	1006
EPL	29
ERG	50
ERP	46
FARC-EP	3949

Não informado	18
Total	7359

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021).

Conforme a tabela 2, embora a AUC seja o grupo que teve o maior número de combatentes desmobilizados no período, as FARC-EP foi o grupo que mais teve mulheres desmobilizadas. Com 3.949 ex-combatentes do total de 7.359, as FARC-EP representa sozinha 54% do total de mulheres desmobilizadas entre 2001 e 2021. As AUC ocupam o segundo lugar, com 2.261 mulheres, cerca de 31%; e, o ELN, com 1.006, cerca de 14%. Pelos demais grupos, se desmobilizaram 50 mulheres pertencentes ao EGR, 46 ao ERP e 29 ao EPL. O número de homens desmobilizados por grupo armado, conforme a tabela 3, não segue o mesmo padrão. Dos 48.244 homens desmobilizados, os ex-combatentes das AUC foram os que mais ingressaram nos processos de reintegração da ARN.

Tabela 3 - Total de homens desmobilizados por grupo armado (2001-2021)

Grupos Armados	Total de homens desmobilizados
AUC	30905
ELN	3368
EPL	102
ERG	87
ERP	122
FARC	13594
Não informado	66
Total	48244

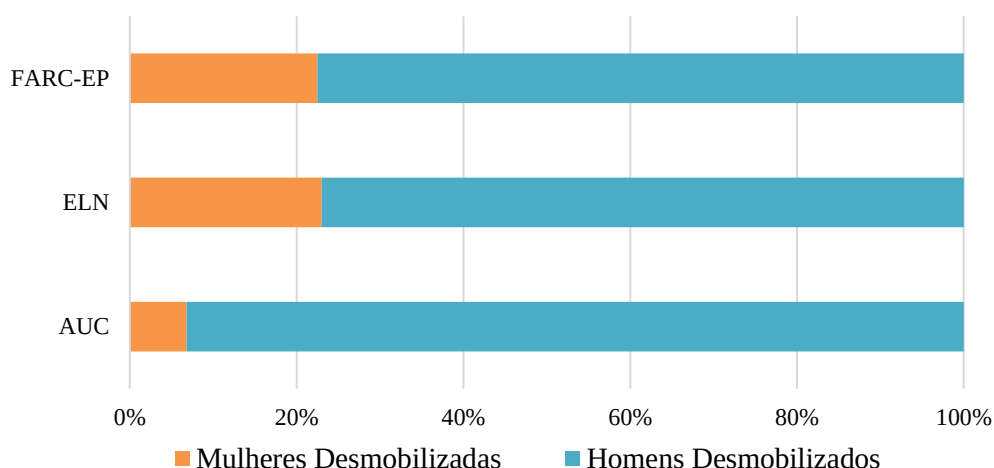
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021).

Conforme a tabela acima, 64% dos homens que ingressaram nos processos de reintegração pertenciam ao grupo paramilitar AUC. No segundo maior grupo, o das FARC-EP, o total de homens desmobilizados foi de 13.594, cerca de 28% do total; a seguir, encontram-se os ex-combatentes do ELN, 3.368, representando cerca de 7%; e os 122 desmobilizados do ERP representam cerca de 1%. Dos demais grupos, o EPL teve 102 homens desmobilizados, enquanto o ERP teve 87 e, por fim, 66 homens ex-combatentes em que não há informações com relação ao grupo de atuação.

Nesse sentido, para se ter uma dimensão da participação das mulheres em relação ao total de homens nos três principais grupos armados que compõem a base de dados da ARN

(AUC, FARC-EP e ELN), construímos um gráfico em que o total de desmobilizados é separado por sexo e por grupo armado. No gráfico 2, ilustra-se a participação de homens e mulheres pelo total de desmobilizados de cada um dos três grupos armados.

Gráfico 2 - Desmobilizados por sexo com base no total de desmobilizados dos três principais grupos armados (2001-2021).



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021).

Com base no último gráfico, quando comparado sobre o total de desmobilizados, as FARC-EP e o ELN possuem uma participação maior de mulheres desmobilizadas em relação ao grupo paramilitar AUC entre 2001 e 2021. Embora, como mencionado anteriormente, os dados ilustrados não representem a totalidade de mulheres que adentraram aos grupos armados colombianos ao longo dos mais de sessenta anos de conflito; e, considerando que os processos de reincorporação e reinserção de ex-combatentes estão ativos, o conjunto de informações apresentadas contribuem para o objetivo de reconhecer a participação das mulheres na dinâmica conflitiva colombiana no século XX e XXI. Dentre os desmobilizados, as mulheres representaram mais de 20% da força do ELN e das FARC-EP.

Com relação as formas de participação no interior dos grupos, um estudo com mulheres ex-combatentes realizado pelo *Observatorio Paz y Conflicto* (OPC) mostrou que as atividades envolviam os níveis de apoio e de combate nos três grupos armados. Nas AUC, as mulheres estiveram presente nas atividades de apoio logístico, relacionadas a limpeza e a cozinha, também desempenharam funções nas tarefas de comunicações e no controle das finanças, bem como em ações bélicas de combate e segurança. Algumas com participação direta nos confrontos contra a Força Pública e os grupos guerrilheiros foram treinadas e identificadas como “*patrulleras*”, ainda que, de acordo com as entrevistadas, seria um número reduzido de

mulheres. Outra função envolvia operar nas zonas urbanas de influência do grupo armado com trabalhos sociais e políticos, embora esses não tenham sido definidos (OPC, 2015).

No ELN, as mulheres participaram nos serviços de apoio relacionados à saúde dos combatentes, no transporte de suprimentos e no trabalho social e político nas populações sob influência do comando guerrilheiro. As mulheres ainda participaram nas confrontações armadas de igual para igual com os homens, entretanto, o estudo ressalta os sentimentos de algumas envolvidas na atividade “a ação armada direta nas zonas de combate gera medo diante da morte e, por sua vez, coragem ao momento de se defender no combate” (OPC, 2015, p. 33, tradução nossa). O não cumprimento das atividades atribuídas acarretava sanções e castigos no interior da organização, o que, produziria um sentimento de valentia nas mulheres para realizarem as ações (OPC, 2015).

As mulheres nas FARC-EP, segundo o OPC (2015) teriam sido combatentes, guardas, apoiadoras das tropas e ainda responsáveis pelo cuidado dos doentes. Diferentemente dos demais grupos, o estudo exemplifica que uma outra função exercida seria a de ministrar cursos. De acordo com o relato de algumas ex-combatentes, as atividades e funções realizadas no interior do grupo armado seriam atribuídas de acordo com a confiança e a capacidade percebida nas mulheres (OPC, 2015, p. 18). As dinâmicas de gênero envolvidas nessa participação, as motivações para vinculação, sua atuação e as próprias vozes das mulheres ex-combatentes das FARC-EP são o centro de investigação do próximo capítulo.

4.4 Considerações parciais

Como visto no presente capítulo, ainda que a História dê ênfase as atuações dos homens, os heróis e os mártires da nação, a história do conflito armado na Colômbia também é a história da participação das mulheres colombianas na violência política. A retomada do histórico do conflito armado teve como objetivo esclarecer as questões estruturais, mostrar as mudanças e conservações dos episódios de violência, retomar a história e as fases do conflito, bem como as principais forças políticas que estiveram (e que estão) presentes no território. Compreender a participação das mulheres na violência política em território colombiano perpassa por compreender a complexa relação que a sociedade possui com os atores armados e com as marcas da violência na vida individual.

Independente do período histórico, as atuações das mulheres parecem abarcar tanto as funções de apoio, como as de vigilância e as de combate de todos os lados envolvidos. Esse fato contraria as expectativas de que as mulheres teriam uma atuação secundária e longe das

armas, ou mesmo que vivenciam a existência de uma separação fixa de funções em grupos armados. As mulheres participaram da luta de independência ao lado dos patriotas e ao lado dos defensores da coroa espanhola. Participaram dos confrontos entre os partidários conservadores e partidários liberais. E, na etapa mais complexa do conflito armado, dada à heterogeneidade dos atores na disputa por territórios, recursos e poder político as mulheres estiveram em aliança nas filas guerrilheiras em lados opostos dos confrontos ideológicos. Mulheres que ingressaram nas filas guerrilheiras defendendo os ideais revolucionários das FARC-EP, ELN, ERG, EPL e ERP; em oposição as mulheres que adentraram à luta anti-insurgente dos grupos paramilitares como as AUC.

Na violência bipartidarista, merece destaque a contribuição de Jaramillo Castillo (1995) sobre o papel de reprodução dos discursos de ódio que recai sobre mulheres. Recordar-se a função das mulheres como guardiãs das memórias familiares que, por serem responsáveis pelo ambiente privado do lar, possuem a responsabilidade de passar de geração em geração os valores e os costumes familiares – e aqui, a fúria pelos inimigos partidários. O que parece significar que a manutenção da violência política entre liberais e conservadores se estabelece como uma extensão complementar às próprias funções maternas das mulheres colombianas, a violência seria alimentada pelas mulheres-mães no seio familiar. E, assim, estas não estariam tão distantes da violência como o esperado.

Por fim, os dados sobre as desmobilizações de combatentes disponibilizados pela ARN evidenciam que a participação de mulheres em grupos armados não pode ser um assunto marginalizado. Mais de 7 mil mulheres (sem contar as que não entram, e as que ainda não entraram, nos processos formais de desarmamento, desmobilização e reintegração) precisam enfrentar os desafios do retorno à vida civil, retomar seus direitos políticos, ter garantias de segurança contra seus corpos, obter moradia e emprego dignos e não sofrerem discriminação por terem desafiado os estereótipos de gênero associados às mulheres.

5 ARMADAS COM MEMÓRIAS: MUJERES FARIANAS

Aviões militares distribuíram em 4 de abril, no leste de Tolima, uma circular do comando do destacamento de Sumapaz: “A partir de hoje” – dizia a circular –, “até segunda ordem, todo o leste de Tolima foi incluído na zona de operações militares”. A medida foi tomada devido à grave situação de ordem público que afetava a região. No centro neurálgico do problema estava Villarrica, uma das regiões cafeeiras mais privilegiadas do país, e a população mesma de Villarrica, com sua enorme pracinha de pedra deformada, seus armazéns escuros arruinados e suas 3.000 crianças. (GARCÍA MARQUEZ, [1955], tradução nossa)

Os bombardeios atingiram o que se considerava o coração do movimento comunista e o êxodo de homens e mulheres deste território viria a formar um movimento campesino que posteriormente conheceríamos como *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia -Ejército del Pueblo* (FARC-EP), essas histórias estão por detrás do trecho da crônica de Gabriel Garcia Márquez sobre o drama das 3.000 crianças órfãs que foram deslocadas internamente nesta violenta operação militar por parte do governo colombiano. O episódio seria também um dos primeiros casos de deslocamentos massivos da população colombiana. Ao longo dos mais de 60 anos de conflito mais de 6 milhões e quatrocentos cidadãos colombianos seriam obrigados a abandonar seus bens e seus territórios vitimados pela violência das ações armadas (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), [2022]).

Conforme visto brevemente no capítulo anterior, há um passado de violência, exclusão e confronto entre os movimentos agrários e as forças oficiais colombianas que impulsionaram modificações nas estratégias de ação tomadas pelos líderes campesinos. O resultado foi o desenvolvimento da estratégia de mobilidade total e absoluta com a adesão ao método de guerrilha. Acontecimentos políticos datados dos anos de 1940, como a relação entre os EUA e os governos bipartidaristas colombianos, também estão presentes nos documentos oficiais e fazem parte do discurso de mobilização e formação da guerrilha das FARC-EP (FARC-EP, 1998; 2007; MUJERES FARIANAS, 2014). Estes nos ajudam a olhar para a história do grupo armado por parte de seus próprios integrantes. A regularidade do discurso de sobrevivência, de resistência, de soberania, de combate ao imperialismo e da defesa dos interesses do povo colombiano pelas mãos do próprio povo colombiano fazem parte das memórias escritas e das razões que justificaram a luta armada no argumento da organização enquanto coletividade.

Entretanto, para compreender a participação das mulheres nas FARC-EP, por meio de suas próprias experiências, utilizamos diferentes fontes de memórias sobre a vida de algumas guerrilheiras, sendo três documentários com entrevistas realizadas diretamente às combatentes Farianas (TANJA..., 2010; ROSAS...2014; LUCERO, 2005), um episódio de podcast

desenvolvido pela própria organização (MUJER FARIANA, [2020c]) e ainda o livro *‘Guerrilleras: Testimonios de cinco combatientes de las FARC’*, editado pela ONG *Nodo de Saberes Populares Orinoco-Magdalena* (2018)¹⁷, disponível no site do Partido Comunes¹⁸.

Os subtítulos deste capítulo se referem a trechos de músicas criadas pelos próprios guerrilheiros. A música revolucionária representa não apenas uma expressão cultural da guerrilha com o enaltecimento dos ideais revolucionários defendidos, como também narra a vida nos acampamentos e os sentimentos bons e ruins envolvidos na luta armada. Em *‘Oye tu guerrillera’* fala-se da vida nos montes e das dificuldades da luta armada; já na canção *‘Amor Bolivariano’*, é exaltada a escolha de suas companheiras pela luta armada: “a decisão de lutar é sua inegável beleza”, frase em que baseamos o nome do presente trabalho¹⁹.

A fim de resgatar o histórico de participação das mulheres nas FARC-EP e o seu papel na organização, na primeira parte deste capítulo, apresentamos um perfil parcial das mulheres desmobilizadas com base nas informações disponíveis pela *Agencia para la Reincorporación y la Normalización* (ARN) do governo colombiano. Também voltamos ao início da formação da guerrilha em 1964 e exploramos o processo de expansão da participação de mulheres na organização. Na segunda parte, a partir dos diferentes relatos de mulheres ex-combatentes, discutimos as formas de ingresso das mulheres à luta armada, suas histórias de vida anteriores à vinculação guerrilheira e as motivações para a entrada no grupo armado, bem como as histórias de mulheres que foram vítimas de recrutamento forçado. Na terceira parte focamos na vida guerrilheira, tanto as atividades realizadas pelas mulheres no interior do grupo armado, quanto, de forma mais subjetiva, as emoções, o luto, as relações entre companheiros e as renúncias afetivas que perpassam a vida dessas mulheres no conflito armado. Na última parte, abordamos as questões de gênero e a reprodução de práticas patriarcais no interior da guerrilha, analisamos os documentos da organização e os relatos de mulheres ex-combatentes, buscando identificar o discurso da organização e contrastar com as experiências narradas pelas guerrilheiras com relação a possíveis abusos e violências.

5.1 Viva las guerrilleras, guerrilleras farianas

¹⁷ Os depoimentos foram colhidos durante a implementação do Acordo de Paz de 2016, na Zona Veredal de Transição y Normalización (EZTN) El Negro Eliécer Gaitán, localizada em Caño Indio, no departamento Norte de Santander.

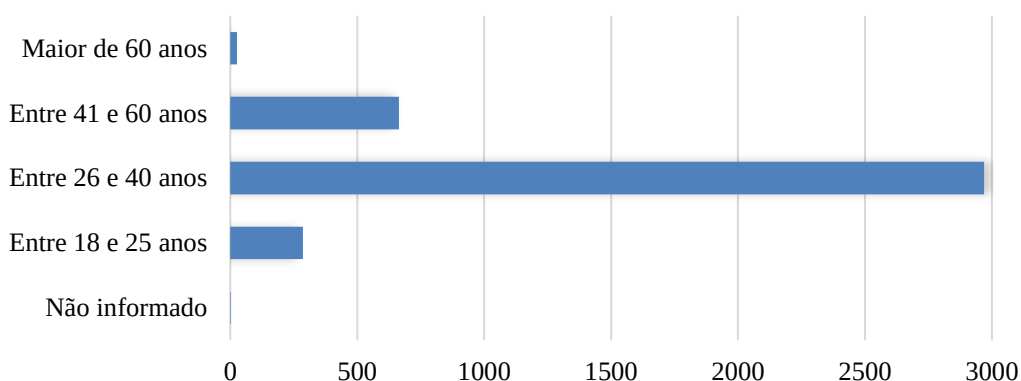
¹⁸ Com o Acordo de Paz as FARC-EP

¹⁹ As músicas guerrilheiras que utilizamos para nomear os subcapítulos podem ser encontradas nesta playlist: <https://www.youtube.com/watch?v=Q01UKa6Jydk&list=PL4P-lOvpzW3YGJHYCyDPTVz2PKI6TP8X9>.

Como vimos nos dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021), presentes na Tabela 2, (página 79), as FARC-EP foi o grupo armado que mais teve mulheres desmobilizadas durante o período de 2001 e 2021. Reafirmamos que mesmo que esse dado seja apenas uma parte do número total de mulheres que participaram da luta armada – pensando nas mulheres que morreram nos combates e que não participaram do processo de paz, é um dado representativo para mostrar, em primeiro lugar, a existência da participação dessas mulheres e, em segundo lugar, a sua proporção na luta armada: mais de 20% da força guerrilheira das FARC-EP era composta por mulheres, retomando os dados do Gráfico 2 (página 81).

No episódio *‘Farianas en la resistencia’*, uma guerrilheira afirma que “durante 56 anos de luta campesina e popular o papel das mulheres têm sido invisibilizado, estigmatizado e coberto de imaginários sobre a figura feminina insurgente” (MUJER FERIANA, [2020c], tradução nossa). Nesse sentido, a partir dos dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021), formulamos duas ilustrações (gráfico 3 e mapa 2) e apresentamos outras informações sobre a vida dessas mulheres com a finalidade de traçar um pequeno perfil destas, agora ex-combatentes. Para tanto, no gráfico abaixo, vemos os grupos etários destas mulheres no momento da desmobilização.

Gráfico 3 - Mulheres das FARC-EP desmobilizadas por grupo etário (2001-2021)



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021).

Conforme o gráfico 3, a maior parte das mulheres que realizaram o processo de reincorporação e reintegração nos últimos anos estão em idade economicamente ativa. Com relação a ocupação destas mulheres, as informações disponíveis mostram que mais da metade, cerca de 51%, afirmaram estar atuando no setor informal ao passo que 13% afirmaram estar desempregas, um valor significativo das mulheres não informou sua ocupação. Ademais, deste grupo de ex-combatentes, 2.008 mulheres possuem o ensino médio completo, cerca de 51%. Outras 1.577 mulheres possuem educação básica (860 primária e 717 a secundária), 144 ex-

combatentes declararam estarem alfabetizadas, e as demais 220 mulheres informaram estarem por realizar (COLOMBIA, 2021). Esses dados mostram que a maioria das mulheres que participou a luta armada possui algum nível de educação. No mapa a seguir, com exceção de 56 mulheres que não informaram o departamento de residência, vemos a disposição geográfica em que estão as 3.298 mulheres que ingressaram nos processos de reincorporação e reintegração.

Mapa 2 - Mulheres das FARC-EP desmobilizadas por região (2001-2021)



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pela ARN (COLOMBIA, 2021; MILENIOSCURO, 2015).

Conforme o mapa 2, as mulheres desmobilizadas se encontram em todas as regiões do país, embora em maior representação nas regiões centrais, nos departamentos de Antioquia (427), Caquetá (251), Cudinamarca (240), Huila (263), Valle del Cauca (216), Meta (565), Tolima (193) e na capital, Bogotá D.C (626). Embora os dados não representem a localização destas mulheres antes da entrada do grupo armado, mostra que o processo de reincorporação e reintegração política se estabelece em todo país, não estando restrito a algumas regiões. Ressaltamos essas informações compiladas da ARN com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as mulheres ex-combatentes, a importância de conhecer a população que será impactada pelas políticas de reintegração para que estas atendam às suas necessidades econômicas, políticas e sociais. Da mesma forma, a partir do resgate histórico da formação da organização armada e de suas próprias memórias, olhamos para as experiências pessoais dessas mulheres buscando compreender sua participação.

A participação das mulheres na guerrilha das FARC-EP ocorre desde os primeiros anos de resistência. Elas foram formadas pelas colunas de marcha campesina que saíram do território de Villarrica com o objetivo de fundar núcleos de autodefesa para defesa de seus membros dos ataques do governo e dos latifundiários. Esses agrupamentos gestaram o movimento armado, de modo que, dado sua ‘autonomia’ e organização, foram chamados de *Repúblicas Independientes*, (rever figura 1 página 74) pelos conservadores, denominação que não apenas reforçava uma ordem à parte do controle estatal, como justificava ações de reintegração do território por parte do governo colombiano (FARC-EP, 1998; MOLANO, 2016).

A tomada de Marquetalia, um destes agrupamentos campesinos, por parte do exército colombiano sob o comando da Operação Soberania, em maio de 1964, é utilizada pelos guerrilheiros como um símbolo fundacional do movimento armado. Em seu esboço histórico, criado pela Comissão Internacional e divulgado em português em 1998, ao fazer referência à Marquetália, os guerrilheiros das FARC-EP afirmam:

O objetivo político da resistência de Marquetalia foi tornar difícil uma operação militar calculada para três semanas e desprestigiar a classe política governante, o governo e os altos comandos militares. [...] A operação militar calculada para três semanas, tornou-se uma guerra que hoje faz 34 anos e já não são 48 homens, porém mais de 60 frentes guerrilheiras, em sete Blocos de Frentes, com presença em todo o território nacional. (FARC-EP, 1998, p. 19).

A resposta à agressão foi a mobilização e transição dos grupos de autodefesa para grupos guerrilheiros, como Jacobo Arenas, um de seus fundadores declara: “a guerra passou da resistência à guerra de guerrilha autêntica” (MOLANO, 2016, p. 53, tradução nossa).

Inaugurado pela proclamação do *Programa Agrario de los Guerrilleros*, em julho de 1964²⁰, o núcleo fundador, originado de Marquetalia e que assina o Programa Agrário em 1964, contou com 35 nomes²¹. Embora os nomes dos guerrilheiros homens sejam os mais lembrados, como os de Jacobo Arenas, Manuel Marulanda Vélez e Isauro Yosa, na listagem também aparecem duas mulheres: Miryam Narváez e Judith Grisales. Haveria ainda mais uma mulher dentre os marquetalianos que fundaram a organização, mas esta teria sido morta durante o primeiro combate (FARC-EP, 1998, p. 127; MUJER FARIANA, [2020c]). Uma foto de Miryam e o reconhecimento de sua participação enquanto fundadora das FARC-EP também é encontrada na publicação *‘50 años en fotos FARC-EP: la resistencia de un pueblo’* (FARC-EP, 2014, p. 17).

Em seu Estatuto, as FARC-EP se definiam como um movimento “político-militar que desenvolve sua ação ideológica, política, organizacional, propagandística e armada de guerrilhas, de acordo com a tática de combinação de todas as formas de luta de massas pelo poder para o povo” (FARC-EP, 2016, p. 548, tradução nossa). A organização estava estruturada nos seguintes agrupamentos:

Tabela 4 - Estrutura das FARC-EP

Esquadra	É a unidade básica e composta por doze (12) homens, incluindo seus comandantes.
Guerrilha	Consiste em dois (2) esquadrões, mais seus comandantes (26 homens).
Companhia	É composta por dois (2) comandos guerrilheiros, mais seus comandantes (54 homens).
Coluna	Consiste em duas (2) companhias ou mais, mais seus comandantes (110 homens).
Frente	Consiste em mais de uma coluna.
Bloco de Frentes	Consiste em cinco (5) ou mais frentes. É uma estrutura militar que, sob a direção do Estado-Maior Central das FARC-EP ou de seu Secretariado,

²⁰ Documentos e declarações das FARC-EP estavam disponibilizados de forma online no site oficial do grupo armado entre 2011-2021, em 2022 o domínio do site foi alterado. Alguns documentos ainda podem ser encontrados no *Centro de Documentación de los Movimientos Armados*: <https://cedema.org/>; outros no site oficial do Partido Comunes: <https://partidocomunes.com.co/>.

²¹ Alguns arquivos da organização afirmam que 48 pessoas fundaram o grupo armado. Na listagem aqui, alguns nomes aparecem acompanhados por ‘e irmãos’. E, no episódio de podcast da própria guerrilha, afirmam haver 42 homens e 3 mulheres.

	coordena e unifica as atividades das Frentes em uma área específica do país no desenvolvimento do Plano Estratégico.
Estado-Maior Central	É o mais alto órgão de gestão e comando das FARC-EP, em todos os níveis. Seus acordos, ordens e determinações vinculam todo o movimento e todos os seus membros.

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações contidas no Estatuto das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). (CONFERIR ANEXO – ESTATUTOS FARC-EP, p. 137).

As assembleias gerais e conferências nacionais seriam os marcos de elaboração das estratégias militares do grupo armado, de seus regulamentos internos e declarações políticas. A Segunda Conferência Guerrilheira, em 1966, seria a primeira vez em que se declararia que o objetivo da luta armada era a tomada do poder nacional (FARC-EP, 1998). Na Sétima Conferência, em 1982, o modelo a ser adotado pelos guerrilheiros adquire um caráter ofensivo, as modificações marcam “uma clara concepção operacional e estratégia para um exército revolucionário, o que marcou um reajuste de todos os seus mecanismos de direção e comando” (FARC-EP, 1998, p. 30) e a adoção de “Exército do Povo” (*Ejército del Pueblo*, no original) em seu nome oficial.

As primeiras mulheres a participarem da organização teriam sido as esposas dos camponeses. No início eram formados comitês femininos com direção própria, atuavam como responsáveis pelo abastecimento, pelo cuidado da saúde e a alfabetização dos combatentes e de pessoas da comunidade (CASTRILLÓN, 2015; MUJERES FARIANAS, 2014). Somente em 1970, na Quarta Conferência Nacional Guerrilheira, as guerrilheiras das FARC-EP alcançariam o reconhecimento como combatentes, este teria sido dado pelo esforço das mulheres de mostrarem que eram capazes de ocupar este papel. Assim, foram progressivamente possuindo os mesmos direitos e deveres de seus companheiros, ademais, esse reconhecimento teria impactado em uma maior vinculação de mulheres à guerrilha (MUJERES FARIANAS, 2014).

A participação de mulheres representa também uma estratégia militar para aumentar o número de combatentes no interior das filas guerrilheiras. As *Mujeres Farianas*, como elas se autodenominam, apontam que essa mudança resultou, por um lado, no ingresso de mulheres com maior formação acadêmica e política e, por outro, no processo de chegada de mulheres combatentes mais antigas a assumir posições com maiores responsabilidades e postos de comando. Nos anos 80, as mulheres já estavam ocupando espaços nas transmissões de rádio da guerrilha e sendo comandantes de frentes guerrilheiras. Elas também atuavam na

clandestinidade nas zonas urbanas e nos movimentos estudantis para fortalecer a incidência política da organização nesses espaços (MUJERES FARIANAS, 2014; MUJER FARIANA, [2020c]).

Com aumento progressivo ao longo dos anos de luta armada da organização, a maior participação de mulheres também impactou em novas regras e condutas no interior da organização, a decisão pelo ingresso às filas guerrilheiras levaria as mulheres a “aceitar cada uma das nossas normas: o emprego de métodos anticoncepcionais é obrigatório para mulheres e homens; gestação nas filas reduzidas ao mínimo; as mulheres contam com condições para interromper a gravidez **apenas** se assim decidirem” (MUJERES FARIANAS, 2014, p. 14, tradução nossa, grifo nosso). Ainda que o emprego de métodos contraceptivos fosse obrigatório às participantes, a guerrilha também impunha o controle sobre eventuais casos de gravidez. Também se previu punição em casos de discriminação, nas conclusões da Oitava Conferência Nacional Guerrilheira, realizada no ano de 1993, os mesmos direitos são postos para os guerrilheiros e as guerrilheiras:

Nas FARC-EP não pode haver discriminação contra as mulheres, quem da mesma forma que os homens assumem as exigências regulamentárias, também têm os mesmos direitos. Qualquer um que discriminar as mulheres será punido conforme o Regulamento, sejam eles comandantes ou guerrilheiros de base. A mulher na guerrilha é livre. (FARC-EP, 1993, p. 1, tradução nossa).

Apesar das regras de conduta no interior da organização, casos de machismo e de não cumprimento das normas internas são relatados pelas ex-combatentes, alguns combatentes trariam “vícios da vida civil”, como, por exemplo, o ato de roubar e ter pertences individuais. Estes seriam sancionados para mostrar que “na guerrilha é diferente” (TANJA..., 2010, tradução nossa). Com relação à discriminação contra as mulheres, no relato da ex-guerrilheira Laura é possível perceber que essas práticas são reconhecidas pelas combatentes:

O machismo, você imagine. Colômbia é machista e nós que estamos aqui somos colombianos. Obviamente o machismo se expressa em que a mulher que tenha muitos namorados é a pior, mas o homem que tem muitas namoradas é um “Chayanne”, é um super-herói. Isso é visto, piadas machistas. A mulher está em postos de liderança nas FARC, mas é um pouco mais difícil de promover. Primeiro, porque é uma organização militar, sim, mas sim há algo disso, apesar de que o regulamento diga que os homens e as mulheres somos iguais. Colocar isso em prática é um pouco difícil, há certa mentalidade machista. Você não diz que está em todos os lados, porque há comandos que apoiaram muito a mulher. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 78, tradução nossa).

Victoria Sandino, também ex-guerrilheira das FARC-EP e que esteve com mandato de senadora pelo Partido Comunes entre 2018 e 2022, também reconheceu a reprodução e manutenção da estrutura patriarcal e machista sobre a relação entre homens e mulheres no interior da guerrilha:

Neste país os homens batem nas mulheres e as violam, então, não se pode pensar que quando chegam nas FARC, de entrada, isso ia ficar para atrás [...] havia uma formação onde permanentemente se falava da equidade entre homens e mulheres e tínhamos os mesmos deveres e direitos. Entretanto, não quer dizer que os homens deixaram de ser machistas de imediato dentro de um exército hierárquico dirigido por homens. (POLO, 2020, p. 1, tradução nossa).

Embora em seus documentos a organização guerrilheira imponha novas regras comportamentais, vemos nos relatos que há uma aparente responsabilização dos valores e da convivência social anterior à vinculação armada, bem como a estrutura patriarcal, como causadores das condutas desviantes, discriminatórias e abusivas que adentram ao ambiente guerrilheiro. Os exercícios de memória e o contexto de reincorporação político-econômica-social dos guerrilheiros e das guerrilheiras possibilita que estas questões mais sensíveis à luta armada ganhem o espaço público e superem as narrativas construídas pela própria guerrilha, uma vez que o controle de informações sobre si também é uma forma de “propagar a revolução” e mobilizar novos combatentes. E isso é particularmente importante quando se trata do nosso objetivo de conhecer o papel das mulheres e adentrar as narrativas sobre a vida guerrilheira e sobre a reprodução das assimetrias de poder com relação aos homens e mulheres no interior da organização.

5.2 *Tu lema es vencer o morir*

No documentário *‘Rosas y Fuziles’* (2014) produzido por Chris Gilbert e Vilma Kahlo em 2014, durante o processo de paz entre as FARC-EP e governo colombiano, uma ex-guerrilheira, identificada como Diana Grajales, fala sobre os aparatos ideológicos utilizados pelos ‘inimigos’ sobre a participação das mulheres na guerra: “a decisão de uma mulher, como eu, para tomar as armas e ir à luta com o povo e para o povo, não é para ser um objeto sexual nas filas, quem vai estar disposto a deixar uma vida tranquila, como a que eu tinha [...] para ser amante de um comandante” (ROSAS..., 2014, tradução nossa). No mesmo documentário, a ex-guerrilheira identificada como Yira Castro, afirma que as pessoas pegam em armas porque não há outra alternativa “não é que nasci carregando genes de guerra” (ROSAS..., 2014, tradução

nossa), a razão para a entrada na guerrilha se dá por não existir outras possibilidades, porque quem “se opõe por via legal ao sistema, é assassinado” (ROSAS..., 2014, tradução nossa).

A vinculação à guerrilha é apontada por algumas combatentes como uma oportunidade de escapar de uma realidade de exclusão, discriminação e opressão, especialmente para mulheres rurais (ESCOBAR, 2013; LONDOÑO Y NIETO, 2006 *apud* CASTRILLÓN, 2015; MUJER FARIANA, 2014). Alguns estudos mostram fatores como a violência intrafamiliar, a necessidade de segurança, o espírito de vingança, a afinidade política com a luta ou o envolvimento de familiares com a guerrilha como razões para a entrada nas FARC-EP e, como vimos no capítulo 2, vínculos anteriores à mobilização armada, como os grupos das comunidades locais e grupos de estudantes, contribuem para facilitar o acesso dessas mulheres ao ambiente da guerrilha (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018; KAZMAN, 2019).

A holandesa, Tanja Nijmeijer, que talvez seja o nome mais conhecido de uma guerrilheira da organização é entrevistada num acampamento guerrilheiro. No documentário “*Tanja Niemijer en haar verhaal*” (Tanja e sua história, tradução livre), Alexandra Nariño (nome utilizado por ela na guerrilha), vestindo o uniforme das FARC-EP e com seu fuzil frente ao corpo, conta que viajou para a Colômbia à primeira vez para ser professora de inglês em um colégio na cidade de Pereira, departamento de Risaralda, e que foi neste período que nasceu a inquietude com relação a existência da guerrilha e de sua luta revolucionária. Durante seu período no colégio se aproximou do professor de matemática e teria sido o responsável por mostrar a realidade precária de muitos colombianos, embora só fosse descobrir isso posteriormente, ele era membro das FARC-EP (TANJA..., 2010).

Tanja estaria convencida da luta das FARC-EP, mas não havia pensado em ser guerrilheira, executava o trabalho intelectual e urbano. Reconheceu que, naquela época, não tinha consciência do trabalho clandestino, tampouco o que fariam com ela caso o Estado a capturasse. Suas atividades consistiam em colocar bombas – ressalta que era ‘quando não havia civis’ – com o objetivo de queimar ônibus, estações e empresas de transporte. Em determinado momento a estrutura em que ela trabalhava ficou comprometida, ela teria sido questionada se queria isolar-se em Bogotá e esperar por um tempo, mas a sua decisão foi ir para o monte com os demais. Quando assistiu a aula de formação em Economia Política realizada por Simón Trinidad, teve o sentimento de certeza: “quero ficar aqui” (TANJA..., 2010, tradução nossa). Ao ser questionada sobre as histórias de que ela estaria na guerrilha por ter sido sequestrada, afirma enfaticamente: “que venham me resgatar e nós os receberemos aqui, com AK, com ponto 50, minas, morteiros com de tudo” (TANJA..., 2010, tradução nossa). Sobre a continuidade da

luta armada, “me verão morrer aqui ou me verão em Bogotá, na primeira linha” (TANJA..., 2010, tradução nossa). Tanja termina sua entrevista com a frase “até vencer ou até morrer” (TANJA..., 2010, tradução nossa).

As motivações apresentadas por guerrilheiras para o ingresso ao grupo armado variam, envolvem histórias de deslocamento forçado e também admiração pelos ideais revolucionários como no caso de Tanja. No relato de outra ex-combatentes, identificada como Alejandra, ela teria solicitado o ingresso voluntariamente aos 12 anos, mas, segundo ela, no regulamento da guerrilha só era permitida a entrada maiores de 15 anos²², o que acabou por postergar sua entrada. Tinha a vingança como sua principal motivação: “ingressei porque supostamente ingressando ia ser capaz de vingar o que haviam feito com minha família. Uma das primeiras coisas que pensei quando ingressei é que queria vingar a morte de meus tios e defender minha mãe” (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 65, tradução nossa).

Assim como Alejandra, a ex-guerrilheira Luci entrou voluntariamente para a guerrilha, tinha 13 anos e afirmou como motivação as situações de deslocamento forçado que viveu com sua avó. Embora apenas posteriormente tenha sido capaz de entender o que significava essas mudanças de lugares, vivenciadas quando tinha quatro ou cinco anos,

Isso descobri por último agora, porque quando isso aconteceu não entendia que andavam um por aqui, por ali e não se dá conta nem por quê. Mas foi isso, eles foram deslocados [...] tinha que sair, eu era muito pequena, mas lembro que quando isso aconteceu andavam com um por aí, carregada em direção à montanha, para fazer acampamentos. Eram acampamentos de civis puros, uma situação muito difícil. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 53, tradução nossa).

Em seu relato aparecem as violências exercidas pelo exército e pelos paramilitares contra a população civil. As relações entre os guerrilheiros e os civis muitas vezes envolviam trocas baseadas na confiança e proteção, fatos estes que borram os limites claros de quem era guerrilheiro, simpatizante ou civil, daqueles que não possuíam nenhum tipo de vínculo com a guerrilha. Luci conta que seu tio foi perseguido e morto pelo exército, ainda que nunca tenha sido guerrilheiro,

Você via quando chegava o exército, em uma ocasião um soldado colocou o fuzil na minha tia e disse: Você não tem medo de morrer? Porque nós temos a informação que você trabalha com a guerrilha, você faz aqui comida para a

²² Embora essa tenha sido o relato de Alejandra, cabe destacar que outros membros da organização já afirmaram ingressar com menos de 15 anos.

guerrilha. Em outro momento, abrindo portas com chutes: Quantos tem escondidos aqui? É uma imagem que não se apaga assim tão facilmente. Então você vai tendo mais proximidade e mais inclinação pela outra parte. Tudo isso alimenta para que você decida se tornar guerrilheira, assim, com pouca idade. Especialmente com essa convicção. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 55, tradução nossa).

As motivações de Diana, Yira, Tanja, Alejandra e Luci partem de experiências pessoais, são motivações subjetivas com uma ideia individualizada do porquê se juntar a um grupo armado. Alejandra em seu relato afirma a existência de um egoísmo arraigado e que só após sua entrada e permanência na guerrilha passou a pensar sobre a necessidade de uma construção de forma ‘coletiva’: “sim há que defender, mas não a mamãe, nem só o papai, a questão é que você tem que tentar avançar um país, a um povo [levando em conta] que não é só a sua família que está sofrendo todos esses tipos de efeitos, é um povo, é um monte de gente” (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 55, tradução nossa). Uma mudança de mentalidade que deveria ser feita, portanto, em nível nacional.

O desconhecimento com a prática e os ideais guerrilheiros não impediu a vinculação de mulheres às FARC-EP, Glória conta que entrou sem saber exatamente o que significava ser guerrilheira e esteve por 32 anos nas filas da FARC-EP. A ex-combatente nasceu em uma família pobre e tinha em mente que a guerrilha lutava contra as injustiças, fato que motivou sua busca por uma nova vida:

[...] na época nem sabia como era. Eu ingressei praticamente por simpatia, não conhecia nada, nada da guerrilha, nem sabia sequer o que éramos: comunistas, liberais, conservadores [...] à medida que você vai adquirindo conhecimento, vai se apaixonando mais, todos os dias, porque você procura estudar o país. Bem, por que vamos lutar? Ao ver todo o processo de como está funcionando o país, você diz: “há razões suficientes para a luta”. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 59-60, tradução nossa).

As motivações pessoais que surgem como gatilhos para a vinculação adquirem progressivamente novos contornos e a permanência na guerrilha justifica-se pela esperança de que a luta armada promova mudanças sociais, econômicas e políticas. Diferentemente de suas companheiras, Katherine e Laura se vincularam à organização por vivências políticas anteriores e pelo sentimento de aproximação ideológica com o que a guerrilha defendia. Laura entrou para as FARC-EP em 2003, com 23 anos, tinha formação em medicina e decidiu por ingressar após conhecer um acampamento guerrilheiro. Convidada por conhecidos que atuavam na organização, Laura teve a oportunidade de conhecer a convivência entre os combatentes e o funcionamento interno da guerrilha. Essa experiência teria mudado a sua concepção do que

significava ‘ser um guerrilheiro’, dado a especial atenção ao sentimento de coletividade vivida e ainda pela existência de uma alternativa política ao que se vivia no país.

Ao ver isso, ao ver essa gente que andava para um lado e para o outro com sua casa nas costas, que estava aqui, mas também estava por lá, e também podia estar mais além e não se apegava a nada, para mim isso me pareceu um conceito muito bonito, disse: “eu quero viver isso”. Me impulsionou a tomar a decisão de ingressar. Porque, pois, eu ingressei aos 23 anos, mas desde os 15 anos eu estava metida em política. Todo esse período de tempo andando na política, conhecendo quais são as problemáticas do país, as problemáticas do movimento estudantil, a problemática da universidade, a problemática do setor hospitalar, porque eu estudei medicina, tudo isso me levou a decidir: “bem, o Estado não está respondendo com seu dever de suprir as necessidades básicas da população”. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 58, tradução nossa).

Além da admiração pelo ‘diferente’ visto por Laura ao conhecer o acampamento guerrilheiro, o relato da ex-combatente mostra que nem sempre as motivações estão relacionadas à vingança familiar. Sua aproximação à guerrilha contou com a voluntariedade e com uma rede de contatos na comunidade que a fizeram conhecer de perto o funcionamento da organização, como o identificado por Kampwirth (2002) nos movimentos guerrilheiros de Nicarágua, El Salvador, Cuba e Chiapas.

De forma distinta, a combatente identificado como Katherine apresenta a sua vinculação à guerrilha como forma de resistir às violências perpetradas por outros grupos armados. Vivia na cidade e estudava Administração quando entrou para a guerrilha em 1988, suas motivações para a entrada foram econômicas e políticas, principalmente pela situação política que enfrentava o país. Na época, Katherine era militante da União Patriótica (UP), fazia o trabalho de organização e propaganda onde estudava e ainda o trabalho político no interior da organização. Quando começaram os assassinatos sistemáticos dos membros da UP ²³, decidiu pegar em armas, diferente de outros companheiros que escolheram o exílio.

E de repente quando as mortes começaram, eu comecei a senti-las perto, porque foram amigos e conhecidos os que foram caindo e, o grupo que estávamos ali, alguns começaram a decidir sobre nossa vida. Que queríamos fazer com ela, e como queríamos continuar a luta? [...] Outros companheiros decidiram ficar e decidimos pegar em armas, defender a vida e defender nossas ideias políticas na montanha, então me tornei uma guerrilheira. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 52, tradução nossa).

²³ Sobre o caso de genocídio da UP ver CEPEDA, Iván. Genocídio político: el caso de la Unión Patriótica en Colombia. In: **Revista CEJIL**. Debates sobre los derechos humanos y el sistema interamericano, [s,l], año I, n.2, pp.101-112, set. de 2006.

Ademais de mostrar as memórias individuais dessas mulheres, os relatos sobre a experiência de ingressar a luta armada e as motivações para esta mostram as dinâmicas internas que vivia a sociedade colombiana em diferentes etapas do conflito armado – como a violência dos grupos armados e as desigualdades econômicas e sociais na vida rural e na vida urbana. Com os relatos de Yira, Luci e Glória compreendemos que a vida anterior dessas combatentes, para elas, não valia a pena de ser vivida, de modo que a entrada para um grupo armado parece representar também uma saída encontrada por elas para escapar das situações de vulnerabilidade em que estavam inseridas.

Ainda que em todos os relatos acima as mulheres afirmam a entrada voluntária na guerrilha, outros estudos com mulheres desmobilizadas nas FARC-EP, mostraram a existência da prática do recrutamento forçado, incluindo o recrutamento forçado de crianças (SPRINGER, 2012). Esta prática do recrutamento voluntário é contestada na publicação *‘TESTIMONIOS DE LA ROSA BLANCA: Historias de mujeres víctimas de reclutamiento forzado, violencia sexual y basada en género por parte de las FARC-EP’* lançada pelo CNMH em 2022. Nesta produção são apresentados 18 relatos de meninas e adolescentes que sofreram violência física e sexual depois de serem recrutadas forçosamente pelas FARC-EP entre os anos de 1986 e 2005 (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2022), o relato de Andrea mostra esse outro aspecto do recrutamento guerrilheiro,

Eu tinha dezesseis anos quando um dia seis homens com roupas civis, com armas pequenas, chegaram à fazenda onde morava com meu padrasto e minha mãe, para propor que eu fosse com eles, que eu ia ficar bem lá, que eu não ia precisar de nada; Mas eu disse não, porque minha vida era muito tranquila. Apesar da minha recusa, eles me levaram à força, me levando cerca de três horas a pé, por uma estrada até uma colina, até chegarmos a um acampamento onde havia cerca de vinte e seis pessoas. Entre eles estavam várias meninas e meninos, menores entre 14 e 16 anos de idade aproximadamente. Naquele momento, soube que tinha chegado à 25ª Frente das FARC, localizada perto do município de Dolores (Tolima). (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2022, p. 31, tradução nossa).

O recrutamento forçado de crianças por parte das FARC-EP foi reconhecido publicamente perante a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), o ex-combatente das FARC-EP Rubín Morro declarou: “com profunda tristeza me permito manifestar diante da Colômbia que nos equivocamos, e que o ingresso de menores às filas guerrilheiras foi um erro político que hoje lamentamos e pelo qual pedimos perdão às vítimas” (NAVARRO, 2020, p. 1, tradução nossa). Aqui a memória individual das mulheres guerrilheiras, a memória ‘coletiva’ construída pelas FARC-EP e a memória histórica de reconstrução da verdade do conflito se cruzam, se

confrontam e se complementam para contar as várias formas de mobilização empregadas pela organização armada e as diversas histórias por detrás de cada combatente em armas.

5.3 *Con fragrancia de flor, flor de revolución*

A cotidianidade da guerrilha relatada por essas mulheres não era uma vida fácil, não apenas por estarem em combate, por ver e experimentar a violência direta contra seus corpos, mas porque a vida clandestina também implicava em renúncias afetivas. A combatente Lucero Palmera, uniformizada e com o fuzil apoiado no ombro, concedeu uma entrevista para o repórter sueco Dick Emanuelsson em meio a selva colombiana em abril de 2005. Em seu relato, reconheceu que a entrada na guerrilha foi muito dura fisicamente, nos primeiros meses os combatentes ingressam em um curso básico sobre a vida prática, política e militar da guerrilha para posteriormente serem incorporados aos combates, “é como voltar a nascer, mas com uma vida completamente nova e com sacrifício” (PALMERA, 2005, tradução nossa).

María Victoria Hinojosa Giraldo, conhecida na guerrilha como Lucero Palmera, foi coordenadora da emissora guerrilheira “*Voz de la Resistência*” das FARC-EP e companheira de Ricardo Palmera, conhecido na guerrilha como Simon Trinidad. Em entrevista, a combatente contou sobre sua aproximação com a organização guerrilheira e seu posterior ingresso aos quinze anos de idade na região da Costa Atlântica, Caribe colombiano. Quando teve seu primeiro contato com as FARC-EP, Palmera era militante da juventude comunista colombiana no colégio em que estudava, neste também realizava tarefas de propaganda e divulgação da causa guerrilheira. Apesar de não ser da mesma linha política pela qual estava organizada na época, afirma que esse período a ajudou na sua construção política e ideológica individual além de ser o meio em que foi apresentada a causa guerrilheira (PALMERA, 2005).

Ao ser perguntada sobre as razões que a levaram para a guerrilha, Lucero afirma ter sido “uma decisão voluntária e consciente” (PALMERA, 2005, tradução nossa), via na sua região contradições sociais entre o campesinato muito pobre e os latifundiários com terras improdutivas que financiavam o paramilitarismo para desterritorialização dos camponeses. Conta ainda que teve familiares e amigos assassinados pelo paramilitarismo, por serem familiares de uma guerrilheira e por não estarem de acordo com a política destes. Cerca de um ano antes teriam assassinado o seu irmão com o sobrinho nos braços. Ao contar sobre o seu primeiro combate, que aconteceu um ano após sua entrada, na finalização do curso básico, afirmou ter tido medo, mas não era um medo que a impediria de combater, de acordo com Lucero, o combate “é a comprovação de tua fortaleza ideológica”, ao passo que o “o soldado

da burguesia dispara sem qualquer ambição” (LUCERO, 2005, tradução nossa), o combate para os guerrilheiros é a confirmação da luta de classes e do que pensam e defendem.

Ademais dos desafios da luta armada, a vida guerrilheira impõe um distanciamento com a vida civil passada, a ex-guerrilheira Laura expôs o distanciamento da família e a importância de não haver comunicação com os familiares para o bem e para a segurança dos mesmos: “quem ama sua família não a chama” (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 67, tradução nossa). A renúncia das vidas vividas anteriormente é acompanhada pela convivência com o combate armado e com o luto pela perda de companheiros e companheiras. Uma vez que o risco de morte é iminente para os combatentes, a lembrança de perda de companheiros e o sentimento de luto tornam os relatos potentes. A vivência coletiva faz dos vínculos criados no interior do grupo muito significativos para os guerrilheiros, a ex-guerrilheira Katherine recorda que as despedidas entre companheiros para a realização das tarefas e missões foram momentos marcantes para ela,

[...] você nunca sabia se iria vê-lo de novo, não sabia se eles poderiam matá-lo, se eles poderiam levá-lo como prisioneiro, desaparecer. Nas vicissitudes da guerra muitas coisas podem acontecer. A mim particularmente as despedidas me marcaram muito em todo esse processo. Isso de me despedir de alguém. É que isto é uma família! É como se irmão se fosse, se o pai se fosse. É o carinho, o afeto. (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 79-80, tradução nossa).

Seguindo suas palavras sobre o luto e sobre a morte de companheiros, Katherine narrou ainda sobre uma perda que a marcou muito, a morte da companheira Susana Téllez:

Éramos muito amigas e muito apegadas, porque ela também era da cidade, era uma menina que estudava Direito, nos despedimos e não a pude voltar a ver, porque o exército a matou em um ataque, no regresso da comissão, eu não a vi. Fiquei com os olhos marejados e não aguentei, perguntei ao comandante. Ele me disse: “Espere que vamos reunir o pessoal e lá você descobre o que aconteceu”. Quando nos reuniu, nos contou que infelizmente ela e outros dois companheiros haviam morrido em uma agressão. Isso foi muito triste para mim. Dessas coisas que... bem na guerra... não é que alguns guerrilheiros te doam mais que outros, mas que às vezes há mais proximidade com alguém (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p.80, tradução nossa).

Da mesma forma, para Glória, os dias mais tristes são aqueles em que morrem os companheiros nos combates. Ela também recorda a perda de um companheiro em uma situação vivenciada de perto, que ocorreu em um combate entre exército e guerrilha “morreu porque não tivemos como parar o sangramento. Ele nos suplicava que não o deixássemos morrer e nós, imagina, diante dessa angústia. Essa é uma coisa... Isso **não é o que se sabe, mas o que se vive**”

(NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p.109, tradução nossa, grifo nosso). Para além da violência dos combates, as emoções e os sentimentos transparecem nos relatos das ex-guerrilheiras, nem tudo na guerra é apenas sobre a morte, mas o risco de morte que é inerente à vida guerrilheira fortaleceria os vínculos afetivos e a dinâmica emotiva dos combatentes. Questões como as constantes mudanças de localidade também impactavam nas relações amorosas entre os combatentes que, de acordo com Tanja, seriam diferentes das que existem na vida civil. A combatente contou que teve um companheiro durante alguns anos e depois passaram três anos sem se ver por estarem em missões e frentes guerrilheiras diferentes, para Tanja, acima das relações “está a revolução” (NIJMEIJER, 2010, tradução nossa).

Para além das distâncias, dos lutos e das emoções, a questão da maternidade também envolve tensões e decisões de renúncia afetiva na luta armada. Lucero Palmera comenta sua relação com Simón Trinidad, um dos grandes líderes de formação das FARC-EP, quando ficaram juntos na guerrilha. Lucero exaltou a “camadería”, o companheirismo da relação, não apenas o amor e o carinho, mas afirmou que admirava as convicções guerrilheiras do parceiro e precisava ter respeito ao posto superior que Trinidad ocupava (LUCERO, 2005). Lucero narrou como, ao descobrir a gravidez, teve que lidar com o desrespeito às normas da organização. Reafirmou a existência da norma de controle sobre a gravidez e, por fim, ainda defendeu a prática no interior da guerrilha. Esclareceu que depois de ter filhos é compreensível o porquê a guerrilha tomou essa decisão de, em suas palavras, impor o “sacrifício” para as mulheres. Diferente dos relatos de muitas guerrilheiras – como veremos a seguir – e de forma contrária as normas do grupo armado, Lucero não realiza o aborto. No vídeo de sua entrevista, são mostradas algumas fotos de Lucero com sua filha bebê nos braços, no acampamento guerrilheiro, enquanto ela conta que aos 4 meses teve que se separar da filha e entregá-la a sua mãe: “são teus sentimentos como mãe e teus sentimentos como revolucionária” (LUCERO, 2005, tradução nossa). Lucero perdeu a vida junto de sua filha, Alix Farela, em um bombardeio realizado pelo exército colombiano contra um acampamento guerrilheiro no departamento de Putumayo em 2010 (LERTXUNDI, 2017).

Depoimentos e declarações que buscam recordar os aspectos mais subjetivos da vida dessas mulheres, os momentos mais particulares de suas vivências e de sua intimidade na guerrilha, mostram que nem tudo era guerra e horror. Há uma tentativa de humanização dessas mulheres e de suas experiências, um contraponto importante à representação dada pela mídia que, ao abordar as mulheres guerrilheiras, frequentemente as retrata a partir de uma lógica generificada, como quando retratam a guerrilheira holandesa Tanja dançando em um

acampamento guerrilheiro: “a bailarina exótica das FARC” que “se contorce dançando sensualmente com outra guerrilheira [...]” (TANJA, LA BAILARINA..., 2013, tradução nossa), sensacionalismos que ressaltam comportamentos contrários ao que se espera a uma guerrilha armada. Apresentam as mulheres como atores passivas, vítimas que são usadas pela organização para seus fins políticos “o rosto publicitário das FARC” (MACKENZIE, 2012, tradução nossa). Outras mídias, destacam o comportamento violento, este é descrito com tons de monstruosidade, como vimos em outras obras sobre a participação de mulheres na violência, ao não se comportarem como o esperado perante seu sexo, tornam-se perversas, abomináveis e desumanas. Como neste trecho de uma reportagem do The Washington Post de 2016:

“As mulheres são as piores”, disse um oficial das forças especiais [...] “Se você for capturado, reze para que seja pelos homens rebeldes.” As mulheres guerrilheiras são as mais selvagens e brutais interrogadoras, disse ele. “Elas são mais ideológicas que os homens. Elas são impiedosas”. (MIROFF, 2016, p. 1).

Declarações como essa reforçam as expectativas relacionadas aos padrões “tradicionais” de gênero que compreendem as mulheres apenas como vítimas e vulneráveis em contextos de violência generalizada. Quando mulheres optam por ocupar papéis ‘não autênticos’, são vistas como versões mais violentas do que os próprios homens, por serem capazes de atos ‘subversivos’ ao seu sexo. Elda Nelly Mosquera, conhecida na guerrilha como ‘Karina’, por exemplo, era chamada de ‘A fêmea revolucionária mais temida da Colômbia’ (ORTH, 2018), por ter alcançado, como mulher, o maior cargo militar dentro das FARC-EP (RUBIO, 2013). A combatente Karina foi comandante da Frente 47, em sua entrevista à pesquisadora Glória Castrillón (2015), é possível ver a manutenção das relações de poder patriarcal existentes internamente entre os guerrilheiros:

Quando cheguei ao comando da Frente 47 tive dificuldades com os membros da direção e comandantes de postos médios. Eles não queriam que eu os comandasse. Me fizeram ficar mal com o comando superior, isso que fez renunciar à direção. No final, este foi um dos motivos fundamentais para que eu decidisse por minha desmobilização. (CASTRILLÓN, 2009 *apud* CASTRILLÓN, 2015, p. 89, tradução nossa).

O mérito de Karina para chegar a tal posto teria sido sua obediência ao comando e também o seu carisma. Comandava uma frente guerrilheira que contava entre 120 e 200 guerrilheiros, era caracterizada pelos membros do Estado como “cruel e sanguinária” e o ex-presidente colombiano, Álvaro Uribe, teria colocado o valor de 1500 milhões de pesos por sua cabeça. Karina desertou da guerrilha em 2008 (CASTRILLÓN, 2015, p. 87). Também em entrevista à Gloria, uma ex-guerrilheira, identificada com o nome de Mery, comandante de

esquadra, comenta sobre as relações entre homens e mulheres e o ‘desafio’ às normas que as mulheres em armas prestavam no interior da guerrilha:

Na guerrilha as mulheres são de respeito. No exército dizem que somos mais determinadas e independentes. Eu sou boa para o combate, gosto de armas. Posso fazer o que propus a fazer. Os homens me desafiavam em combate e quando viam que eu era melhor que eles, se calavam. É que na luta você sabe quem é quem. (CASTRILLÓN, 2009 *apud* CASTRILLÓN, 2015, p. 87, tradução nossa).

Assim, com relação as tarefas exercidas pelas mulheres no interior da guerrilha, González e Maldonado (2016) indicaram que a participação das mulheres aconteceu, primordialmente, no âmbito político e no militar – na instrução político-militar, na comunicação interna e na propaganda externa, na inteligência e na linha de frente do combate. Cabe destacar que funções de espionagem também eram efetuadas por mulheres. O corpo das mulheres – por representar um objeto de desejo e de menor suspeita – auxiliaria na coleta de informações necessárias ao grupo. Entretanto, nenhuma mulher teria ocupado cargos nos altos comandos da organização, o Estado-Maior. Victoria Sandino, comenta que embora as mulheres tivessem uma participação ativa em todos os cenários e espaços da organização, havia limitações que eram impostas às mulheres como nos altos comandos e nos cargos com responsabilidades de tomada de decisão (PAZ, 2017).

Nas fotos dos acampamentos guerrilheiros (FARC-EP, 2014) homens e mulheres aparecem em atividade de treinamento, empunhando fuzis e também cozinhando. Há fotos de mulheres em atividades de difusão e propaganda, como a confecção de materiais da guerrilha e realizando transmissões de rádio. Em outras páginas, a organização mostra que também faz parte de suas ações: “diversas expressões culturais que os guerrilheiros e as guerrilheiras desenvolvem para compartilhar tanto nos campos quanto para difundir entre a população civil. Canto, pintura, danças, teatro” (FARC-EP, 2014, p. 55, tradução nossa).

5.4 *Por siempre femenina siguen cuidando de su belleza*

Estudos sobre a participação de mulheres nas FARC-EP questionam sobre a subversão ou a reprodução dos papéis tradicionais atribuídos às mulheres no interior da guerrilha (CASTRILLÓN, 2015; GONZÁLEZ, MALDONADO, 2016; MINILLO, et al, 2017). De forma distinta, Luísa María Dietrich Ortega (2014), ao olhar para as questões de gênero no interior de instituições insurgentes de El Salvador, Colômbia e Peru propõe que, no interior dessas organizações, as diferenças entre os gêneros são diluídas ao passo que identidades

alternativas, como as baseadas em classe ou companheirismo, são criadas e representariam melhor as relações do que as baseadas em gênero: “as assimetrias de poder e as desigualdades de gênero persistem na luta armada, apesar de que em espaços politizados, coletivos, onde governam as relações entre parceiros políticos, há um certo nivelamento nas relações”(DIETRICH ORTEGA, 2014, p. 127, tradução nossa).

Nos documentos oficiais analisados, as FARC-EP geralmente adotam um discurso que exalta o coletivo e, ademais, fazem o uso de ‘homens e mulheres’, ‘guerrilheiros e guerrilheiras’ ao se referirem aos seus combatentes. Como mostra o trecho a seguir, retirado de uma das publicações realizadas durante o processo de paz:

Acreditamos em um mundo melhor, acreditamos na força e capacidade de luta de homens e mulheres que deixam todo o particular, o privado pelo coletivo, o social. Aqui estamos com nosso rosto, nossas mãos, nossos corações, como todo nosso ser em busca de um futuro melhor para nossa pátria. (FARC-EP, 2014, p. 68, tradução nossa).

A ideia que no interior das filas da guerrilha existiria de fato uma equidade entre homens e mulheres é parte do repertório narrativo e institucional da organização. Todavia, como também visto nas declarações das ex-combatentes, o cenário e as relações entre homens e mulheres no interior da guerrilha é mais complexo, a violência perpassa não apenas a relação da guerrilha com a sociedade civil, como também a relação entre guerrilheiros e guerrilheiras. Nesta relação, novos arranjos de gênero são formados na divisão do trabalho, ao vermos homens e mulheres combatentes compartilharem as tarefas que outrora seriam encaradas como responsabilidade das mulheres, como cozinhar e arrumar o acampamento, ou como restritas aos homens, como os treinamentos militares e os combates. Entretanto, a experiência das mulheres combatentes ainda parece ser atravessada pelo sistema patriarcal e submetida a práticas sexistas, como vimos na exclusão de mulheres no Estado-Maior, dos centros de decisão e ainda por meio das práticas de controle de seus corpos e abusos sexuais.

De acordo com o documento formulado pelas Mujeres Farianas (2014), as normas internas da organização impediam e castigavam a violência e o abuso sexual no interior da guerrilha e nas comunidades ocupadas “a violência de gênero e a violência sexual (intra-filas e comunitária) são expressamente proibidas.” (MUJERES FARIANAS, 2014, p. 8, tradução nossa). Encontramos nas punições apontadas pelo regime disciplinar da organização que são considerados delitos no interior do movimento a violação sexual, no Art.3, inciso k, entretanto, o termo ‘violência de gênero’ não está presente no Estatuto da organização, criado em 1993 e com a última atualização realizada em 2007 (Conferir ANEXO – ESTATUTOS FARC-EP). Cabe ressaltar que a violência sexual perpetrada pelos diferentes atores armados, estatais e não-

estatais e incluindo as FARC-EP, teve um papel predominante na construção da narrativa do impacto desproporcional do conflito armado na vida das mulheres colombianas (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2018b).

Mulheres combatentes relataram o abuso sexual por parte do exército colombiano em suas detenções. Grajalez (ROSAS..., 2014) narrou a sua experiência de ser capturada pelo exército, enquanto estava de civil acompanhando alguém que estava doente na cidade de Bogotá no ano de 2013. Detida ‘pelo delito de ser comunista’, afirmava que a sua única transgressão era ser revolucionária em “um país que não está em guerra, não está em guerra com outros países, a guerra que existe é porque há desigualdades sociais”. No relato de tortura, afirma que foi a única hora em que os homens lembraram de que ela era humana: “lembram que você também é um ser humano e mostram a foto de seu filho”. Conta que estava indefesa, algemada e estava sendo filmada enquanto três militares a abusavam, falavam que o faziam “para me livrar da febre de ser revolucionária, para que eu vivesse e para que contara ao meu comandante o que eles fizeram a sua princesinha”. A experiência de captura e tortura a tornou mais revolucionária “porque eu nunca fui violada por um companheiro como me fez o Estado” (ROSAS..., 2014, tradução nossa).

Os informes produzidos pelo CNMH ao longo do processo de resgate de memória histórica sobre a violência de gênero perpetrada em território colombiano marcam denúncias e coleta de casos. Um ponto importante levantado pelos pesquisadores é a análise de contexto, a reconstrução do contexto facilita a compreensão de que a violência de gênero se desenvolve de maneira diferenciada dependendo se os atores armados envolvidos estão em zonas de disputa ou se a presença pretende controlar um lugar específico, se as violências são perpetradas internamente no grupo armado, se são perpetradas por denúncias de supostos apoiadores do grupo contrário ou ainda se são perpetradas por pessoas da comunidade que desrespeitam as normas impostas pela organização armada (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA(Colômbia), 2018b).

De acordo com o CNMH (2012), as FARC-EP regulavam o âmbito privado e familiar das comunidades em que ocupavam, influenciando nas regras de convivência conjugal e também punindo a violência perpetrada por homens contra mulheres. A instalação de uma das frentes guerrilheiras na região de El Placer, no departamento de Putumayo, teria modificado a regulação das condutas cotidianas, entre elas um ordenamento de gênero que pareceria ‘benéfico’ para as mulheres, com a promoção de castigos e assassinatos de abusadores. Em entrevista, uma liderança social narrou um dos casos em que as FARC-EP teriam agido:

Puniram um homem que ficava bêbado e chegava e estuprava a filha e estuprava a mulher [...] ele fez sexo com a mulher com objetos, então eles disseram para aquele homem se agachar para colocar o fuzil, porque se você é capaz de colocar coisas em sua esposa, por que você não vai aguentar o fuzil. Nós também podemos estuprá-lo, vamos ver, agachar-se agora, agora, e o susto. Eu pensei que eles iam colocar o fuzil naquele homem, é assustador. Entrando no lado feminino, eu senti como as palavras eram difíceis, mas eu não acho que aquele homem fez mais aquilo. (Entrevista n.º 26, 2011 *apud* CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2012, p. 88-89, tradução nossa).

Se por um lado, as violações sexuais e violência intrafamiliar contra mulheres eram fortemente repreendidas e punidas. Por outro, a visão binária de relacionamento entre os sexos era reforçada, e a fidelidade dos casais na comunidade era promovida com uma forte regulação por parte dos guerrilheiros, como conta uma entrevistada da mesma região de El Placer, “A regra eles fizeram, por exemplo, eles não aceitaram que eu ia estragar um lar, para eles isso era um crime, que eu deixei meu marido por outra pessoa, eles não suportavam isso também”. (Entrevista n.º 5, 2011 *apud* CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2012, p. 91, tradução nossa). Exigia-se das mulheres um comportamento de acordo com a ordem patriarcal e tradicional, de fidelidade ao seu marido.

Esse padrão de comportamento também refletiu em violações perpetradas contra a população LGBT, a publicação ‘*Ser Marica en medio del Conflicto: Memorias de Sectores lgbt en el Magdalena Medio*’ (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2019) apontou que as ações mais realizadas pela guerrilha contra a população LGBT eram as ameaças, os deslocamentos forçados e os homicídios. Estes eram perpetrados por julgamentos de gênero a respeito da homossexualidade e da transexualidade. Da mesma forma que ocorreram nos casos em que os guerrilheiros assassinavam homens abusadores, no caso de violência contra pessoas LGBT, havia participação da comunidade que buscava mediação dos guerrilheiros em conflitos familiares ou comunitários.

No assassinato de Rocío Ospina, uma mulher lésbica, “a guerrilha (...) foi mandada pela família da pelada [da companheira de Rocío], porque ela estava “prejudicando” a filha deles” (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2017 *apud* CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2019, p. 145, tradução nossa). Outra situação apontada pelo relatório era de que recaía sobre as pessoas LGBT denúncias de colaboração com grupos inimigos, dos casos de homicídio registrados no processo de memória realizado pelo CNMH (2019), 12 dos 49 foram realizados pelas guerrilhas.

Com relação às violações sexuais perpetradas pelos guerrilheiros contra a comunidade, uma entrevistada também da região de El Placer conta que “nunca, nunca se meteram com as

garotas, nunca” (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA(Colômbia), 2012, p. 90, tradução nossa). No livro ‘*Guerrilleras: Testimonios de cinco combatientes de las FARC*’, que consideramos uma tentativa de estabelecer uma memória oficial por parte de mulheres da organização, visto que em sua introdução propõe que “este livro não é feito para promover um olhar nostálgico sobre o que aconteceu. Pretende-se removê-lo do esquecimento [o passado], para **cimentar essa memória coletiva necessária** para novas façanhas que já estão sendo forjadas [...]” (NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA, 2018, p. 21, tradução e grifo nosso), também não consta em nenhum dos cinco relatos (Gloria, Luci, Alejandra, Kathe e Laura) histórias de abusos sexuais cometidos pela organização contra companheiras ou contra a população civil.

Entretanto, nas fontes de pesquisa na qual nos debruçamos, foi possível encontrar outras histórias sobre a atuação guerrilheira com relação às violências que ocorriam no interior do grupo armado. Estas revelaram contradições nos relatos das combatentes sobre abusos sexuais realizados e ainda sobre a violência das práticas de controle de natalidade perpetradas. Ao passo que nos documentos oficiais da guerrilha afirmam “nós definimos não ter filhos” (MUJER FARIANA, [2020]) sob a lógica de sobrevivência e de disposição para a luta armada, os relatos mostram que era forçada a utilização de métodos contraceptivos em combatentes muito novas e que a prática de abortos era recorrente e não apenas nos estágios iniciais da gravidez. Como no relato de Luz “quando descobriu sobre a minha gravidez, me repreendeu e imediatamente mandou trazer comprimidos de Cytotec, me obrigou a tomar dois e introduzir outros dois através da minha vagina” (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2022, p. 102, tradução nossa), e nas memórias de Margarita “quando deram a ordem, eu tinha oito meses de gravidez, me levaram para um acampamento onde me aplicaram Pitocin e me introduziram comprimidos de Cytotec; mas ainda assim, eu recordo que consegui ver minha filha viva” (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2022, p. 108, tradução nossa). Relatos de abuso sexual no interior da organização também são apresentados, como o de Lecbi:

Fui recrutada aos dez anos, quando me levaram de Puerto Lleras (Meta) para um acampamento por um período de seis meses, para um curso básico ministrado pelo pseudônimo William, que deu palestras políticas, e o pseudônimo de Maraco, que nos deu treinamento militar e nos fez carregar armas de madeira [...] eles me deram uma injeção e por muitas vezes eles abusaram sexualmente de mim. Várias vezes os comandantes queriam ter relações sexuais comigo e se eu recusasse eles ameaçavam me matar. Meu nome de guerra era conhecido como *Brenda*. [...] Perguntei a Mono Jojoy um dia por que não nos deixaram ter bebês?, e ele respondeu: porque as mulheres se apaixonam por crianças e desertam. (CENTRO NACIONAL DE

MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia), 2022, p. 68, tradução nossa, tradução nossa).

A narrativa de combate à violência de gênero e sexual de mulheres por parte das FARC-EP, nesse sentido, é confrontada pelas memórias e relatos das mulheres que estão presentes nas publicações do CNMH. Os documentos nos mostram que as violências ocorreram não apenas contra as mulheres guerrilheiras e mulheres e homens das comunidades locais, mas também contra a população LGBT. Ainda que sob um regramento rígido de ‘punição às infrações’ e normas ‘acordadas’ de controle de natalidade, violências e abusos sobre o corpo e sobre a decisão das mulheres é reproduzida pela coletividade guerrilheira.

5.5 Considerações parciais

Neste capítulo, analisamos a participação das mulheres nas FARC-EP, perpassando a história de ingresso das mulheres à organização, bem como suas narrativas sobre como era a vida no interior da guerrilha e suas experiências enquanto combatentes. Com os dados das ARN disponíveis traçamos um perfil parcial das mulheres que foram desmobilizadas da guerrilha entre 2001 e 2021: em idade economicamente ativa, com ocupações informais, algum grau de escolaridade e habitando nas regiões centrais do país após o processo de desmobilização.

Com os documentos oficiais das FARC-EP foi possível constatar que as mulheres participaram desde o início de sua formação como grupo armado, quando a organização ainda não apresentava uma formação guerrilheira, nem tinha entre seus objetivos políticos a tomada de poder. Mas, ainda que a participação tenha ocorrido desde a formação dos grupos de autodefesa – anteriores ao ano de 1964 – o reconhecimento destas enquanto combatentes ocorre somente na Quarta Conferência Nacional Guerrilheira em 1970, um marco identificado pelas guerrilheiras como um fator de maior adesão de mulheres à luta armada.

Por meio dos relatos narrados por diferentes ex-combatentes, acessamos as motivações apresentadas para o ingresso à luta armada. Assim como identificado pela literatura que analisa mulheres em grupos armados, muitas apresentavam motivações pessoais para o ingresso, como forma de vingar a morte de familiares ou fugir de situações de vulnerabilidade, como a violência nas comunidades e nos processos políticos em curso. Em relatos como o de Alejandra e Glória, as motivações pessoais que surgem como gatilhos para a vinculação adquirem progressivamente novos contornos e a permanência na guerrilha justifica-se pela esperança de que a luta armada promova mudanças sociais, econômicas e políticas. Ademais, assim como há

a entrada voluntária de combatentes à guerrilha, outras mulheres foram vítimas do recrutamento forçado por parte de combatentes das FARC-EP.

No interior da guerrilha, a vida contada por essas mulheres é uma vida em que acompanham o luto e as renúncias afetivas, mas não é apenas sobre morte e horror, há também a criação de vínculos afetivos entre os e as combatentes. Em suas relações, homens e mulheres combatentes compartilharam os mesmos treinamentos militares, os mesmos uniformes e o porte de armas, experimentaram novos arranjos de gênero em tarefas como o cuidado do acampamento, cozinha, limpeza e vigia. Ao analisarmos os documentos oficiais da organização identificamos que o discurso da guerrilha impôs novas regras para a relação entre seus combatentes, com maior equidade e respeito às mulheres, prevendo punições severas para as violações. O que aparenta significar um consenso sobre a equidade nas relações entre homens e mulheres no interior das filas guerrilheiras, entretanto, o que vimos nos depoimentos das ex-combatentes, é que as estruturas patriarcais de discriminação em relação às mulheres permanecem ao excluí-las dos centros de tomada de decisão e do Estado-Maior da organização. Ademais, os relatos mostraram que houve prática de violência sexual por parte de combatentes no interior da guerrilha.

Isso não significa desqualificar a experiência que as mulheres tiveram no interior da organização, apenas complexificar um cenário em que o discurso revolucionário é contrastado com a prática revolucionária. Como declaramos no capítulo 2, nosso objetivo ao direcionarmos o olhar para essas mulheres não é enquadrar e limitar essas experiências dentro das categorias de ‘empoderamento’, ‘libertação’, ‘exploração’ ou ‘vitimização’ ou ainda dicotomizar a participação de mulheres como ‘vítimas’ ou ‘agressoras’, pois essas categorias inviabilizam uma gama de possibilidades entre esses dois extremos. Ao analisarmos as memórias dessas mulheres, encontramos similaridades e diferenças: motivações e sentimentos comuns e diferentes violências sobre seus corpos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos armados foram construídos como territórios de atuação dos homens. Nesse teatro, como atores únicos e principais, inerentemente associados a uma masculinidade violenta, fazem de suas histórias e suas memórias o equivalente à verdade sobre a realidade das guerras. Essa narrativa hegemônica acaba por invisibilizar e negar outros atores e outras memórias capazes de contar sobre o dia a dia das conflitualidades internacionais. Exercer uma curiosidade feminista consiste em procurar as mulheres nos cenários em que sua atuação é negada, excluída, deturpada ou ainda para a qual é reservado pouco espaços na literatura.

Estando sob uma estrutura patriarcal que desequilibra as relações de poder e concede aos homens a hegemonia sobre a narrativa dos processos históricos, entre eles a guerra, recorrer às micronarrativas de vida de mulheres combatentes permite complexificar as categorias de vítimas *versus* perpetradoras. A participação de mulheres na violência bélica não pode estar restrita a pequenas dualidades, as mulheres podem ser ao mesmo tempo vítimas e perpetradoras da violência.

Conforme visto no primeiro capítulo, as lentes feministas nos ajudam a identificar a generificação das práticas políticas, como a exclusão das mulheres dos centros de decisão e do espaço público. Entretanto, as mulheres não são meras espectadoras das práticas nacionais e internacionais, e isso inclui a prática da violência e a participação voluntária na guerra. O desafio proposto, de direcionar o olhar para esses corpos e iluminar essa participação no interior da organização armada FARC-EP, revelou que essas experiências constroem um conhecimento situado e, ademais, científico sobre a conflitos armados, a violência, seus corpos e as interações entre todos esses.

Aos olhares estereotipados, as mulheres não são caracterizadas como criminosas, soldados ou terroristas comuns, suas ações carregam narrativas exageradas, enfatizam-se seus atos violentos a fim de mostrar que esses atos são marcadamente opostos às normas de gênero que foram construídas e idealizadas para elas. Ainda assim, como a revisão de literatura mostrou, elas fizeram – e fazem – parte de diversos grupos armados em todas as épocas por todo o mundo. Reconhecemos que o envolvimento das mulheres na violência se estabelece de forma ampla e a partir de múltiplos papéis. Entendemos que na estratégia guerrilheira papéis como o de cuidado dos feridos, ensino e alfabetização dos combatentes e apoio logístico e estratégico – como o transporte de armas e espionagem, que muitas vezes são tarefas das mulheres aproveitando-se dos estereótipos construídos socialmente – são tão relevantes e políticos quanto o ato de empunhar arma em combate.

A Colômbia, como um país imerso em processos violentos, com um território que é palco da violência e da atuação de diferentes grupos armados, com diferentes objetivos políticos-militares e que agora passa por um processo de paz e de reconstituição da história do conflito armado, se coloca como um espaço chave e potente para elucidar a participação de mulheres na violência. Como os dados da ARN mostraram, mais de 7 mil mulheres (sem contar as que não entraram nos processos formais de desarmamento, desmobilização e reintegração) foram impactadas pela experiência bélica por meio de sua participação em grupos armados. No retorno à vida civil, essas mulheres carecem de compreensão social das suas vivências e de políticas públicas que garantam os seus direitos políticos, econômicos e sociais, bem como a sua segurança. O fato de essas mulheres terem escolhido à violência como expressão política numa sociedade em guerra não pode ser motivo de estigmatização.

A partir das experiências das *Mujeres Farianas*, mobilizadas por meio da instrumentalização da memória, foi possível resgatar as vivências e o dia a dia no interior da guerrilha. Memórias que foram capazes de criar um cenário mais completo e complexo sobre a relação das mulheres com o grupo armado: mulheres que ingressaram voluntariamente e involuntariamente, às primeiras que realizaram essa escolha não apenas por motivações pessoais, mas também por acreditar nos ideários revolucionários defendidos e exaltados pela organização. Mulheres que vivenciaram o luto, mas também o companheirismo; a guerra, mas também o amor por seus companheiros e companheiras. Mulheres que aprenderam a conviver com renúncias afetivas e a imposição de métodos contraceptivos e abortivos. Que embora, no acampamento, compartilhassem as funções de limpeza, cozinha e guarda com os homens e, no combate, vestissem os mesmos uniformes, empunhavam as mesmas armas, e até chegassem em cargos de comando de Frentes, como os homens, foram excluídas dos centros de decisão, do Estado-Maior das FARC-EP e, especialmente, foram invisibilizadas na narrativa oficial. Mulheres que sofreram violências e abusos sexuais de companheiros e de agentes do Estado. Mulheres que ainda sob o discurso de equidade da organização, foram impactadas pelas estruturas patriarcais da sociedade. Mulheres que no retorno à vida civil estão em idade economicamente ativa, que possuem ocupações informais, apesar da maioria das desmobilizadas terem algum grau de escolaridade e formação educacional. Mulheres que no interior da vida guerrilheira exerceram múltiplos papéis que não podem ser resumidos apenas em *vítimas* ou *perpetuadoras da violência*.

Recuperar as memórias das mulheres combatentes elucidou as particularidades de sua participação, de suas próprias narrativas das suas experiências, suas emoções. Uma tentativa de reescrever a história das FARC-EP a partir do olhar das mulheres combatentes, com diferentes

narrativas individuais e coletivas, com múltiplos entrelaçamentos, além do discurso oficial da organização, iluminou tensões e continuidades, similaridades e diferenças, com potencial para olhar e analisar a participação de mulheres outras coletividades armadas. Por fim, após a eleição histórica de 2022, com o ex-guerrilheiro do M-19, Gustavo Petro, e Francia Márquez, primeira mulher negra e líder social, eleitos presidente e vice-presidente, renasceu a esperança de que a paz seja reestabelecida como pilar essencial da política colombiana. Com a nova conjuntura do país, vemos a abertura de novas possibilidades de pesquisa, bem como o aprofundamento deste trabalho, em que, por meio da análise do processo de reincorporação e reintegração, poderíamos dar ênfase no protagonismo de mulheres ex-combatentes, suas experiências e os desafios vividos, em um novo recorte temporal: o retorno à vida civil.

REFERÊNCIAS

ACKELSBURG, Martha A. **Mulheres Livres**: A luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Elefante, 2019.

AGUIÑADA DERAS, Dinora. Una mirada feminista sobre la participación de las mujeres en la guerra. El caso de El Salvador. *In*: REYSSO, Fenneke (Ed.). **Hommes armés, femmes aguerries**: Rapports de genre en situations de conflit armé. Genève: Graduate Institute Publications, 2001

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENAS GRISALES, Sandra Patrícia. Colômbia: memória em meio à guerra. **Tempo Social**, v. 25, n. 2, nov. 2013.

BALLESTRIN, Luciana Maria. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 25, n.3, pp.1035-1054, 2017.

BELL, Duncan. Introduction: Memory, Trauma and World Politics. *In*: BELL, Duncan (Ed.). **Memory, Trauma and World Politics**: Reflections on the Relationship Between Past and Present. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

BELL, Duncan. Introduction: Violence and Memory. **Millennium**: Journal of International Studies, vol. 38, n.2, 2009.

BLOOM, Mia. **Bombshell**: Women and terrorism. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BOUTA, Tsjeard; FRERKS, Georg; BANNON, Ian. **Gender, Conflict, and Development**. Washington D.C: The World Bank, 2005.

BOUVIER, Virginia M. **El género y el papel de las mujeres en el proceso de paz de Colombia**. Nueva York: ONU Mujeres, 2016.

BUSAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BUSHNEL, David. Política y partidos em el siglo XIX: Algunos antecedentes históricos. *In*: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

BUSHNELL, David. **Colombia**: Una nación apesar de sí misma. Bogotá: Planeta, 2015.

CAMACHO GUIZADO, Álvaro. Cinco tesis para una sociología política del narcotráfico y la violencia em colombia. *In*: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

CASTRO CARVAJAL, Beatriz. Policarpa Salavarrieta. *In*: COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo I: Mujeres, Historia, Política. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

CASTRILLÓN, Gloria. Y. ¿Víctimas o victimarias? El rol de las mujeres en las FARC. Una aproximación desde la teoría de género. **Revista Opera**, Bogotá, n.16, p.77-95, 2015.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia) Expropiar el cuerpo. Seis historias sobre violencia sexual en el conflicto armado. Bogotá: CNMH, 2018a.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia). Género y memoria histórica. Balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico. Bogotá: CNMH, 2018b.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia). Iniciativas de de memória. [2022b]. Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/iniciativas-de-memoria/>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia). **Ser Marica en medio del Conflicto**: Memorias de Sectores lgbt en el Magdalena Medio. Bogotá: CNMH, 2019.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia). **Testimonios de La Rosa Blanca**: Historias de mujeres víctimas de reclutamiento forzado, violencia sexual y basada en género por parte de las FARC-EP. Bogotá: CNMH, 2022.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (Colômbia). Una nación desplazada. [2022a] Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/desplazamientoForzado/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CHAGURI, Marianna; PANIZ, Flávia. Women's War: Gender activism in the Vietnam War and in the wars for Kurdish Autonomy. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v.9, n.3., sep./dec., 2019.

CHEPARK, Evelyn. Las mujeres en la Independencia. *In*: COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo I: Mujeres, Historia, Política. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

CLARK, Fiona; MOSER, Caroline. Introduction. *In*: CLARK, Fiona; MOSER, Caroline (Ed.). **Victims, Perpetrators or actors?** Gender, Armed Conflict and Political Violence. New York: Zed Books, 2001

COCKBURN, Cynthia. Gender Relations as Causal in Militarization and War. **International Feminist Journal of Politics**, v.12, n.2, 2010.

COLLINS, Patricia Hills. The Social Construction Of Black Feminist Thought. **Journal of Women in Culture and Society**, v. 14, n. 4, 1989.

COLOMBIA. **Acuerdo Final Para La Terminación Del Conflicto Y La Construcción De Una Paz Estable Y Duradera**, 2016a.

COLOMBIA. Agencia para la Reincorporación y la Normalización (ARN). **Glosario**. Bogotá, oct. 2019. Disponible em:
https://www.reincorporacion.gov.co/es/agencia/Documentos%20de%20Gestin%20Documental/Glosario_ARN.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

COLOMBIA. Jurisdicción Especial para la Paz. **¿Qué es la JEP?**. [2022]. Disponible em:
<https://www.jep.gov.co/JEP/Paginas/Jurisdiccion-Especial-para-la-Paz.aspx>. Acesso em: 28 de abr. 2022.

COLOMBIA. Jurisdicción Especial para la Paz. **Principales estadísticas**, 22 de abril de 2022. 2022. Disponible em: <https://www.jep.gov.co/jepcifras/JEP%20en%20cifras%20-%20abril%202022%20de%202022.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2022.

COLOMBIA. Ministerio de Justicia y del Derecho. **Decreto número 4803 de 2011**: Por el cual se establece la estructura del Centro de Memoria Histórica. 2011. Disponible em:
<https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=45078>. Acesso em: 09 set. 2021.

COLOMBIA. Oficina Del Alto Comisionado Para La Paz. **La Paz es conmigo**: Las Mujeres como protagonistas en la construcción de paz, 2016b.

COLOMBIA. Oficina del Alto Comisionado para la Paz. **Todo lo que necesitas saber sobre el Acuerdo de paz**, 2019.

COLOMBIA. Presidencia de la República. Agencia para la Reincorporación y la Normalización. **Estadísticas de las personas desmovilizadas que han ingresado al proceso de reintegración**, Bogotá, 29 oct. 2021. Disponible em: <https://www.datos.gov.co/Inclusi-n-Social-y-Reconciliaci-n/ESTAD-STICAS-DE-LAS-PERSONAS-DESMOVILIZADAS-QUE-HA/39pj-dba6>. Acesso em: 04 nov. 2021.

COMUNES. [Comentário sobre o assassinato de um ex-combatente das FARC-EP]. Bogotá, 13, out. 2022. Twitter: @ComunesCOL. Disponível em: <https://twitter.com/ComunesCoL/status/1580561735572131840>. Acesso em: 19 de out. 2022.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3.ed. e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CORPORACIÓN HUMANAS. **Vivencias, aportes y reconocimiento**: las mujeres en el proceso de paz de La Habana. Bogotá: Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género, 2017.

CRUZ, OLGA. **Las Juanas**. Enciclopedia Banrep cultural, 2019. Disponível em: https://enciclopedia.banrep cultural.org/index.php/Las_Juanas#Biograf.C3.ADa. Acesso em: 20 set. 2021.

DEAS, Malcolm. Algunos interrogantes sobre la relación guerras civiles y violencia. *In*: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

DEJUSTICIA. GPaz presenta su tercer informe sobre la implementación del enfoque de género en el Acuerdo de paz, 27 July 2021. Disponível em: <https://www.dejusticia.org/tercer-informe-genero-en-la-paz/>. Acesso em: de jul. 2022.

DEL RE, Emanuela. Female Combatants in the Syrian Conflict, in the Fight against or with the IS, and in the Peace Process. *In*: SHEKHAWAT, Seema (Ed.). **Female Combatants in Conflict and Peace: Challenging Gender in Violence and Post-Conflict Reintegration**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

DIETRICH ORTEGA, Luisa María. "La "compañera política": mujeres militantes y espacios de "agencia" en insurgencias latinoamericanas". **Colombia Internacional**, Colômbia, n.80, p. 83-133, 2014.

DIRIK, Dilar; GRAEBER, David, *et all*. **A Revolução Ignorada**: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio. Trad. Paulo Ferraz. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

DORLIN, Elsa. **Sexo, Gênero e Sexualidades**: Introdução à teoria feminista. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

EAGER, Paige. **From Freedom Fighters to Terrorists**: Women and Political Violence. Hampshire: Ashgate Publishing Company. 2008.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist**. Los Angeles: University of California Press, 2004.

ESCOBAR, Natália. “Normales”, “anormales”, “renormalizadas”. Mujeres excombatientes: fronteras difusas entre víctimas y victimarias. In: CASTILLEJO CUELLAR, Alejandro; REYES ALBARRACÍN, Fredy (comp.). *Violencia, memoria y sociedad: debates y agendas en la Colombia actual*. Bogotá: Ediciones USTA, 2013. p.587-602.

FARC-EP. 50 años em fotos FARC-EP: la resistencia de un pueblo. La Havana: FARC-EP Archivos, 2014.

FARC-EP. Esboço histórico. [s,l]: Comissão Internacional FARC-EP, 1998.

FARC-EP. Estatuto FARC-EP, 2007. In: Revista InSURgência. Brasília, ano 2, v. 2, n. 1. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/19025/17595/32105>. Acesso em: 18 de dez. 2022.

FARC-EP. **Marquetalia**: raíces de la resistência. Bloques Iván Ríos y Martín Caballero: Editorial Marquetalia, 2011.

FARC-EP. Marulanda y las FARC para principiantes. **Cuadernos de formación de las FARC-EP**. [s,l], Editorial Marquetalia, 2014.

FARC-EP. **Octava Conferencia Nacional de Guerrilleros**. 1993. Disponível em: <http://www.farc-ep.co/octava-conferencia/octava-conferencia-nacional-de-guerrilleros.html>. Acesso em: 07 jul. 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário**, v. 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERRAZ, Paulo. **A Revolução Ignorada**: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Entre-Vistas**: abordagens e uso da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6783/62.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. El drama de 3.000 niños desplazados, [1995], **El Espectador**, 20 out. 2012. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/el-drama-de-3000-ninos-desplazados-article-382272/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GENTRY, Caron E.; SJOBERG, Laura. **Mothers, Monsters, Whores**: Women's Violence in Global Politics. London/New York: Zed Books. 2007

GMH – GRUPO MEMORIA HISTÓRICA. **¡BASTA YA!** Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013

GOLDSTEIN, Joshua S. **War and Gender**: How Gender Shapes the War System and Vice

Versa. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GÓMEZ, Rubén Darío Castro. [Depoimento Rubén Darío Castro Gómez [2022]]. In: YOUTUBE. Vídeo (ca. 9h29min). Caso 03: Audiencia de Reconocimiento por ‘falsos positivos’ en el Catatumbo, 26 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLTlefQWFw>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

GONZÁLEZ ERASO, Judith Colombia. Representaciones de las mujeres en la Independencia desde la historiografía colombiana. **HistoRelo**, [s,l], vol. 3, n. 5, ene-jun, 2011.

GONZÁLEZ, Johanna; MALDONADO, Rocío. Mujeres “Guerrilleras”: La participación de las mujeres en las FARC y el PCP-Sendero Luminoso, los casos de Colombia y Perú. **Revista Est Ouest Langues Littératures Échanges** (EOLLE), France, n.7, 2016.

CORPORACIÓN HUMANAS. **Vivencias, aportes y reconocimiento**: las mujeres en el proceso de paz de La Habana. Bogotá: Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género, 2017.

GOZÁLEZ; Nina C., OSORIO, Margarita M. **Negociando desde los márgenes**: la participación política de las mujeres en los procesos de paz em Colombia (1982-2016). Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, dez. 2016.

GPAZ. **La paz Avanza con las mujeres**: Observaciones sobre la incorporación del enfoque de género en el Acuerdo de Paz. 2019. Disponível em: https://co.boell.org/sites/default/files/2020-05/gpaz_informe_2019%20%281%29.pdf. Acesso em: 3 de set. 2020.

GPAZ. Paz, Diversidad y Feminismo. **Bravas**. n°1, marzo, 2017. Opinán. Disponível em: <http://viejo.revistabravas.org/article/141/colombia-paz-diversidad-y-feminismo>. Acesso em: 27 de jul. 2020.

GUTIÉRREZ, Néstor. [Depoimento Néstor Guillermo Gutiérrez [2022]]. In: YOUTUBE. Vídeo (ca. 9h29min). Caso 03: Audiencia de Reconocimiento por ‘falsos positivos’ en el Catatumbo, 26 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLTlefQWFw>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

HALL, Rosalie; HOARE; Joanna Pares. Filipines. In: HEDSTROM; Jenny; SENARATHNA; Thiyumi (Edit.) **Women in Conflict and Peace**. Sweden: International Institute for Democracy and Electoral Assistance. 2015.

HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. In: SHEPHERD, Laura (Ed.) **Gender Matters In Global Politics**: A feminist introduction to International Relations Routledge: New York, 2010.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. NY: Cornell University Press, 1986.

HARTSOCK, Nancy. **The Feminist Standpoint Revisited and Others Essays**. New York: Routledge, 1998.

HEDSTROM; Jenny. Mynammar. *In*: HEDSTROM; Jenny; SENARATHNA; Thiyumi (Edit.) **Women in Conflict and Peace**. Sweden: International Institute for Democracy and Electoral Assistance. 2015.

HEDSTROM; Jenny; SENARATHNA; Thiyumi (Ed.) **Women in Conflict and Peace**. Sweden: International Institute for Democracy and Electoral Assistance. 2015.

HENSHAW, Alexis. Where Women Rebel. **International Feminist Journal of Politics**, vol. 18, 2015.

HOOF, Carolien Van *at all*. Carolien van Hoof, Stina Lundström and Véronique Dudouet, with Mohanie U. Kasan, Mariffa M. Samayatin, Monawara Kumayog, Armia U. Ebrahim, Ledrolen R. Manriquez, Jehan A. Usop, and Baina T. Samayatin Asking my sisters. Intergenerational voices of women from the Moro Islamic Liberation Front in Mindanao. Berlin: Berghof Foundation, 2021.

HOOPER, C. **Manly States: Masculinities, International Relations, and Gender Politics**. New York: Columbia University Press, 2001

JARAMILLO CASTILLO, Carlos Eduardo. Mujeres en Guerra. *In*: COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo II: Mujeres y sociedad. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI De España Editores, 2002.

KAMPWIRTH, Karen. **Women and guerilla movements: Nicaragua, El Salvador, Chiapas, Cuba**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

KAZMAN, Mia. **Women of the FARC**. Washington: William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies – National Defense University, 2019.

KIM, Hun Joon. Transitional justice: politics of memory and reconciliation. *In*: RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile (Ed.). **Memory and Trauma in International Relations: Theories, cases and debates**. New York: Routledge, 2014.

LA SARGENTO Matacho. Dirección de William González. Produção de Alian Hleap e Diana Zuleta. Coproducción Colombia-México-España-Australia. [s,l]. 2015.

LARSONS, Anna. Afghanistan. *In*: HEDSTROM; Jenny; SENARATHNA; Thiyumi (Edit.) **Women in Conflict and Peace**. Sweden: International Institute for Democracy and Electoral Assistance. 2015.

LERTXUNDI, Ainara. Colombia: Simón Trinidad, un símbolo para las FARC aún preso en EEUU. **Resumen Latinoamericano**. 28 sept. 2017. Disponível em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2017/09/28/colombia-simon-trinidad-un-simbolo-para-las-farc-aun-preso-en-eeuu/>. Acesso em: 09 de ago. 2022.

LODOÑO VEGA, Patricia V. Las colombianas durante el siglo XIX. **Credencial Historia**, n. 68, 1995. Disponível em: <https://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-68/las-colombianas-durante-el-siglo-xix> . Acesso em: 06 out. 2021.

MACKENZIE, Eduardo. Tanja, la cara publicitaria de las Farc. *El Mundo*, [s.l], 21 nov., 2012. Disponível em: http://www.elmundo.com/portal/noticias/gobierno/tanja_la_cara_publicitaria_de_las_farc.php#.YwY1QXbMLrd. Acesso em: 09 ago. 2022.

MACKENZIE, Megan. Female soldiers and everyday experiences of civil conflict. In: SYLVESTER, Christine (Ed.) **Experiencing War**. New York: Routledge, 2011.

MAHECHA GONZÁLEZ, Jenni Lorena. Rebeldes: mujeres realistas y patriotas en la Independencia. **Boletín Cultural y Bibliográfico**, [s.l], vol. 53, n. 97, 2019.

MARCONI, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARÍN TABORDA, Jorge Iván. María Cano: su época, su historia. COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo I: Mujeres, Historia, Política. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

MARULANDA ÁLVAREZ, Elsy. Mujeres y Violencia, años 50. In: COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo II: Mujeres y sociedad. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

MEDINA, Medófilo. La resistencia campesina en el sur de Tolima. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

MILENIOSCURO. Colombia, administrative divisions, 10 nov. 2015. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colombia,_administrative_divisions_-_es_-_colored_\(%2Bbox\).svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colombia,_administrative_divisions_-_es_-_colored_(%2Bbox).svg). Acesso em: 06 out. 2022.

MINILLO, Xaman; MENDES, Bianca; BANDEIRA, Luiza; LAGES, Rebeca. Mulheres Guerreiras: Questões de Gênero na participação feminina nas FARC e sua influência nas negociações de paz na Colômbia. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6, n.11, jan./jun. 2017.

MIROFF, Nick. See the female fighter who strike fear in the hearts of Colombian troops. **The Washington Post**. [s.l], WorldViews. 31. jan. 2016. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/01/31/see-the-female-fighters-who-strike-fear-in-the-hearts-of-the-colombian-army/>. Acesso em: 29 ago. 2020

MISIÓN DE VERIFICACIÓN DE LA ONU EN COLOMBIA. **De Las Palabras A La Acción:** Experiencia De Las Misiones Políticas Especiales De Las Naciones Unidas En Colombia En Materia De Mujeres, Paz Y Seguridad, 16 Oct. 2020.

MOLANO, Alfredo. **A lomo de mula:** viajes al corazón de las Farc. Bogotá: Aguilar, 2016.

MUJER FARIANA (Colômbia). #memoriasfarianas (fotografia) 23 de abr. 2020a. Facebook: MujeresFarianas. Disponível em: <https://www.facebook.com/MujeresFarianas/photos/a.938480769611891/2793412394118710/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MUJER FARIANA (Colômbia). ¡Mujer Fariana y Proyecto Arenas, se unen para traer a #MemoriasFarianas un especial de Voz de la Resistencia. (vídeo) 28 maio 2020b. Facebook: MujeresFariana. Disponível em: <https://www.facebook.com/937835423009759/videos/572681020312925>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MUJER FARIANA. Farianas en la resistencia. May, 29. 2020c In: MUJER FARIANA, [S.I.], 29 maio de 2020. Audio (ca 14min). Disponível em: <https://anchor.fm/mujer-fariana/episodes/Farianas-en-Resistencia-eeoj93/a-a2b7uk2>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

MUJERES FARIANAS. Las mujeres y las FARC-EP: Una constante histórica de valoración y respeto. [s,l]: FARC-EP Archivo, 2014.

NAVARRO-RUIZ, Catalina. Uma paz feminista na Colômbia? **Heinrich Boll Stiftung**. Rio de Janeiro: Brasil. 1º mar. 2019. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/03/01/uma-paz-feminista-na-colombia>. Acesso em: 27 de jul. 2020.

NAVARRO, Cristina. ExFarc pide perdón por reclutamiento de menores. **Caracol Radio**, [s,l], 28 ago. 2020. Disponível em: https://caracol.com.co/radio/2020/08/28/nacional/1598640842_442270.html. Acesso em: de 31 ago. 2020.

NODO DE SABERES POPULARES ORINOCO-MAGDALENA. **Guerrilleras:** Testimonios de cinco combatientes de las FARC. 2018. Disponível em: <https://www.partidofarc.com.co/sites/default/files/libro%20guerrilleras.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

NUNCA invisibles, mujeres farianas, adiós a la guerra. Icononzo: Mujeres Nunca Invisibles, 2018 Documentário. (ca. 28min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nNgOo9s5Gu0>. Acesso em: 25 jul. 2021.

OMC – OBSERVATORIO DE MEMORIA Y CONFLICTO. **Asesinatos Selectivos**. 2021a. Disponível em: <http://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/infografias/asesinatos-selectivos/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

OMC – OBSERVATORIO DE MEMORIA Y CONFLICTO. **Desaparición forzada**. 2021b. Disponível em: <http://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/infografias/desaparicion-forzada/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

OMC – OBSERVATORIO DE MEMORIA Y CONFLICTO. **Masacres**. 2021c. Disponível em: <http://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/infografias/masacres/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

OMC – OBSERVATORIO DE MEMORIA Y CONFLICTO. **Violencia Sexual**. 2021d. Disponível em: <http://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/portal-de-datos/el-conflicto-en-cifras/violencia-sexual/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

OPC – Observatorio Paz y Conflicto. **Mujeres excombatientes**: experiencias significativas y aportes a la paz. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, jul. 2015.

ORLANDO MELO, Jorge. **Historia mínima de Colombia**. Madrid: Turner Publicaciones, 2017.

ORTH, Maureen. She Was Colombia's Most-Feared Female Revolutionary. Can She Help It Find Peace? **Vanity Fair**. 02 ago. 2018. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/2018/08/colombia-civil-war-farc-female-revolutionary>. Acesso em: 19 ago. 2020

ORTIZ MESA, Luis Javier. La sociedad colombiana en el siglo xix. In: COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo II: Mujeres y sociedad. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

OWENS, Patricia. Towards an Intellectual History of Women's International Thought. **International Studies Quarterly**, vol. 62, n. 3, 2018, p. 467-481.

PALLARES, Margarita Muñoz; RAMIREZ, Claudia Cecilia. **Cumbre Nacional de Mujeres y Paz. Sistematización**. Colombia: Bogotá. 2014.

PALMERA, Lucero. [Entrevista abril 2005]. Entrevistador: Dick Emanuelsson. In: YOUTUBE. Vídeo (ca. 90min). Entrevista concedida em Putumayo, Sul da Colômbia no dia 25 de abril de 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sCfhGrP8R9M&list=PL4P-lOvpzW3Y8HIVmAnVHuYD-dT4Rw5WX&index=39>. Acesso em: 05 de jul. de 2022.

PARASHAR, Swati. Feminist international relations and women militants: case studies from Sri Lanka and Kashmir. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 2, jun., 2009.

PARASHAR, Swati. What wars and 'war bodies' know about international relations, **Cambridge Review of International Affairs**, vol. 26, n. 4, 2013, p. 615-630.

PARASHAR, Swati. Women in Militant Movements: (Un)comfortable silences and discursive strategies. In: KRONSELL, Annica; SVEDBERG, Erika (Ed.). **Making Gender, Making War: violence, military and peacekeeping practices**. New York: Routledge, 2011.

PARTIDO COMUNES. Comuneras. [2022]. Disponível em: <https://partidocomunes.com.co/comuneras/>. Acesso em: 19 de out. 2022.

PARTIDO FARC. **Guerrilleras**: Testimonios de cinco combatientes de las FARC. 2018. Disponível em: <https://www.partidofarc.com.co/sites/default/files/libro%20guerrilleras.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PARTIDO FARC. **Mujeres y Diversidad**. [2021]. Disponível em: <https://partidofarc.com.co/farc/farianas/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PAZ, Angela. El Feminismo Insurgente. **Revista La 13**. n.11. Bogotá, 2017. Disponível em: <http://www.revistala13.com/publicacion-n11/el-feminismo-insurgente.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

PÉCAULT, Daniel. Las FARC: fuentes de su longevidade y de la conservación de su cohesión. **Análisis político**, Bogotá, n. 63, 2008.

PÉCAUT, Daniel. De las violencias a la Violencia. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v.9, n.18. 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5 n.10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLO, Germán G. En las Farc, los delitos de violencia sexual se pagaban con la vida: entrevista con Victoria Sandino. **El Espectador**, Colombia, 31 jul 2020, Política. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/politica/entrevista-con-victoria-sandino-sobre-violencia-sexual-en-las-farc>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PRÜGL, Elisabeth, Feminist Methodology between Theory and Praxis. **Review of International Studies**. Vol. 46, n. 3, 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.). **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REHM, Lukas. La construcción de las subculturas políticas en Colombia: los partidos tradicionales como antípodas políticas durante La Violencia, 1946-1964. **História y Sociedade**, Medellín, n. 27, jul./dec., 2014.

REYES CÁRDENAS, Catalina. Cambios en la vida femenina durante la primera mitad del siglo XX. **Credencial Historia**, [s,l], n. 68, 1995. Disponível em: <https://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-68/cambios-en-la-vida-femenina-durante-la-primera-mitad-del-siglo-xx>. Acesso em: 06 out. 2021.

REYES POSADAS, Alejandro. Paramilitares en colombia: contexto, aliados y consecuencias. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

ROMERO, Mauricio. Paramilitares, narcotráfico y contrainsurgencia: una experiencia para no repetir. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

ROSAS y fuziles. Direção: Vilma Kahlo. Produção de Chris Gilbert. [s,l]: Escuela de Cuadros, 2014. Vídeo (54 min), color. Documentário sobre a participação de mulheres nas FARC-EP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tL_dzEUwYWg. Acesso em: 05 de jul. 2022.

RUBIO, Mauricio. **No llores por Tanja**, Colombia: Mujeres en el conflicto armado. Working Paper 12. Bogotá, Fundación Ideas para la Paz, abr. 2013.

SÁNCHEZ, Gonzalo G. Violencia, guerrillas y estructuras agrarias. In: TIRADO MEJIA, Alvaro (Comp.) **Nueva Historia de Colombia: II Historia Política (1946-1986)**. Bogotá: Planeta, 1989.

SÁNCHEZ, Gonzalo; PEÑARANDA, Ricardo. (Comp.) **Pasado y presente de la violencia em Colombia**. Medellín: La Carreta Editores, Iepri, Universidad Nacional, 2015.

SANTOS; Rita. ROQUE, Sílvia; MOURA, Tatiana. Missed Connections: Representations of Gender, (Armed) Violence and Security in Resolution 1325. **RCCS Annual Review**, vol. 5, Oct, 2013.

SHEKHAWAT, Seema. Introduction: Women in Conflict and Peace-Making. In: SHEKHAWAT, Seema (Ed.) **Female Combatants in Conflict and Peace: Challenging Gender in Violence and Post-Conflict Reintegration**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

SHEPHERD, Laura J. Feminist security studies. In: SHEPHERD, Laura (Ed.). **Critical approaches to security: an introduction to theories and methods**. Abingdon: Routledge, 2013.

SHEPHERD, Laura J. Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters. *In*: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Gender matters in global politics**: a feminist introduction to international relation. New York: Routledge, 2010.

SJOBERG, Laura, ed. **Gender and International Security**: Feminist. Perspectives. New York: Routledge, 2010.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra, (Ed.). **Gender, War, and Militarism**: Feminist Perspectives. Santa Barbara, CA: Praeger Security International. 2010

SYLVESTER, Christine. The contributions of feminist theory to international relations. *In*: Steve Smith, Ken Booth, and Marysia Zalewski (Eds). **International Theory**: Positivism and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TANJA, la bailarina exótica de las FARC-EP. *Semana*, [s,l], 20 mar. 2013. Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/tanja-bailarina-exotica-farc/337579-3/>. Acesso em: 9 de ago. 2022.

TANJA Niemijer en haar verhaal. Produção Wereldomroep e IKON, 2010. Online (41min), color. Documentário sobre a história de Tanja Niemijers nas FARC-EP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i6TN43ykf1s&list=PL4P-lOvpzW3Y8HIVmAnVHuYD-dT4Rw5WX&index=40>. Acesso em: 02 de jul. 2022.

TAYLOR, Laura. K. JustTruth: the role of truth seeking in reconciliation following traumatic events and crisis. *In*: RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile (Ed.). **Memory and Trauma in International Relations**: Theories, cases and debates. New York: Routledge, 2014.

THOMAS, Jakana L.; WOOD, Reed M. The social origins of female combatants. **Conflict Management and Peace Science**, 2017.

TICKNER, J. Ann. Gendering World Politics: issues and approaches in the post-Cold War era. Nova York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, p. 611-632, 1997.

TICKNER; J. Ann. Feminist responses to international security studies. **Peace Review: A Journal of Social Justice**, vol. 16, n. 1, 2004.

TRUE, Jacqui. **Violence against Women**: What Everyone Needs to Know. New York: Oxford University Press, 2021.

UN VERIFICATION MISSION IN COLOMBIA. From Words to Action: The Experience of UN Special Political Missions in Colombia On Women, Peace And Security (2016-2020). DPPA: United Nations, 2020. Disponível em:

<https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/WPS%20Study%20Lessons%20Learned.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

UNITED NATIONS. Colombia. 20 May 2020. 1 figura. Disponível em: <https://www.un.org/geospatial/content/colombia-0>. Acesso em: 25 out. 2021.

VELÁSQUEZ TORO, Magdala; REYES CÁRDENAS, Catalina. Proceso histórico y derechos de las mujeres, años 50 y 60. In: COLOMBIA. **Las Mujeres en la historia de Colombia**. Tomo I: Mujeres, Historia, Política. Bogotá: Consejería Presidencial para la Política Social, 1995.

VITERNA, Jocelyn. **Women in war: the micro-processes of mobilization in El Salvador**. New York: Oxford University Press, 2013.

WIBBEN, Annick. T. R. Feminist security studies. In: CAVELTY, Myriam Dunn; MAUER, Victor (Ed.). **The Routledge Handbook of Security Studies**. New York: Routledge, pp. 84-95, 2010.

WOOD, Reed M. **Female Fighters: Why rebel groups recruit women for war**. New York: Columbia University Press, 2019.

XAVIER, Izadora. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.21, n.1: 424, p.59-80, 2013.

YOUNG, I. M. The Logic of Masculinist Protection: Reflections on the Current Security State. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago: University Press, v. 29, n.1., p.1-25, 2003.

ZALEWSKI, Marysia. ‘‘Well, What Is the Feminist Perspective on Bosnia?’’. **International Affairs**. vol. 71, n. 2, 1995.

ZARKOV, Dubravka. Towards a New Theorizing of Women, Gender, and War. In: DAVIS, Kathy; EVANS, Mary; LORBER, Judith. **Handbook of Gender and Womens Studies**, London: SAGE Publications, 2006.

ANEXO – ESTATUTOS FARC-EP

ESTATUTO

La Segunda Conferencia Nacional, constitutiva de las FARC, plasmó en un Reglamento Interno las normas que las rigen, su régimen organizativo y disciplinario.

La Tercera Conferencia Nacional de las FARC hizo al reglamento algunas enmiendas y le introdujo nuevos conceptos político-militares.

La Sexta Conferencia Nacional de Guerrilleros reglamentó la vida interna de las FARC en tres documentos fundamentales a saber:

- A. EL PRESENTE ESTATUTO.
- B. EL REGLAMENTO DE RÉGIMEN DISCIPLINARIO.
- C. LAS NORMAS INTERNAS DE COMANDO.

La Séptima Conferencia Nacional reforma y amplía los documentos anteriores de conformidad con el paso que da el movimiento al adquirir el carácter de FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA - EJERCITO DEL PUEBLO (FARC-EP).

El Estatuto formula en esencia, los fundamentos ideológicos de las FARC-EP, define su estructura orgánica, el régimen de comando, los deberes y los derechos de los Combatientes y otros principios básicos de la organización revolucionaria.

El Reglamento de Régimen Disciplinario trata cuestiones esenciales de orden militar.

Las Normas Internas de Comando tratan lo habitual en el ejercicio diario de las diversas unidades de las FARC-EP, incluidas comisiones, misiones y Unidades Tácticas de Combate (UTC).

La Octava Conferencia de las FARC-EP introduce y actualiza disposiciones estatutarias, reglamentarias y normativas, al tiempo que estatuye los Bloques de Frentes, los Comandos Conjuntos y el Comando General que dirigirá la ofensiva.

La Novena Conferencia de las FARC-EP ratifica los presentes documentos, introduce y actualiza algunas disposiciones reglamentarias y normativas y hace un llamado a la aplicación en su espíritu y su letra.

CAPITULO I

ARTICULO 1º. Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Ejército del Pueblo, como la expresión más elevada de la lucha revolucionaria por la liberación nacional, son un movimiento político-militar que desarrolla su acción ideológica, política, organizativa, propagandística y armada de guerrillas, conforme a la táctica de combinación de todas las formas de lucha de masas por el poder para el pueblo.

ARTICULO 2º. Las FARC-EP, son ante todo una organización revolucionaria. Cada Escuadra o unidad básica, es al mismo tiempo célula política.

Los comandantes son miembros de las células, pero no pueden ocupar cargos de dirección celular.

El mando garantiza su reunión y da respuesta a las inquietudes planteadas por la célula política. Las FARC-EP aplican a la realidad colombiana los principios fundamentales del marxismo-leninismo y se rigen por su Plan Estratégico y Programa Revolucionario, las conclusiones de sus Conferencias Nacionales, los Plenos de su Estado Mayor Central y su Reglamento Interno; se inspiran en el pensamiento revolucionario del Libertador Simón Bolívar del antiimperialismo, la unidad latinoamericana, de la igualdad y del bienestar del pueblo. También propugnan por la creación de un auténtico Ejército Bolivariano.

Las FARC-EP están a disposición y bajo el mando directo del Estado Mayor Central.

CAPITULO II

ARTICULO 3º. La estructura de las FARC-EP corresponde al siguiente orden:

A. ESCUADRA: Es la unidad básica y consta de doce (12) hombres, incluidos sus mandos.

B. GUERRILLA: Consta de dos (2) Escuadras, más sus mandos (26 hombres).

C. COMPAÑIA: Consta de dos (2) Guerrillas, más sus mandos (54 hombres).

D. COLUMNA: Consta de dos (2) Compañías o más, más sus mandos (110 hombres).

E. FRENTE: Consta de más de una Columna.

F. Los Estados Mayores de Frente son designados por el Estado Mayor Central. En la columna, Compañía o Guerrilla donde no exista Estado Mayor de Frente, sus respectivos comandos de dirección están formados por los comandantes que designe el Estado Mayor Central. Donde exista Estado Mayor de Frente, los comandos de Columna, Compañía o Guerrilla, son

designados por éste, así como los comandantes y reemplazantes de Escuadra, con los comandantes que hagan parte del cuerpo de mando, o con compañeros promovidos al mando y aprobados por el Estado Mayor Central.

G. **BLOQUE DE FRENTE:** Consta de cinco (5) o más Frentes. Es una estructura militar que bajo la dirección del Estado Mayor Central de las FARC-EP o su Secretariado, coordina y unifica la actividad de los Frentes en una zona específica del país en desarrollo del Plan Estratégico.

H. Los Estados Mayores de Bloque son designados por el Estado Mayor Central o su Secretariado. Coordinan en las áreas de los respectivos Bloques, las campañas militares y todos los planes emanados de las Conferencias, de los Plenos del Estado Mayor Central y del Secretariado. Centralizan, en coordinación con el Estado Mayor Central, las relaciones políticas a nivel de área de Bloque y ejecutan y controlan el desarrollo de los planes particulares de los Frentes.

Los permisos que impliquen salida a la ciudad de mandos medios, de miembros de Estado Mayor de Frente y de Estado Mayor de Bloque a misiones o tratamiento médico, etc., serán previamente consultados por la dirección del Bloque al Secretariado quien finalmente resuelve sobre ellos. Igual procedimiento se aplicará para definir casos de ajusticiamiento. Los reajustes de los Estados Mayores de los Frentes son facultad exclusiva del Estado Mayor Central o su Secretariado. Los Estados Mayores de los Bloques, previa consulta a los organismos superiores mencionados, laborarán un régimen particular para el trabajo urbano en sus respectivas áreas.

I. **COMANDO CONJUNTO:** Cuando no estén dadas las condiciones para la creación de un Bloque de Frentes funcionará un Comando Conjunto que unificará y coordinará la actividad de los Frentes en un área. Los Comandos Conjuntos tendrán un coordinador y dependen directamente del Estado Mayor Central o su Secretariado.

J. **COMANDO GENERAL:** Logradas las metas de la segunda fase del Plan entrará en funcionamiento el Comando General que dirigirá la ofensiva.

K. El Estado Mayor Central es el organismo superior de dirección y mando de las FARC-EP, en todos sus escalones. Sus acuerdos, órdenes y determinaciones obligan a todo el movimiento y a todos sus integrantes.

CAPITULO III

REGIMEN DE COMANDO

ARTÍCULO 4º. La estructura jerárquica de las FARC-EP, es como sigue:

- a) REEMPLAZANTE DE ESCUADRA.
- b) COMANDANTE DE ESCUADRA (12 h.).
- c) REEMPLAZANTE DE GUERRILLA.
- d) COMANDANTE DE GUERRILLA (26 h.).
- e) REEMPLAZANTE DE COMPAÑIA.
- f) COMANDANTE DE COMPAÑIA (54 h.).
- g) REEMPLAZANTE DE COLUMNA.
- h) COMANDANTE DE COLUMNA (110 h.).
- i) REEMPLAZANTE DE FRENTE.
- j) COMANDANTE DE FRENTE (más de una Columna.).
- k) REEMPLAZANTE DE BLOQUE.
- l) COMANDANTE DE BLOQUE (5 o más Frentes.).
- m) REEMPLAZANTE DE ESTADO MAYOR CENTRAL.
- n) COMANDANTE DE ESTADO MAYOR CENTRAL.
- ñ) COMANDO GENERAL: Está integrado por el Secretariado y los jefes de los Bloques para proyectar y dirigir la ofensiva final.
- o) Son organismos colegiados de dirección y mando el Estado Mayor Central, el Comando General, los Estados Mayores de Bloque y de Frente, y los Comandos de Columna, Compañía, Guerrilla y Escuadra. Las anteriores instancias de dirección se rigen por el principio de la dirección colectiva.
- p) Los cuadros estarán sujetos a reubicación o traslado de acuerdo al desarrollo del plan.

ARTICULO 5º. Para cada responsabilidad en el mando, se crea el correspondiente distintivo cuyo uso controla el Estado Mayor Central.

ARTICULO 6º. Los requisitos para ser comandante son:

- a) Capacidad militar y don de mando.
- b) Tener dos años en filas, desempeñando las tareas señaladas y haber observado buena conducta.
- c) Haber mostrado interés por elevar el nivel ideológico de los combatientes.
- d) Haber cumplido y defendido las determinaciones de los organismos superiores de las FARC-EP y haberse destacado en el cumplimiento de las normas disciplinarias.
- e) Ser militante activo de la organización política.

- f) Saber orientarse en situaciones difíciles, ser sereno, valeroso, reflexivo, respetuoso de los demás y modesto.
- g) Tener temple revolucionario y elevada moral y estar dotado de honestidad ejemplar.
- h) Haber tenido y tener profundo respeto por los intereses de la población civil, portarse correctamente con ellas y ganarse su confianza.
- i) Saber leer y escribir.

CAPITULO IV

DE LOS DEBERES Y LOS DERECHOS

ARTICULO 7°. Los deberes de los combatientes son:

- a) Ser honesto y veraz con el movimiento, abnegado en la lucha y modesto.
- b) Mantener siempre en alto el prestigio de la organización política revolucionaria y de las FARC-EP y hacer que los demás hagan lo mismo.
- c) Cumplir estrictamente las determinaciones y órdenes con espíritu de iniciativa.
- d) Hacer esfuerzos permanentes por superarse en los terrenos político, cultural y militar.
- e) Trabajar por la unidad y la armonía, la fraternidad y la solidaridad dentro del movimiento.
- f) Mantener una actitud vigilante en defensa de la unidad del movimiento y desenmascarar oportunamente el trabajo de zapa y el espionaje del enemigo.
- g) Hacer uso correcto de la crítica frente a los errores y defectos y hacer su correspondiente autocritica cuando le sean señalados errores o faltas.
- h) Defender los intereses y bienes del movimiento, de la organización política y de la población civil.
- i) Guardar y hacer guardar los secretos y la reserva del movimiento.
- j) Dar prueba de firmeza ante el enemigo en todas las circunstancias.
- k) Respetar a los prisioneros de guerra en su integridad física y convicciones.

ARTICULO 8°. Los derechos de los combatientes son:

- a) Participar en la vida de su unidad básica y en el organismo político de ella.
- b) Elegir y ser elegido a puestos de representación.
- c) Criticar a sus compañeros y superiores en el organismo político, en las Asambleas Generales de Guerrilleros, en los Comandos de Unidad, en los Estados Mayores de Frente, en los Estados Mayores de Bloque, en el Comando General y en las Conferencias Nacionales, por errores o

faltas etc.

d) Presentar propuestas, sugerencias, iniciativas y comunicar los defectos que observe en el desarrollo de cualquier tarea al escalón correspondiente, incluso, al Estado Mayor Central. Las distintas instancias de dirección garantizarán que las notas o cartas enviadas por los combatientes en este sentido, lleguen a su destino.

e) Recibir los estímulos políticos y morales del movimiento como cargos de responsabilidad y representación, delegaciones y demás que se conquisten a base de abnegación, espíritu de sacrificio de compañerismo y lucha.

f) Exigir su participación personal cuando se trate de tomar decisiones sobre su propia actuación y conducta, cuando no se trate de delitos ya comprobados.

g) Los deberes y los derechos en las FARC-EP son iguales para todos sus integrantes pero sin igualitarismo pequeño-burgués.

CAPITULO V

ARTICULO 9°. Las FARC-EP se componen de combatientes que se unen conscientemente en la lucha armada. A filas se llega por tiempo indefinido. Los combatientes de las FARC-EP son profesionales revolucionarios hasta el triunfo de la revolución y conforme a los planes nacionales y de Frente que traza el Estado Mayor Central y que son plasmación de diversas tareas en concordancia con las necesidades y posibilidades de cada Frente o unidad armada. El licenciamiento de filas lo estudia y decide el Estado Mayor Central cuando se trate de miembros de éste, de integrantes de Estado Mayor de Bloque, de Estado Mayor de Frente, de los comandantes o comandos designados por la Conferencia Nacional o por el Estado Mayor Central; y cuando se trate de integrantes de base de Frente, el licenciamiento de filas lo estudia y resuelve el Estado Mayor de Bloque, previa consulta con el Secretariado. Las instancias de mando correspondientes reubicarán y prestarán asistencia a los compañeros que resulten lisiados por la guerra.

ARTICULO 10°. La disciplina de las FARC-EP, es político militar y la contempla éste Estatuto, el reglamento de Régimen Disciplinario, las Normas de Comando, los Estatutos Políticos y las Resoluciones de las conferencias nacionales de las FARC-EP.

ARTICULO 11°. Los cuadros dirigentes de las FARC-EP desde los Comandantes de Escuadra, responsables auxiliares, jefes de misiones, comisiones y UTC, hasta los miembros del Estado

Mayor Central, asumen mayores responsabilidades y responderán ante las Conferencias Nacionales de Guerrilleros y organismos políticos superiores de la orientación política, la organización, la educación y elevación de la capacidad militar de los combatientes, así como del cumplimiento del presente Estatuto, el Reglamento de Régimen Disciplinario y las Normas Internas de Comando.

ARTICULO 12°. Todos los materiales aprobados por la Conferencia y el Estado Mayor Central son de obligatorio cumplimiento para el conjunto de las FARC-EP.

ARTICULO 13°. Las armas, parques, equipos, dotaciones, dinero, otros muebles e inmuebles tomados en acción al enemigo, o adquiridos en una u otra forma en el proceso de la lucha, con apoyo directo o indirecto del movimiento y aunque la acción realizada sea por una sola persona se considera propiedad colectiva de las FARC-EP. La apropiación de todo o parte de lo adquirido es delito de robo al movimiento.

CAPITULO VI

ARTICULO 14°. Las FARC-EP, en su práctica militar se rigen por planes generales del Estado Mayor Central diseñados por las Conferencias Nacionales de Guerrilleros, que obligan a su cumplimiento a misiones, comisiones, UTC, Escuadras, Guerrillas, Compañías, Columnas, Frentes, Bloque de Frentes y Estado Mayor Central. Los planes sufrirán variaciones únicamente en el sentido del incremento en cada unidad, cuando ésta proyecte y realice su propio plan, tomando las metas del Plan General Nacional. El Secretariado del Estado Mayor Central, está facultado para reajustar el Plan General Nacional, cuando lo considere necesario.

CAPITULO VII

DEL REGIMEN INTERNO

ARTICULO 15°. El Régimen Interno General de las FARC-EP, lleva el nombre de Normas de Comando y es igual y uniforme para todos los guerrilleros y comandantes y para los diversos escalones del movimiento. El Régimen interno General, junto con las materias: Gimnasia, Judo y defensa personal, instrucción militar de orden cerrado y abierto, constituyen la Cartilla de Instrucción de todas las unidades de las FARC-EP. Los Estados Mayores de Frente al actualizar

para cada situación concreta el Régimen Interno General, elaborarán el Régimen Interno Particular de cada unidad, que deberá contemplar lo resultante de cada situación, los planes de cuartel o campamento, planes de marcha y planes de labor, cuando no se esté en orden público.

CAPITULO VIII

ARTICULO 16°. Los ascensos militares los otorga la Conferencia Nacional, el Estado Mayor Central o su Secretariado. Así mismo el Estado Mayor Central o su Secretariado, están facultados para suspender grados como sanción por faltas graves en función del cargo y para separar de las FARC-EP, a comandantes o miembros del Estado Mayor Central que violen los principios establecidos en el Estatuto, el Reglamento de Régimen Disciplinario y las Normas Internas de Comando.

CAPITULO IX

DEL HIMNO Y DEL EMBLEMA

ARTICULO 17°. Las FARC-EP tienen un himno y un emblema. El himno aparece al final del presente documento. El emblema de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia es la bandera nacional de la República con los trazos fronterizos del mapa de su territorio. En el centro de ella y dentro del trazo del mapa dos fusiles cruzados formando una X y sobre el ángulo superior de ésta un libro abierto.

CAPITULO X

ARTICULO 18°. El presente estatuto es válido para todos los integrantes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Ejército del Pueblo, y para todos los escalones del movimiento. Su reforma corresponde a la Conferencia Nacional de Guerrilleros de las FARC-EP.

REGLAMENTO DE RÉGIMEN DISCIPLINARIO DE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA - FARC- EP

INTRODUCCIÓN

1. La disciplina proletario-militar para quienes se han agrupado en la lucha armada contra el régimen oligárquico y la dominación imperialista yanqui, por un gobierno patriótico de liberación nacional, es una necesidad y por lo tanto es consciente, firme y seria. Es una disciplina militar de nuevo tipo, que nada tiene que ver con los métodos brutales y discriminatorios que se aplican en los cuarteles del ejército burgués. La observancia y cumplimiento de la disciplina proletario-militar, es un honor para todo combatiente de las FARC-EP.
2. Según los textos conocidos sobre disciplina existe el concepto general de que ésta es condición esencial para la existencia de toda fuerza militar y consiste en mandar y obedecer dentro de las atribuciones del superior u organismos superiores y obligan al subalterno u organismos inferiores para crear íntima cohesión y unidad política, que permitan al mando encarnar en la práctica las tareas emanadas de los planes militares.
3. En toda agrupación humana ha habido y hay cierto grado de disciplina, que se perfecciona en la medida de los objetivos que se proponen quienes eligen en el enfrentamiento de clases la forma de lucha armada.
4. Los combatientes de las FARC-EP, en su condición de revolucionarios integrales obedecen en lo político a formulaciones, estratégicas y a concepciones tácticas y al mismo tiempo a concepciones estratégicas, operacionales y tácticas de orden militar.
5. Las FARC-EP, necesitan de una disciplina que haga de ellas un verdadero ejército del pueblo, capaz en unión de las masas populares de producir mediante la lucha armada prolongada, cambios fundamentales en la vida colombiana.
6. Ahora en América Latina toma mayor fuerza la llamada teoría de “La Seguridad Nacional”, o “Guerra Preventiva”, ideología del neofascismo que enfoca “el conflicto del mundo contemporáneo” ya no desde el punto de vista anterior para resolverlo por medio de una guerra mundial, sino en el escenario de cada país. Según la teoría de la Seguridad Nacional “vivimos una estrategia total para una guerra total, que es necesario enfrentar utilizando diversos medios políticos y militares de acción y disuasión y asumiendo la defensa del orden establecido, la defensa de las Instituciones, la defensa de la nación-estado-poder, ante la subversión alimentada por ideas foráneas...” (Teoría de la Seguridad Nacional).

CAPITULO I

DE LA DISCIPLINA

ARTICULO 1º. Las faltas que dan lugar a sanciones disciplinarias son:

1. FALTAS GRAVES DE PRIMERA INSTANCIA:

- a. Riñas entre los miembros del movimiento.
- b. Empleo de la mentira para justificarse ante los superiores o ante los organismos de dirección.
- c. Falta de espíritu de compañerismo y solidaridad.
- d. Manifestaciones de pereza, cobardía e irresponsabilidad.
- e. Utilización de la calumnia contra las masas, compañeros de filas, o contra los organismos de dirección.
- f. Violación del Régimen Interno General y Particular, o planes de marcha o campamento.
- g. Violación de normas de reclutamiento.
- h. Desmoralización superable.

2. FALTAS GRAVES DE SEGUNDA INSTANCIA:

- a. Empleo de palabras Rsoeegcleasm, yeansteoa del comandante hacia los guerrilleros o de éstos hacia los comandantes, o entre sí, o de los miembros del movimiento hacia los particulares.
- b. El uso de apodos denigrantes, el empleo de amenaza contra compañeros de lucha o contra particulares.
- c. El irrespeto de comandantes hacia los guerrilleros o de éstos hacia los comandantes y de los miembros del movimiento hacia las masas.
- d. Los juegos de azar y la embriaguez consuetudinaria.
- e. La simulación de enfermedades para eludir el cumplimiento de misiones y tareas.
- f. El engaño a compañeros o guerrilleros.
- g. El juego con cualquier clase de armas.

3. FALTAS LEVES: Las que se comentan sin intención de causar daño a los compañeros o al movimiento.

ARTICULO 2ª. Las sanciones que den lugar las faltas cometidas son impuestas por el organismo a que pertenezca quien comete la falta y a éste le asiste el derecho de hacer sus

descargos si se trata de las faltas de que habla el artículo primero en a), b), y c). Queda prohibido aplicar sanciones o castigos que vayan contra la integridad física o moral, o que sean deprimentes de la personalidad del sancionado, y tiene carácter educativo en los casos contemplados en el artículo primero. Aparte de otras que puedan ser impuestas por los comandantes directamente, por faltas en la prestación de servicios, las sanciones son:

1. Crítica franca y constructiva en la reunión del organismo que aplica la sanción y exigencia de la correspondiente autocrítica a quien o quienes cometieron la falta.
2. Suspensión temporal del derecho a tener puestos directivos, de representación u otras responsabilidades.
3. Si se trata de aplicar sanción a un organismo, esta medida sólo la tomarán dentro de sus atribuciones, los Estados Mayores de Frente, los Estados Mayores de Bloque, el Estado Mayor Central y su Secretariado.

ARTICULO 3ª. Los delitos dentro del movimiento son:

- a. El asesinato de compañeros, de hombres o mujeres de la población civil.
- b. La desertión con o sin armas, dinero u otros bienes del movimiento.
- c. La desmoralización que ponga en peligro el movimiento, sus planes militares u otras tareas importantes.
- d. La traición o cualquier otra forma de colaboración voluntaria con el enemigo para causar daño al movimiento.
- e. La delación y divulgación de los secretos de la organización.
- f. El grupismo, el fraccionalismo o cualquier forma de actividad que atente contra el movimiento o contra la orientación y el trabajo político militar que éste desarrolla.
- g. El incumplimiento premeditado de órdenes o determinaciones y la insubordinación.
- h. La compra o venta de material de guerra u otros bienes del movimiento o su pérdida injustificada.
- i. El abandono del puesto o de la guardia.
- j. El sabotaje al movimiento.
- k. La violación sexual.
- l. El robo a los compañeros, al movimiento o a la población civil.
- m. Los negocios tramposos o ventajosos con los compañeros de fila o con gentes de las masas
- n. El consumo de estupefacientes.

ñ. Cualquier actividad que vaya contra la moral revolucionaria, contra las costumbres sanas de la población, o que tienda a rebajar el prestigio de las FARC-EP ante el pueblo.

o. Toda actividad encaminada a impedirle a la población creyente la práctica de su culto religioso.

p. El intento de homicidio en compañeros de filas o gentes de las masas.

q. El consumo de licor por fuera de los campamentos.

r. Pernoctar en casas junto con población civil.

s. chismografía encaminada a hacer daño, romper la armonía y la fraternidad.

ARTICULO 4º. Contra los delitos las sanciones son:

1. Pérdida temporal o definitiva del derecho a ocupar cargo alguno de responsabilidad o representación.

2. Obligación de cumplir el trabajo o cualquier otra actividad que como sanción le sea impuesta a juicio del organismo respectivo.

3. Para los delitos contemplados en a), b), c), d), e), f), g), h), i), j), k), l) y otros delitos se procede convocando el Consejo Revolucionario de Guerra, cuyo mecanismo es el siguiente:

a. La Asamblea General de Guerrilleros elige en votación el Consejo de Guerra, compuesto de un presidente, un Secretario, cinco Jurados de Conciencia y un Fiscal. El Defensor es nombrado por él o los acusados de entre el personal combatiente asistente a la Asamblea. El veredicto por mayoría del Jurado condena o absuelve y se somete a consideración de la Asamblea, quien lo aprueba, lo devuelve al jurado para que lo modifique y quien falla en definitiva es la Asamblea. Los desertores pueden ser absueltos o condenados en ausencia.

b. Los miembros de los Estados Mayores o comandos de dirección convocantes de los consejos de guerra, no pueden actuar como defensores, por cuanto ellos constituyen la instancia que formula pliego de cargos contra el acusado o acusados. Tampoco pueden hacer parte de la mesa directiva ni ejercer como jurados de conciencia. La primera elección para el desarrollo de un consejo de guerra será la del Defensor. Este tendrá acceso al informe escrito y tiempo razonable para dialogar con el acusado.

4. Fusilamiento solo en caso de extrema gravedad, como: la traición, la delación y otras formas de colaboración voluntaria con el enemigo, el asesinato de compañeros de filas o de las masas, la desertión con armas o dinero del movimiento y otros delitos de acuerdo con su gravedad.

El fallo no podrá materializarse hasta tanto el organismo de dirección respectivo no haya consultado la opinión del Secretariado.

5. Cuando no existan condiciones o posibilidades de realizar la Asamblea de Guerrilleros, los organismos dirigentes convocan los Consejos Revolucionarios de Guerra, conforme lo estipula el literal a) de este mismo artículo. Este tipo de Consejo no podrá realizarse con un número inferior a 25 combatientes (una Guerrilla).

ARTICULO 5°. En las FARC-EP, hay diversos organismos que sancionan faltas conforme al siguiente mecanismo:

1. El organismo político aplica sanciones relacionadas con faltas leves de orden político o moral, hace la crítica y exige la autocrítica correspondiente. Para otro tipo de faltas, solicita sanción a los organismos político-militares correspondientes.
2. La Asamblea General de Guerrilleros, que se reúne como mínimo anualmente, tiene carácter informativo y es presidida por el Estado Mayor del Frente, quien al mismo tiempo presenta el informe para la discusión.

La Asamblea puede ser convocada extraordinariamente por el Estado Mayor de Frente, cuando este organismo lo considere conveniente, o lo solicite la mayoría de guerrilleros. Aplica sanciones relacionadas con faltas leves, faltas de primera y segunda instancia, que en el momento de la Asamblea no hayan sido ventiladas por los Estados Mayores de Frente, o los comandos de unidad, pero serán sanciones políticas. Las sanciones disciplinarias de orden militar corresponden a los Estados Mayores de Frente, Estados Mayores de Bloque, al Estado Mayor Central, al Secretariado y a la Conferencia Nacional de las FARC-EP.

ARTICULO 6°. Licenciamiento de filas por invalidez o defectos físicos que impidan al combatiente el cumplimiento de su misión sólo lo definen los Estados Mayores de Bloque, previa consulta al Estado Mayor Central o su Secretariado.

CAPITULO II

ARTICULO 7°. Todo aquel que tiene función de mando, expide órdenes. La responsabilidad de toda orden recae en quien la emite y no en quien la ejecuta. Cuando el subalterno considere que una orden lo induce a la comisión de un delito, está obligado a manifestarlo al superior y si este insiste, el subalterno le exige la orden por escrito y firmada.

ARTICULO 8°. Cuando un superior o un organismo de dirección considere que sus atribuciones no son suficientes para sancionar una falta, lleva el hecho al organismo superior

inmediato, si este se considera a su vez insuficiente, traslada el caso al organismo superior inmediato, inclusive, hasta el Estado Mayor Central, si fuere necesario.

CAPITULO III

DE LA APELACION

ARTICULO 9°. Todo sancionado, cuando considere injusta la sanción impuesta, tiene derecho a apelar al organismo inmediatamente superior y hasta el Estado Mayor Central. La apelación es un acto de gran responsabilidad y quien recurra a ella debe ser consciente de que la sanción que le han impuesto es injusta. Si el organismo superior analiza malicia en la apelación y encuentra justa la sanción, puede inclusive sancionar más severamente.

ARTICULO 10°. Cuando la sanción impuesta sea injusta o exagerada, o por el contrario, tan leve que no corresponda a la gravedad de la falta o delito cometido podrá ser revocada por el Estado Mayor Central o su Secretariado.

CAPITULO IV

ARTICULO 11°. El presente Reglamento de Régimen Disciplinario de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Ejército del Pueblo, es válido para todos los integrantes del movimiento, para todos sus escalones de mando y para todos los organismos de dirección y mando del movimiento. Su reforma corresponde a la Conferencia Nacional de Guerrilleros.

NORMAS INTERNAS DECOMANDO – FARC-EP

Las presentes Normas Internas de Comando o Régimen Interno General, tratan en lo fundamental de la vida militar de las diversas unidades de las FARC-EP, en cuarteles, campamentos, marchas, misiones y comisiones del movimiento guerrillero y unifican el criterio de comandantes y guerrilleros en cuanto a la disciplina, los diversos servicios, las diversas guardias y las diversas tareas de comando, tanto en campaña como en receso.

1. Para todo el movimiento rige la misma disciplina militar.

2. Hay una misma formación para todo lo de uso corriente, en patio: paradas militares, formación de rutina, desfiles, presentaciones, honores, saludos, partes, revistas, etc.
3. Este tipo de formación es:
 - a. Por comisiones cuando el comandante dispone formación para pasar parte.
 - b. Por escuadras.
 - c. Por guerrillas.
 - d. Por compañías y columnas. Los servicios especiales, si los hay, forman a continuación de cada unidad.
4. Los únicos tipos de instrucción militar, gimnasia, calistenia, judo, defensa personal, orden cerrado y abierto, son los contemplados en la cartilla de Instrucción militar de las FARC- EP.
5. Toda unidad de las FARC-EP, establece un santo y seña y contraseña.
6. En adelante se usa en las FARC-EP, el horario militar de: 00-01 a 24-00 horas, que los comandantes están obligados a enseñar a los guerrilleros.
7. Los Estados Mayores de Frente y los Comandos, cuando las circunstancias lo exijan y lo permitan, tendrán en cuenta los meses de cosecha y conforme a las tareas emanadas de los planes militares procederán a organizar las labores agrícolas correspondientes, en las que deben participar el personal disponible en su conjunto. En aquellos Frentes donde las circunstancias lo permitan o lo exijan el Estado Mayor de Frente o Comando de Columna, nombrará el correspondiente jefe de agricultura o de otros trabajos en concreto.
8. Los miembros del Estado Mayor Central, de los Estados Mayores de Bloque, de Estado Mayor de Frente, de los comandos de las Columnas, Compañías o Guerrillas, así como los jefes de misión o comisión dispondrán del tiempo necesario para sus reuniones (en que realicen estudios de orden militar, político, económico, ejecución o reajuste de planes). Así mismo, los Comandantes de Escuadra dispondrán del tiempo necesario para recibir la instrucción conveniente proveniente de los organismos superiores o comandantes superiores.
9. Los Estados Mayores tendrán en cuenta y conforme a las condiciones lo permitan o lo exijan, sitios adecuados donde se proyecten y si fuere el caso, se construyan los cuarteles necesarios. A esos sitios llegarán diversas unidades, misiones y comisiones. Allí se organizarán

dormitorios, baños, sanitarios, enfermería de primeros auxilios, patios de formación, casinos, peluquería, sitios para reuniones y otras instalaciones, conforme a las condiciones del lugar o de la lucha. La construcción de este tipo de cuarteles solo la autoriza el Estado Mayor Central o su Secretariado.

10. En las FARC-EP, hay diversos tipos de guardia:

- a. Guardia de prevención o de cuartel.
- b. Guardia de campamento en campaña.
- c. Guardia de marcha.
- d. Guardia de alto o descanso.
- e. Guardia de cuerpos de tropas.
- f. Guardias adelantadas dispuestas por vanguardia o guardia de retaguardia.
- g. Guardia de honor.
- h. Guardias especiales.

11. Se prohíbe nombrar guardia a los sancionados por delitos.

12. Para las guardias de prevención, guardias adelantadas o especiales no se deben nombrar sino a compañeros cuya responsabilidad asegure el cumplimiento correcto de la misión de guardia.

13. Las guardias de cuartel o campamentos estables, guardias de cuerpos de tropas, guardias de honor y guardias especiales, se nombran por relevos de 24 horas.

14. Los servicios de guardia se organizan así:

1. Oficial de servicio.
2. Comandante de guardia.
3. Relevante.
4. Centinelas, escuchas, avanzadas, observatorios, exploraciones y descubiertas.

15. El oficial de servicio y el comandante de guardia deberán ser comandantes de Guerrilla en adelante. Tanto la oficialidad de servicio como la comandancia de guardia funcionarán a partir de la estructura de Compañía y de este hacia arriba. Hacia abajo se adoptarán todas las medidas de seguridad indispensables. Los comandantes de Escuadra y sus reemplazantes desempeñarán

otras funciones de mando. En ciertos momentos y circunstancias guerrilleros antiguos con don de mando, pueden desempeñar funciones de comando de guardia.

16. El personal de guardia estará en un grado de alistamiento tal que le permita emplearse efectivamente con sus armas como sea requerido.

17. Dan lugar a sanción las siguientes faltas contra el buen servicio de guardia:

- a. No pagar el servicio de guardia como le ha sido ordenado.
- b. Dormir durante el servicio.
- c. Pereza, negligencia, descuido y pagar el servicio sentado cuando no exista orden en tal sentido.
- d. Desautorizar o desobedecer a los superiores en servicio.
- e. Retirarse del cuartel, campamento, puesto, misión o comisión.
- f. No concurrir a los servicios ordenados al instante.
- g. No dar inmediata cuenta de los hechos de los cuales debe informar a los superiores, o hacerlo con retraso o con falta de veracidad.
- h. Ocultar al superior intencionalmente, irregularidades o faltas cometidas contra el buen servicio, o tratar de desorientarlo sobre la realidad de lo sucedido, omitiendo hechos o agregando detalles inconducentes.
- i. Mentir al superior en asuntos del servicio.

18. Son funciones del comandante de guardia de prevención, de campamento, guardias especiales y otras:

- a. Realizar las misiones que hayan determinado.
- b. Alistar oportunamente el personal de guardia para iniciar el servicio.
- c. Distribuir el personal para los turnos correspondientes.
- d. Recibir y dar conscientemente las consignas que debe cumplir la guardia.
- e. Mantener la disciplina y el orden en el cuerpo de guardia y en el área de la misma.
- f. Permanecer en el cuerpo de guardia durante el turno de su servicio.
- g. Dar instrucciones teóricas y prácticas al personal de guardia sobre las normas internas de comando y sobre las que referentes al mismo servicio, provengan de los organismos superiores o del superior inmediato.
- h. Anotar las salidas de comisiones, misiones, Escuadras, Guerrillas, etc., indicando la dirección de marcha de tales unidades o del lugar a donde se dirigen.

- i. Impedir la salida del personal sin orden superior.
- j. Dar cuenta a los superiores de las novedades ocurridas en la guardia.

19. Los relevantes son superiores inmediatos de los centinelas, escuchas y postas especiales y son los que transmiten las consignas y hacen los relevos. Son los reemplazantes de los comandantes de guardia. El relevante está obligado a permanecer en el puesto de guardia, efectúa el relevo y mantiene el control de los centinelas, atiende a las personas que llegan a la guardia e informa al comandante de guardia sobre el objeto de las visitas y colabora con el comandante de guardia, para que ésta se preste de manera eficiente.

20. Por ningún motivo se permitirá la entrada de civiles a los campamentos. Para la atención de estos se dispondrá de un área especial fuera del campamento.

21. Los centinelas y postas de las diversas guardias deben mantener el arma cargada y asegurada. En caso de peligro o en campaña, todos los integrantes de los cuerpos armados, proceden de la misma manera. La instrucción sobre cómo prestar un servicio de guardia eficiente, está al cuidado de los oficiales de servicio y de los relevantes.

Los centinelas escuchas o puestos especiales deben estar compenetrados de manera clara y consciente de la importancia de su servicio y deben saber que en un momento determinado la vida de toda una unidad depende de ellos.

22. Las consignas son generales y particulares. Las primeras son aquellas que deben cumplir los centinelas o postas sea cual fuere el lugar donde se encuentren instalados y son consignas particulares aquellas que corresponden a la situación especial del puesto o lugar.

Las generales son:

- a. Estar en constante actividad vigilante durante su turno, sin apartarse por ningún motivo del sitio o lugar que le haya sido asignado si se trata de puesto fijo con misión específica.
- b. Pagar el servicio de pie sin sentarse, fumar, comer, beber, dormir, conversar o distraerse.
- c. Mantener el arma lista sin dejarla abandonada en ningún momento.
- d. Al recibir el puesto deberá cerciorarse del estado en que se encuentran las personas, semovientes, locales o elementos que se entreguen a su custodia y poner de presente al relevante lo que no se encuentre de acuerdo con la entrega.

e. Los centinelas están obligados a pasar comunicación inmediata sobre la proximidad de personas o grupos de personas, tropas amigas o enemigas, de los ruidos que se capten en la inmediaciones de los puestos, de manera precisa, sin confundir pongamos por caso el ruido de la caída de un árbol con una ráfaga de ametralladora. De ahí la importancia que los relevantes estén visitando los puestos de guardia por lo menos cada media hora.

f. Los centinelas no pueden permitir sus relevos por personas distintas a sus relevantes y en casos excepcionales por su comandante de guardia.

g. Si por alguna circunstancia imprevista el centinela no fuere relevado o levantado de su servicio, podrá hacer dejación de su puesto en casos de fuerza mayor, como por ejemplo: un asalto enemigo al puesto, cuartel o campamento, un deslizamiento del terreno u otra calamidad particular.

h. Las consignas particulares dadas a los centinelas tienen carácter reservado y se transmiten de centinela a centinela en los relevos y a los superiores en caso de que estos las soliciten.

i. Los centinelas deberán recibir, de parte del relevante, instrucciones de santo-seña y contra seña, así como de las posibles alarmas de instrucción que pueden presentarse en cuarteles y campamentos.

j. Las alarmas se distinguen en:

PRIMERA: Alarma de instrucción.

SEGUNDA: Alarma por asalto o ataque al cuartel, campamento o puesto.

TERCERA: Alarma en caso de siniestro.

CUARTA: Alarma para plazas de alarmas y que deberán estipularse en cada plan defensivo de cuartel, campamento o puesto.

23. El oficial de Servicio garantiza el normal funcionamiento interno del campamento sobre la base del plan de campamento y orden de día establecidos, y ejecuta las orientaciones del jefe de la unidad.

24. En los cuarteles y campamentos y donde quiera que sea necesario se nombra un jefe de casino y un ecónomo por Escuadra o Guerrilla, se dispondrá de un rancharo o dos, según lo exija la cantidad de personal. El ecónomo distribuirá las raciones según la planilla del régimen diario del gasto. Cuando las circunstancias lo permitan se organizará el casino para comandantes, pero la ración será la misma.

25. Todos los comandantes están obligados a realizar periódicas revisiones de armas, municiones a todo el personal a su cargo y a quienes se le compruebe descuido, pérdida de ellas o pérdida de piezas, les serán aplicadas las sanciones correspondientes.

26. En caso de enfermedad de compañeros, sea en cuarteles, campamentos o puestos de guerrilleros, cada unidad deberá velar por ellos y si la unidad a que pertenece el enfermo no estuviese en el lugar, corresponde el cuidado del enfermo a los encargados del puesto, cuartel o campamento, si se comprueba abandono del enfermo se sancionará a quien o a quienes corresponda.

27. Las armas y municiones que se encuentren abandonadas o tiradas deben ser entregadas a la unidad respectiva y solicitada sanción al responsable o responsables del abandono del arma o munición. Nadie podrá hacer uso de municiones con concepto de propiedad personal, o porque la “buena suerte” le deparó encontrarlas.

28. Habrá un día de descanso que en general será el domingo, pero en circunstancias especiales podrá ser otro día, sin que se mengüe el servicio de guardia, en cuyo caso el descanso sería otro día. Los sábados se destinarán al lavado de ropa, reuniones de organismo políticos, apronte de leña, abastecimientos, etc.

29. Para lo relacionado con entrenamientos militares, orden cerrado y abierto, gimnasia, judo, defensa personal, etc., hay a disposición de los Frentes, Columnas, Compañías, Guerrillas, misiones, comisiones y UTC, la cartilla militar de las FARC-EP.

30. Los miembros del Estado Mayor Central, son la máxima autoridad del cuerpo de mando y por lo tanto pueden recibir informes, comunicados, partes etc., de los demás comandantes.

31. El horario normal, cuando no se está en orden público, comienza con la levantada a las 04:50 hasta las 20:30, cuando luego de la recogida habrá silencio en los cuarteles, campamentos o puestos de las FARC-EP.

32. Cada Frente elaborará su Régimen Interno Particular sobre la base del Régimen Interno General, con el fin de actualizar para el momento sus trazos y planteamientos; así mismo, cada Columna Compañía o Guerrilla.

33. El orden del día se elaborará para 24 horas y consta de lo siguiente:

a. Guardia y horas de guardia para una o varias ruedas, de acuerdo con la cantidad de personal.

b. En la misma minuta se contemplan todos los servicios como rancheros, aprovisionadores, leñateros, si fuere necesario, palafreneros, peluqueros, enfermeros de turno, higienistas, aseadores, si esta tarea no se realiza colectivamente, así como otros servicios.

c. La minuta indicará quiénes quedan disponibles en cada rueda luego de cubierto el servicio que le haya correspondido a cada uno, así mismo quiénes quedan disponibles 6-12 o 24 horas.

d. El orden del día tiene directa relación con el Régimen Interno Particular, y el plan de cuartel o campamento y de esta manera no puede contradecirse ni con el Régimen Interno Particular ni con el Plan del campamento, sino complementarse.

e. Si en el puesto, cuartel o campamento hubiere superiores, el orden del día tendrá que ser consultado con ellos de la misma manera que las minutas del servicio.

f. Toda novedad por simple y sin importancia que parezca, tiene que ser comunicada inmediatamente a los superiores.

34. La relación es la instancia mediante la cual los escalones de mando resuelven los distintos problemas relacionados con los servicios y el orden militar de la respectiva unidad y en donde los guerrilleros pueden hacer planteamientos, sugerencias y reclamos que tengan que ver con el orden mencionado. Siempre que las condiciones lo permitan debe realizarse diariamente y tendrá una duración máxima de 20 minutos.

35. Toda acción, grande o pequeña, debe ser objeto de balance, y éste, dirigido directamente por el mando, según el procedimiento consignado en la cartilla militar.

36. Los comandantes de las distintas estructuras orgánicas son al mismo tiempo responsable de las comunicaciones. Estos garantizarán diariamente el cumplimiento estricto del horario acordado con el escalón inmediatamente superior. Para el manejo de las comunicaciones todas las unidades se ceñirán a las instrucciones contenidas en la cartilla de comunicaciones de las FARC-EP.

37. En los campamentos móviles o estables se definen como áreas restringidas los casinos, economatos, oficinas, polvorín, talabartería y otras que en determinadas circunstancias el

mando lo considere. Todo el cuerpo de mando debe garantizar el cumplimiento de esta norma e informar de inmediato cualquier violación a la misma.

APROBADAS POR LA SEXTA CONFERENCIA

18 - 25 de enero de 1978

CORREGIDAS Y AMPLIADAS POR LA SEPTIMA CONFERENCIA NACIONAL DE
LAS FARC-EP

04 - 14 de mayo de 1982

ACTUALIZADAS Y MODIFICADAS POR LA OCTAVA CONFERENCIA DE LAS
FARC-EP

11 - 18 de abril de 1993

ACTUALIZADAS POR LA NOVENA CONFERENCIA DE LAS FARC - EP

9 de abril del 2007

Fonte:

FARC-EP: Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia. Estatuto FARC-EP, 2007.
Disponível em: <http://www.farc-ep.co/pdf/Estatutos.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2019.